



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CLÓVIS IRALA

**EDUCAÇÃO RURAL EM DOURADOS: A ESCOLA
GERALDINO NEVES CORREA (1942-1982)**

DOURADOS/ MS

2014

CLÓVIS IRALA

**EDUCAÇÃO RURAL EM DOURADOS: A ESCOLA
GERALDINO NEVES CORREA (1942-1982)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado.

DOURADOS/ MS

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

I651e	Irala, Clovis. Educação rural em Dourados : a Escola Geraldino Neves Correa (1942 -1982). / Clovis Irala – Dourados, MS : UFGD, 2014. 117f. Orientadora: Profª. Dra. Alessandra Cristina Furtado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Dourados. 2. História da Educação. 3. Ensino Rural. 4. Currículo. I. Título.
	CDD
– 370	

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

U.F.G.D



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

D
O
U
R
A
D
O
S

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para fins de homologação da Ata de defesa, que **CLÓVIS IRALA** foi aprovada na defesa pública de dissertação, realizada em 28/04/2014, sob o título “**EDUCAÇÃO RURAL EM DOURADOS MT: A ESCOLA GERALDINO NEVES CORREA (1942 – 1982)**”, orientado pela professora doutora Alessandra Cristina Furtado e cumpriu todas as exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, Área de concentração em História, Políticas e Gestão da Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Dourados, 28 de abril de 2014.


Prof.ª. Dr.ª. Magda C. Sarat Oliveira
Coordenadora do PPGEdu/UFGD

CLÓVIS IRALA

**EDUCAÇÃO RURAL EM DOURADOS: A ESCOLA GERALDINO
NEVES CORREA (1942-1982)**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPEDU/UFGD

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca examinadora:

Professora Dr^a Alessandra Cristina Furtado
(Presidente e orientadora)

Professor: Dr^o Ademilson Batista Paes
(examinador)

Professor Dr^o Reinaldo dos Santos
(examinador)

Professora Dr^a Maria do Carmo Brazil
(examinadora)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender o ensino rural primário no Sul do antigo Mato Grosso, privilegiando, na abordagem, a história da Escola Geraldino Neves Corrêa, do distrito da Picadinha, no município de Dourados, no período de 1942 a 1982. Para tanto, a pesquisa buscou analisar essa instituição escolar, examinando o seu processo de instalação e funcionamento no distrito da Picadinha, caracterizando o perfil de seu quadro discente e corpo docente e, ainda, analisando a sua organização curricular. O recorte temporal de 1942 a 1982 se justifica por marcar momentos importantes tanto da história da escola investigada quanto da política educacional brasileira. A abordagem no ano de 1942 se justifica por sinalizar o período de criação e instalação da Escola Geraldino Neves Corrêa e o ano de 1982, por marcar um período de mudanças na escola, como a implantação dos Cursos de Magistério, visando à formação do corpo docente, uma vez que os professores, até aquele ano, em sua maioria, exerciam a profissão sem habilitação específica para a docência. A pesquisa orienta-se na perspectiva da Nova História Cultural. Trata-se de uma pesquisa documental com análise de documentos de diferentes naturezas, coletados no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, no Arquivo da Secretaria Municipal da Educação de Dourados, no arquivo da Escola Geraldino Neves Correa, nos acervos pessoais de ex-professores da escola e por informações obtidas com antigos moradores do distrito da Picadinha. A metodologia da História Oral foi empregada para realizar as entrevistas, utilizando essa técnica para o registro das narrativas. A análise das fontes documentais e orais permitiu verificar que a criação e instalação da Escola Geraldino Neves Corrêa foi motivada pelo anseio e necessidade da população local em relação ao ensino primário, e por forças políticas, sobretudo pela atuação do vereador Weimar Torres, do município de Dourados. A escola atendeu, no período pesquisado, alunos que, majoritariamente, eram residentes na Picadinha, bem como algumas crianças oriundas de seu entorno, moradoras de pequenas e médias propriedades rurais. O corpo docente da escola foi constituído inicialmente por professores não habilitados (leigos), residentes na própria comunidade da Picadinha. O programa de ensino na escola, de 1942 até a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4024, de 1961, esteve organizado com um programa de instrução primária rudimentar que se manteve até a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5.692 de 1971. Pelos dados coletados na pesquisa, conclui-se que a Escola Geraldino Neves Correa, do Distrito da Picadinha, por meio de sua organização curricular, ora estruturada de acordo com as determinações do estado de Mato Grosso, baseada nas prescrições

da Lei de Diretrizes e Bases, contribuiu para o processo de escolarização de crianças no meio rural do Sul do Antigo Mato Grosso.

Palavras-Chave: Dourados, História da Educação. Ensino Rural. Currículo.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the rural primary school in the South of the old *Mato Grosso*, favoring, in the approach, the history of *Geraldino Neves Correa* School, at the district of *Picadinha*, in *Dourados*, during the period of 1942 to 1982. To do this, this research sought to analyze this educational institution, examining its process of installation and operation at *Picadinha* district, featuring the profile of its student and teacher board, and also analyzing its curricular organization. The time frame from 1942 to 1982 is justified by marking important moments in the history of the investigated school and of Brazilian educational policy. The approach in 1942 is justified by flagging the period of creation and installation of *Geraldino Neves Correa* School, and 1982 by marking a period of change at the school, as the introduction of Magisterium courses, aiming teachers training since, until that year, mostly was working in their profession without specific qualification for teaching. The research is oriented in the New Cultural History perspective. It is a documentary research with analysis of different natures of documents obtained at the Regional Documentation Centre of the Federal University of *Grande Dourados* – UFGD, at the Municipal Archive of Education of *Dourados* at *Geraldino Neves Correa* School files, from personal collections of school former teachers and information obtained from former residents of the district of *Picadinha*. The methodology of oral history was used to conduct the interviews; using this technique to record the narratives. The analysis of documentary and oral sources showed that the creation and installation of *Geraldino Neves Correa* School was motivated by the desire and need of the local population in relation to primary education, and political forces, especially the work of Councilor Weimar Torres, from *Dourados*. The school received, during the studied period, students who, mostly, were residing in *Picadinha* as well as some children from their surroundings, living in small and medium farms. The school faculty was initially constituted by teachers without qualification (lay teachers), residents in *Picadinha*. The educational program at the school, from 1942 until the Law of Guidelines and Bases of National Education nº 4024, 1961 was organized with a rudimentary primary education program which continued until the implementation of the new Law of Guidelines and Bases of National Education, the nº 5.692 of 1971. According to data collected in the survey, we concluded that the *Geraldino Neves Correa* School, at the District of *Picadinha*, through its curricular organization is now structured according to the determinations of the state of *Mato Grosso*, based on the prescriptions of the Law of Guidelines and Bases, and it has contributed to the educational process of children in rural areas Old South *Mato Grosso*.

Keywords: *Dourados*, History of Education. Rural Education. Curriculum.

Dedico este trabalho a Sérgio Celani Leite (in memórian), professor mestre, titular do Centro Universitário de Patos de Minas MG.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O ENSINO PRIMÁRIO RURAL NO BRASIL E EM MATO GROSSO	31
1.1 O Ensino Primário Rural no Brasil	31
1.2 O Ensino Rural Primário em Mato Grosso	40
2 DOURADOS E A PICADINHA: ORIGENS DO MUNICÍPIO E DO DISTRITO	52
2.1 Dourados, de Povoado a Município do Sul do Antigo Mato Grosso	52
2.2 A Colônia Nacional Agrícola de Dourados e a sua participação para o povoamento e desenvolvimento local	63
2.3 A Picadinha, de Vila a Distrito no Município de Dourados	66
3 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS: A ESCOLA GERALDINO NEVES CORREA	74
3.1 A Educação no Município de Dourados	75
3.2 De Escola Rural Mista da Picadinha a Escola Geraldino Neves Correa	84
3.3 Os Alunos	91
3.4 Os Professores e Diretores	93
3.5 Organização Curricular: alguns apontamentos	101
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
5 REFERÊNCIAS	110
6 ANEXOS	118

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa, o que possibilitou a pesquisa ao acervo bibliográfico, as viagens à congressos e a divulgação da pesquisa em meio acadêmico nos eventos de História da Educação.

À Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado, pelo respeito, profissionalismo e dedicação com que me orientou nesta pesquisa, revelando-se uma profissional educada, gentil e exigente, dividindo o seu conhecimento de forma simples, sem deixar de ser, em momento algum, firme e objetiva. Nessa trajetória cumprimos o compromisso estabelecido de construir uma caminhada de conhecimento, respeito e sinceridade. Ciente de que construí um caminho de amizade, muito devo a essa profissional, reconhecendo, sobremaneira a sua contribuição para meu amadurecimento intelectual bem como para minha experiência como pesquisador.

Aos professores do PPGedu – Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED/UFMG, pelas contribuições, respeito e valiosos auxílios.

Aos técnicos da Faculdade de Educação: Fernanda Santos Lima (Secretária de Pós-Graduação) e Markley Florentino Carvalho (Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória) e José Tiago Paulino Viana, por todas as formas de auxílio, pelo apoio e respeito no decorrer desta pesquisa

Ao Professor Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz e aos técnicos Ivanir Martins de Souza e Carlos Barros Gonçalves do Centro de Documentação Regional CDR da Faculdade de Ciências Humanas UFGD, pela valiosa contribuição, profissionalismo, cordialidade e auxílios sempre que solicitados.

Aos profesoress que fizeram parte da Banca Examinadora; Professora Dr^a Alessandra Cristina Furtado, Prof^a Dr^a Maria do Carmo Brasil, Professor Dr^o Reinaldo dos Santos, em especial ao Prof. Dr. Ademilson Batista Paes(UEMS), por ter aceitado o convite e se deslocado de Paranaíba até Dourados.

Aos amigos do curso de mestrado: Inês Velter Marques, Elizabete Velter Borges, Rodrigo do Reis e Adriana Langer, pela paciência, companheirismo, gentileza, compartilhamento de conhecimentos, sonhos, projetos e aprendizagem. Lembranças agradáveis permanecerão.

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED), pela liberação dos documentos para a pesquisa; às servidoras da Supervisão Técnica Escolar da SEMED, Seila Silveira Marques e Célia Marques Garcia.

Aos gestores e professores, colegas da Escola Geraldino Neves Correa Kácylla Chaves Nascimento, Alcilene Soares de Oliveira, Marislei Barbosa de Oliveira e Sueli Cardoso, pela ajuda e contribuição para a realização da pesquisa.

A Claudiani Rodelini, pela amizade, suporte técnico e apoio a pesquisa, pela especial contribuição em favorecer idas e vindas para a realização das entrevistas.

Ao Professor Dr. Edmilson de Souza, da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Dourados) e a todos os funcionários, por “torcerem” para o sucesso deste trabalho e ainda, pela paciência e compreensão a mim dispensadas, como funcionário/administrativo nessa instituição.

Aos depoentes Edselma da Silveira Gracia, Antonio Eulógio Lopes, Doroti Ferreira Martins e Desidério Felipe Oliveira, cujos relatos gentilmente cedidos possibilitaram enriquecer este trabalho.

A todos os moradores do Distrito da Picadinha que disponibilizaram seus arquivos, colaborando com o sucesso deste trabalho, em especial à senhora Lídia de Jesus Bento e seu esposo Sr. Valcides Meireles Lopes

Ao GEPHEMES - Grupo de Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade pela oportunidade de estudar, pesquisar, debater e apresentar trabalhos sobre a história da educação em Dourados, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Ao Grupo de Pesquisa *Educação e Processo Civilizador*, pelos diálogos, estudos e debates, que me possibilitaram aproximação do entendimento sobre a sociedade à qual todos pertencemos, ampliando o *campo* de investigações em diferentes configurações.

Pensar a escola rural é pensar o homem rural, seu contexto, sua dimensão como cidadão, sua ligação direta com o processo produtivo. É questionar sua ligação direta com a qualificação profissional e seu grau de comprometimento e interferência na formação sócio-política dos rurícolas e a forma como tem acompanhado as transformações ocorridas no campo.

Sérgio Celani Leite (2002, p. 14).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cópia do mapa de localização do Território Federal de Ponta Porã.....	56
Figura 2 - Fachada Escola Mendes Gonçalves fazenda Campanário.....	59
Figura 3- Fazenda Campanário sede da Matte Laranjeira.....	59
Figura 4 - Trabalhadores embalando a erva mate.....	60
Figura 5 - Trabalhadores moendo erva mate.....	60
Figura 6 - Mapa de localização do Distrito da Picadinha.....	64
Figura 7 - Cartório do Distrito de Picadinha	70
Figura 8 - Escritura de compra e venda registrado no cartório da Picadinha.....	71
Figura 9 - Escritura de compra e venda registrado no cartório da Picadinha (continuação)....	72
Figura 10- Fachada da escola Geraldino Neves Correia	74
Figura 11- Fachada da escola Geraldino Neves Correa	87
Figura 12 - Planta da Escola.....	88
Figura 13 – Foto da placa escola Geraldino Neves Correa	90
Figura 14- Ficha de inscrição da dona Doroti	95
Figura 15- Certificado de difusão de curso	96
Figura 16- Foto da cópia do certificado da professora Doroti Ferreira Martins.....	98
Figura 17 - Cópia do verso certificado de magistério	99
Figura 18– Cópia da Carteira de Trabalho	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação das escolas primárias segundo regulamento de 1927	44
Quadro 2 - Escolas da Zona Rural – Municipais.....	80
Quadro 3 - Escolas da Zona Rural – Municipais.....	82
Quadro 4 - Professores da escola dos anos de 1942 a 1982 e sua formação	94
Quadro 5 – Currículo do ensino de 1º grau 1ª a 4ª série Rede municipal de Ensino de Ano: a partir de 1973-1982 Dourados PADRÃO Módulo 36.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escolas Rurais Primárias do estado do Mato Grosso em 1942.....	47
Tabela 2 - escolas estaduais do ano de 1950, em Mato Grosso.....	50
Tabela 3 - População do Município de Dourados	65
Tabela 4- Relação de Escolas Urbanas Primárias Públicas em Dourados, no ano de 1969....	78
Tabela 5 - Relação de Escolas Rurais Primárias Públicas em Dourados no ano de 1969.....	79
Tabela 6 - Número de alunos da Escola Geraldino Neves Correa, no período de 1973 a 1984	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPHU	Associação Nacional de História
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAND	Colônia Agrícola de Dourados
CDR	Centro de Documentos Regional
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
EDURURAL	Educação Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAED	Faculdade de Educação
FCH	Faculdade de Ciências Humanas
FINEP	Fundo Nacional de Ensino e Pesquisa
FUCMAT	Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
GEINFAN	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil e Infância
IAME	Instituto Agrícola do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPLAN	Instituto de Planejamento
SEMED	Secretaria Municipal de Dourados
SIMTED	Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação em Dourados-MS
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo compreender o ensino rural primário no Sul do antigo Mato Grosso a partir de uma abordagem sobre a história da escola Geraldino Neves Corrêa, do distrito da Picadinha, município de Dourados, durante o período de 1942 a 1982. Para tanto, busca-se analisar a história dessa instituição escolar, examinando o seu processo de instalação e funcionamento no referido distrito, caracterizando o perfil do seu quadro discente e do corpo docente, além de, analisar a sua organização curricular.

O recorte temporal estabelecido entre os anos de 1942 a 1982 se justifica por marcar momentos importantes da história da instituição educacional investigada. A abordagem é iniciada no ano de 1942 pelo fato desse ano sinalizar o período de criação e instalação da Escola Geraldino Neves Corrêa, e se estende até o ano de 1982, por marcar um período de mudanças na escola, a partir da implantação dos cursos de Magistério que visaram a formação do corpo docente da instituição, uma vez que os professores, em sua maioria, exerciam a profissão sem a habilitação específica para a docência.

Essa pesquisa busca respostas para as seguintes questões: A criação e a instalação da Escola Geraldino Neves Correa ocorreu em um período de expansão do ensino rural? Qual foi a importância e a contribuição dessa escola para o Distrito da Picadinha? Quem foram os primeiros professores e alunos dessa escola? Qual era a formação dos primeiros professores? De que maneira se processava o ensino na escola?

O interesse pelo tema prende-se tanto à minha trajetória profissional quanto à necessidade de pesquisas sobre a educação rural no Brasil, mais precisamente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, regiões em que há escassez de estudos ligados à temática.

A pesquisa é um caminho para a aprendizagem que por si só não resolve os problemas, mas, pelas possibilidades que abre de historicizar fatos, como aponta Pinski (2010, p. 50), pode contribuir grandemente:

Assim, a pesquisa possibilita construir um problema, permiti levantar novos questionamentos ampliando desse modo, as possibilidades para um novo trabalho. O interesse pela pesquisa deve assim instrumentalizar as atenções para a importância dos documentos, em um esforço contínuo que sempre deveria nortear a ação e o discurso do historiador .

É oportuno registrar que minha primeira aproximação da Escola Municipal Geraldino Neves Correa ocorreu quando da minha nomeação decorrente da aprovação no concurso de

profissional do magistério municipal da secretaria municipal de educação de Dourados, com lotação nessa escola, para atuar como professor de Educação Infantil, no ano de 2007. Minha inserção em uma escola rural, e nesse tipo de comunidade, favoreceu o contato com as crianças e uma conseqüente interação com as famílias e com a comunidade local, ao mesmo tempo em que fui conquistando a confiança dos pais dos alunos. Tudo isso possibilitou-me compreender a realidade daquelas crianças do campo, da forma como registra Leite (1996, p. 75):

Essas crianças na zona rural usufruem um estreito contato em família que é geralmente numerosa -, e pais, filhos grandes e pequenos coexistem de forma a possibilitar que cada um seja verdadeiramente importante e único no seu funcionamento como um todo.

Ao me inserir como professor da Escola Municipal do Distrito da Picadinha, conheci muitos dos moradores antigos, como a senhora Jair Tibiriçá Ferreira, esposa do senhor Abílio Ferreira, comerciante português que abriu um comércio em sociedade com seu irmão, José Ferreira. Esses irmãos plantaram cana-açúcar e instalaram um alambique para produção da Pinga Ferreirinha. Nessa trajetória conheci também o senhor Antonio Eulógio Lopes, um produtor rural desse Distrito desde 1948 e tantos outros moradores que construíram e marcaram da história do Distrito.

Na perspectiva de me encaminhar para o mestrado em Educação, a partir do ano de 2010 passei a frequentar o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil e Infância (GEINFAN), no qual tive contato com alunos e professores da UFGD e da rede municipal de educação de Dourados. É oportuno deixar registrado aqui que as discussões no grupo trouxeram-me grandes contribuições, além das atividades que desenvolvia como professor do município, o que aumentou, ainda mais, o meu interesse e a necessidade que sentir de ampliar os conhecimentos sobre a escolarização da infância. Desse modo, no ano de 2010, participei de vários cursos oferecidos pela Universidade Federal da Grande Dourados.

No primeiro semestre de 2011, apresentei um relato de prática pedagógica, cujo título foi “A educação infantil na escola do campo”. Esse relato foi apresentado no I Seminário Interno do GEINFAN. Com o objetivo de adquirir mais conhecimentos para desenvolver um projeto de pesquisa que estivesse relacionado à escolarização da infância, participei, em 2011, da oficina de “História Oral e Memória”, na Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados. Nessa mesma Faculdade também participei do processo seletivo para aluno especial do mestrado, sendo aprovado na disciplina “Tópicos

Especiais de Movimentos Sociais e Instituições: História do Tempo Presente”. No segundo semestre do mesmo ano, cursei, ainda, como aluno especial do mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, a disciplina: “História da Infância e da Educação Infantil”.

Todos os conhecimentos adquiridos, as trocas de experiências que foram vivenciadas no grupo de estudos GEINFAN, nas disciplinas cursadas, nas oficinas e nos eventos, acabaram por despertar em mim, ainda mais, o interesse em pesquisar uma temática ligada à escolarização da infância.

Para pensar um projeto de pesquisa para o mestrado em educação procurei unir a experiência profissional, enquanto professor de instituição de ensino situada em área rural, com o percurso acadêmico, a partir do que surgiu a ideia de desenvolver uma pesquisa sobre a Escola Geraldino Neves Correa. Para desenvolver este projeto de pesquisa foi necessário ampliar o meu campo de leituras, passando, então, a me debruçar sobre livros, artigos científicos, capítulos de livros sobre História das Instituições Escolares, Cultura Escolar, História da Educação entre outros. Em 2011 participei do processo seletivo para o mestrado na Faculdade de Educação da UFGD, com a proposta de pesquisar a história da Escola Rural Geraldino Neves Correa e o seu papel na escolarização da infância no Distrito da Picadinha e no seu entorno. Fui aprovado e ingressei, em de 2012, na linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade.

Já cursando o mestrado tive a oportunidade de elaborar artigos e de apresentar trabalhos acadêmicos que possibilitaram a discussão sobre essa instituição nos seguintes eventos: VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos Fronteiras da História da Educação no Brasil, em Cuiabá, MT; XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: Civilização, Fronteiras e Diversidade, em Dourados, MS; XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH), em Natal, no Rio Grande do Norte e V Seminário do Grupo de pesquisa “Educação e Processo Civilizador”: Educação, História e Sociedade, na cidade de Dourados, MS.

Os estudos sobre instituições escolares desenvolveram-se a partir da década de 1960, mais especificamente na Europa, cuja expansão causou fortes impactos nas produções brasileiras. Em nosso país, as pesquisas sobre as instituições escolares desenvolveram-se, sobretudo, a partir dos anos 1990, influenciadas pelas correntes historiográficas oriundas da Escola Francesa.

Entretanto, alguns estudos dessa natureza antecederam esse período. Leonor Tanuri (2005), em seu texto “Historiografia da Educação Brasileira: uma contribuição para o seu estudo na década anterior à da instalação dos cursos de Pós-Graduação”, menciona os trabalhos realizados por Carrato (1961; 1968) e Bauab (1972), que focalizaram instituições escolares antes dos anos de 1990. José Ferreira Carrato foi um dos poucos historiadores da década de 1960, do século passado, a se dedicar à história cultural e educacional. Em 1961, apresentou a sua tese de doutoramento sobre as origens do Colégio Caraça, intitulada “As Minas Gerais e os primórdios do Caraça”. Em 1968, publicou o livro “Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais”. Maria Aparecida Rocha Bauab, em sua tese de doutoramento na área de Educação, defendida em 1972, analisou as dificuldades de implantação e as vicissitudes da única escola normal criada no período imperial em São Paulo.

Nas últimas décadas, as pesquisas sobre a história das instituições escolares têm marcado presença significativa no campo da História da Educação ao possibilitar uma variedade de abordagens, enriquecendo o conhecimento sobre questões educacionais do passado. A partir dos anos de 1990, a instituição escolar, no campo da pesquisa em História da Educação, passou a ser observada sob outro ângulo, levando-se em consideração sua materialidade e finalidades, considerando-se vários aspectos:

o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles (NOSELLA; BUFFA, 2008, p.16).

A investigação sobre as instituições escolares também passou a deslocar o olhar dos pesquisadores para seu interior, buscando compreender, entre alguns aspectos, os saberes corporificados nos planos de ensino, livros didáticos, falas dos professores e diversas práticas disciplinares. O interesse pela temática do ensino primário cresceu de maneira significativa no campo de estudo da História da Educação Brasileira nos últimos anos. As pesquisas nesse campo partem de inúmeros objetos e variadas abordagens, principalmente, na perspectiva da institucionalização da escola, destacando-se as investigações sobre a história dos grupos escolares (SOUZA, 2011), bem como de outras modalidades de escolas que foram implantadas

no país e que não seguiram, necessariamente, o modelo dos grupos, como já evidenciam estudos realizados, mas que foram, paulatinamente, atendendo à demanda da educação para a faixa etária de 7 a 10 anos. As escolas rurais inseriram-se, pelo que se pode constatar, no Estado do Mato Grosso em larga proporção, como significativas e marcantes instituições que se prestaram a essa finalidade. Contudo, a história da escola rural primária ainda se constitui em uma temática pouco explorada pela historiografia educacional brasileira.

Apesar de, atualmente, as pesquisas que abordam aspectos da educação rural aumentarem no Brasil, ainda há muito a ser pesquisado. No estado de Mato Grosso, por exemplo, foram encontrados apenas dois trabalhos¹ que abordam a escola rural primária.

Com o objetivo de situar esta pesquisa na historiografia da educação, recorreu-se, inicialmente, a um levantamento de teses, dissertações e até mesmo de monografias que versam sobre o ensino rural primário. Em seguida, procedeu-se um levantamento específico das produções acadêmicas sobre a temática e que fossem relativas ao Mato Grosso e ao Mato Grosso do Sul, realizadas tanto em universidades desses dois Estados como também de outros.

Nesse levantamento, identificou-se a tese de doutorado de Virgínia Pereira da Silva de Ávila, que trata da escola primária rural e da escola urbana, em uma perspectiva comparativa. Em 2013, Virgínia Pereira da Silva de Ávila apresentou uma tese de doutorado intitulada “História do Ensino Primário Rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Campus Araraquara, na linha de pesquisa Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura. Em seu trabalho, a autora procurou analisar as diferenças do percurso da escola urbana em relação à escola rural nos estados de São Paulo e Santa Catarina nos anos de 1921-1925.

No que diz respeito à produção acadêmica sobre o ensino primário rural em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constata-se uma carência de trabalhos acerca da temática; destacam-se, entretanto, uma tese de doutorado em Educação, defendida na Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara, e uma dissertação de mestrado em Educação defendida na Universidade Federal de Mato Grosso. Em 2011, Ademilson Batista Paes defendeu a tese intitulada “A escola

¹ A tese de doutorado de Ademilson Batista Paes, intitulada “A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942)”, defendida em 2011, na UNESP/Campus de Araraquara. E a dissertação de Marineide Oliveira da Silva, intitulada “Escola Rural: trilhar caminhos e transpor barreiras na educação (1927-1945)”, defendida em 2012, no Instituto de Educação da UFMT.

primária rural em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul no período republicano (1889-1942)”, pela UNESP² de Araraquara. Essa tese analisa as reformas educacionais, os métodos de ensino, a materialidade escolar e a estatística escolar. Uma das contribuições dessa pesquisa foi recorrer a fontes primárias, como as Mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa pelos Governadores do estado e Interventores Federais, trazendo para a pesquisa o discurso oficial predominante na educação rural em Mato Grosso, o que possibilita observar que, nem mesmo a educação urbana apresentava proposições de educação mais qualificadas que a educação rural.

No ano de 2012, Marineide de Oliveira da Silva, também sob a perspectiva de estudos a respeito da escola rural primária em Mato Grosso, defendeu a dissertação intitulada “A Escola Rural em Mato Grosso (1920-1945)”, na qual analisou a constituição do ensino primário rural no Estado utilizando como fontes primárias as Mensagens de Governadores e os Relatórios de Província de Mato Grosso.

A respeito da produção sobre o ensino rural primário em Dourados, foi possível localizar um único Trabalho de Graduação que tratou da temática. Jucicleide Gomes da Silva que defendeu, em 2010, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, o trabalho intitulado “História e Memória da Educação em Indápolis (MS): considerações sobre a Escola municipal Dr. Camilo Ermelindo da Silva (1969-1990)”, no qual analisou a criação e o funcionamento dessa instituição de ensino primário rural desde a sua fundação oficial, em 27 de setembro de 1969.

Embora este levantamento tenha contemplado apenas cinco trabalhos, mesmo assim, é importante destacar que a produção acadêmica acerca da educação rural ainda carece de estudos no Brasil. No caso da produção acadêmica em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, é evidente a pouca produção historiográfica educacional sobre a temática. O que acaba por demonstrar a relevância de um estudo como este que se propõe a analisar a história de uma instituição de ensino rural, situada em um Distrito do Município de Dourados.

Ao considerar quais documentos poderiam ser o ponto de partida desta pesquisa sobre a história da Escola Geraldino Correa Neves, julgamos oportuno recorrer a documentos de naturezas diversas. A influência da História Cultural na História da Educação fez com que os historiadores buscassem, em seus estudos, não apenas as fontes tradicionais, mas também, aquelas que fizeram parte do cotidiano da educação. No caso da história das instituições

²Universidade estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

escolares, os historiadores passaram a pesquisar dados em relatórios de professores, diretores, de inspetores, provas de alunos, atas escolares, programas de ensino, fotografias escolares, livros-ponto, livros de matrícula, mobiliário, diários de classe, plantas arquitetônicas entre outros.

No entendimento de Le Goff (1992, p. 540),

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos. Quando não existem. Como tudo o que, pertencem ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a sua presença. Há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra natureza .

Em realidade, os documentos não falam por si, é preciso que o homem, o pesquisador estabeleça um tipo de diálogo, a fim de compreender o que eles trazem em sua essência e também na sua complexidade, no sentido de desvelar e transformar tais documentos em múltiplas histórias.

Ainda sobre as fontes documentais, é preciso considerar que:

Outra ilusão de certos eruditos: imaginar que a cada problema histórico corresponde a um tipo de documento, específico para esse uso. A história só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte de técnicas: poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas dessemelhantes. É que os fatos humanos são, em relação aos outros, complexos (LE GOFF, 2001, p.27).

As fontes são o ponto de partida para que se construam os passos da história, de um fato ou de um objeto que se pretende analisar. No caso da pesquisa sobre a história da Escola Geraldino Neves Correa, as fontes documentais e orais nortearam e deram suporte para a realização da pesquisa, abrindo caminho para a análise dessa história.

É oportuno registrar aqui que não foi possível encontrar muitas fontes documentais para essa análise; além disso, alguns documentos localizados nem sempre apresentavam bom estado de conservação e preservação, o que acabou dificultando a análise das informações referentes ao objeto de estudo. Sendo assim, foi necessário buscar pistas e indícios da história da instituição junto à comunidade, com moradores, ex-alunos, ex-professores e funcionários, para que se pudesse ampliar o campo de pesquisa. Para a reconstrução da história da Escola Geraldino Neves Correa recorreu-se às contribuições de Ginzburg (1989), com destaque para o

método indiciário, no qual o pesquisador pode considerar as pistas, os indícios e desvelar os signos.

A proposta de se analisarem pormenores reveladores pelo método ou paradigma indiciário é aplicada a várias disciplinas, como na história, conhecido como micro história, na psicanálise, na medicina, na enfermagem, na saúde pública com o objetivo de costurarem elementos que não são possíveis pelos métodos científicos convencionais (PAES, 2011, p.23 *Apud* GINZBURG, 1989).

É possível compreender que o método ou paradigma indiciário se traduz num conjunto de ferramentas que possibilitam desvelar os detalhes impossíveis de serem encontrados na documentação; recorre-se, então, às pistas, aos indícios que possibilitam trazer novos dados e novas contribuições à história das instituições escolares.

Para a reconstituição e análise da história da Escola Geraldino Neves Corrêa foram utilizadas diversas fontes documentais disponíveis nos arquivos da escola, na Secretaria Municipal de Educação, no Centro de Documentação Regional da UFGD, no LADHEME - Laboratório de História e Memória da FAED/UFGD, nos registros cartorários, nos mapas geográficos do setor de geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Dourados e no IBGE, escritório de Dourados MS. A seguir, alguns documentos que foram essenciais para a efetivação da reconstituição e análise histórica da Escola Geraldino Neves Corrêa:

a) Atas de resultados finais – permitiram analisar o quantitativo de alunos matriculados nas respectivas séries e o índice de aprovação e reprovação na Escola;

b) Fotos – favoreceram a obtenção de informações sobre os eventos cotidianos da Escola, como festas cívicas, desfile de sete de setembro, entre outras;

c) Ofícios – permitiram analisar o quadro curricular de ensino de 1º grau - 1ª a 4ª série;

d) Jornais – forneceram dados sobre o envolvimento de políticos na captação de recursos para a construção da Escola Geraldino Neves Corrêa;

e) Mapa Escolar do Departamento de Educação e Cultura do Estado – permitiu observar os dados referentes à matrícula mensal de alunos e informações sobre os professores regentes na Escola;

f) Mensagens de Governadores de Estado – ajudaram na compreensão do discurso oficial sobre a situação das escolas do Mato Grosso, mais especificamente, sobre o ensino primário rural;

g) Relatório de Atividade Mensal da Supervisão Regional de Educação à DRE - ofereceu dados que contribuíram para a visualização da dinâmica interna das escolas rurais em Dourados e região.

Em realidade, o conjunto de documentos aqui listados permitiu compreender aspectos importantes da história da Escola Geraldino Neves Correa. Apesar disso, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a história da instituição, recorreu-se às entrevistas³ com moradores da Picadinha, com antigos professores e ex-alunos da Escola. Para tanto, foi necessário adotar a opção metodológica da história oral, que, segundo Alberti: “(...) seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe uma articulação como um projeto de pesquisa previamente definido (...)”.

A partir dos anos de 1970 e 1980, a história oral vem sendo empregada como metodologia nas áreas das ciências humanas, na construção de fontes orais para a pesquisa de determinados temas, tornando-se um objeto importante para a história por meio de instrumentos interpretativos e diferentes que possibilitam transformar, em muitos casos, a oralidade em documento. Entretanto, mudanças significativas no contexto social criaram um espaço novo para o estudo dos períodos recentes, possibilitando romper com as tradições e abalar as estruturas postas. A história oral, nesse caminho, passa a desafiar o que tem sido tomado como verdadeiro, possibilitando, aos pesquisadores, preencher as lacunas da escrita da história. Nesse sentido, Ferreira aponta (2002, p. 322) que,

A coleta de depoimentos pessoais mediante a utilização de um gravador iniciou-se na década de 1940 com o jornalista Allan Nevins, que desenvolveu um programa de entrevistas voltado para a recuperação de informações acerca da atuação dos grupos dominantes norte-americanos. Esse programa veio a constituir o *Columbia Oral History Office*, organismo que serviu de modelo para outros centros criados nos anos 50 em bibliotecas e arquivos no Texas, Berkeley e Los Angeles.

Esse procedimento permitiu a aproximação da história oral pela comunidade dos historiadores. Na França e nos Estados Unidos foi inicialmente adotada para dar voz aos excluídos, às parcelas populacionais não consideradas sujeitos, podendo, aqui, ser caracterizada como minoria social. Mudanças e transformações foram ocorrendo, com o passar dos tempos,

³substantivo feminino. colóquio entre pessoas em local combinado, para obtenção de esclarecimentos, avaliações, opiniões etc. Rubrica: jornalismo. coleta de declarações tomadas por jornalista(s) para divulgação através dos meios de comunicação

e a história oral passou a ser utilizada como método de pesquisa para preencher lacunas na escrita da nova história, bem como para ampliar o campo de investigação nas pesquisas acadêmicas.

Na virada dos anos 70 e no decurso da década de 80 registraram-se transformações expressivas nos diferentes campos da pesquisa histórica: incorporou-se o estudo de temas contemporâneos, revalorizou-se a análise qualitativa resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural e ocorreu um renascimento do estudo do político. A primeira delas utiliza a denominação história oral e trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas (FERREIRA. 2002, p. 322).

Por outro lado, esse tipo de abordagem ou a utilização da história oral para a produção do conhecimento tem possibilitado recuperar as histórias dos excluídos, das elites e dos políticos, possibilitando, por meio dos depoimentos coletados, uma construção de identidade e a transformação do conhecimento.

Mesmo com as mudanças ocorridas nos anos de 1970 e 1980, percebe-se um equívoco na construção de um conceito para a história oral, já que apresenta linhas distintas de abordagens e de trabalho: depoimentos⁴ orais e estudo das representações. Assim, poder-se-ia, de forma simplista, compreendê-la como uma metodologia que visa construir fontes orais para pesquisa de determinado(s) tema(s). Os resultados das entrevistas são transformados em fontes que poderão ser usadas nas pesquisas, oferecendo informações a respeito de um objeto ou de um fenômeno particular, envolvendo um período ou uma experiência de vida de um indivíduo ou grupo social. A entrevista é precedida de duas etapas importantes, a saber: a pré-entrevista e a elaboração de um roteiro de entrevista.

Ao adotarmos, nesta pesquisa, a opção metodológica da história oral, procuramos, por meio desse método, ampliar a análise da história da Escola Geraldino Neves Correa, trazendo o passado por meio do registro sonoro (a entrevista). Para as entrevistas foram selecionadas quatro pessoas que, de alguma forma tivessem participado, vivenciado ou interagido com a

⁴Depoimento: substantivo masculino ato ou efeito de depor rubrica: termo jurídico. declaração da testemunha ou da parte sobre determinado fato, do qual tem conhecimento ou que se relacione com seus interesses e que figura no processo como prova testemunhal.

escola pesquisada. Neste caso, optou-se por selecionar pessoas para entrevistar que fossem os moradores mais antigos do Distrito da Picadinha, que estudaram na escola ou que tiveram os seus filhos nela matriculados, e ainda pessoas que estudaram na escola e, posteriormente, tornaram-se professores dessa instituição de ensino, a saber, as professoras Edselma da Silveira Garcia e Doroti Ferreira Martins.

De acordo com Alberti (2004, p. 31), “a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência”. Diante de tais considerações, os depoentes selecionados para a pesquisa foram todos moradores do Distrito da Picadinha, sendo duas antigas professoras, dois ex-alunos e um morador da localidade, que depuseram, sobretudo, sobre questões relacionadas à história da escola e à história do Distrito da Picadinha.

A coleta de informações ou recuperação do passado do objeto de pesquisa por meio de entrevista exige que o pesquisador considere alguns fatores tidos como relevantes para colher depoimentos significativos como a pertinência das perguntas, a forma de abordagem, a escolha do entrevistado, o conhecimento prévio dos atores/testemunhas em relação com o objeto de pesquisa, tal como adverte Alberti (2004, p. 32): “tais objetos fazem parte da prática da história oral e deve ser objeto de reflexão”.

Na realização dessas entrevistas foram elaborados três roteiros distintos⁵: um direcionado aos professores, um aos alunos e outro para os moradores. As entrevistas foram temáticas, que, no entendimento de Alberti (2004, p. 37-38),

São aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou .

O roteiro de entrevista semiestruturado serviu de guia para nortear as entrevistas e por meio do uso de um gravador digital, os depoimentos foram coletados. Cada entrevista teve tempo de duração distinto. Em alguns casos foi necessário retornar mais de uma vez ao entrevistado, pois “(...) uma única entrevista pode ser extremamente relevante, mas ela só adquire significado completo no momento em que sua análise puder ser articulada com outras

⁵Os roteiros das entrevistas são apresentados nos anexos.

fontes igualmente relevantes (...)” (ALBERTI, 2004 p. 36). Todos os entrevistados demonstraram predisposição para falar sobre o passado, voltando suas atenções para o que fizeram no passado.

Devido às implicações éticas, cada depoente assinou um documento, ou seja, um “termo de autorização” no qual autorizava a utilização dos dados da entrevista, primariamente, no texto da dissertação de mestrado, ou, ainda, em outros projetos educativos, organizados e/ou licenciados pela FAED/UFGD, sem limitação de tempo ou de número de exposições.

Diante dos procedimentos metodológicos descritos, é possível justificar a necessidade da coleta de dados por meio de um roteiro planejado, seguindo critérios para a sua realização, justificando a pesquisa que será destinada ao público. Os entrevistados revelaram uma riqueza de acontecimentos e informações que não foram identificadas nas fontes documentais analisadas, sendo possível apenas, devido à posição que ocupam enquanto moradores da comunidade local, relatando a sua interação com a escola.

A abordagem do tema neste trabalho, está relacionada a um referencial teórico voltado para História, História da Educação, Cultura Escolar, Currículo dentre outros. Esse apoio bibliográfico forneceu não somente a base conceitual elementar, mas o entendimento do contexto histórico da educação pautada, principalmente, no referencial teórico da História Cultural. A Nova História Cultural surgiu, segundo Chartier (1990, p.14),

[...] da emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc..

Há de se considerar que a Nova História Cultural estendeu o campo de abordagens dos historiadores para novos horizontes, pois os acontecimentos presentes na vida cotidiana e as personalidades esquecidas nas análises históricas começaram a ser estudados. No campo de estudo da História da Educação, a influência da Nova História Cultural fez com que os pesquisadores dessa área passassem a se dedicar a outra proposta de estudo, com novos objetos, novos temas, novos problemas e novos procedimentos de análise, favorecendo outros caminhos para o seu estudo, como é o caso, por exemplo, da investigação aqui proposta, que se propõe a pesquisar a história de uma instituição rural de ensino primário

Para analisar a história da Escola Geraldino Correa Neves, com vistas a examinar o seu processo de criação e instalação em Picadinha, a proposta incluiu a verificação do perfil do

quadro docente e discente, a organização curricular e as práticas educativas dessa instituição de ensino primária, entre outros aspectos. Para tanto, foi necessário recorrer, nesta pesquisa, ao conceito de cultura escolar. De acordo com Dominique Julia (2001, p. 10-11), a cultura escolar é definida como:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e aos demais professores.

Tal conceito de cultura escolar acaba por enfatizar o papel da escola na transmissão dos saberes e das normas, considerando a atuação do corpo profissional nos estabelecimentos de ensino; os professores, no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Assim, esse conceito permite entender os elementos que modelam as instituições de ensino como a distribuição escolar do tempo e do espaço, as normas, a organização dos programas e as práticas educativas, o que se torna significativo, neste estudo, para a compreensão da organização curricular e das práticas educativas que se fizeram presentes na instituição de ensino em questão.

Desse modo, o olhar investigativo tem se voltado para compreender as fontes documentais ligadas ao currículo, aos saberes corporificados nos planos de ensino da Escola e em suas práticas educativas. Assim, ao enfatizar questões ligadas, também ao currículo, busca-se, na verdade, identificar e examinar a organização curricular adotada no curso primário da Escola Geraldino Correa Neves. Para tanto, foi necessário adotar uma concepção de currículo.

No entender de Goodson (2001, p. 7), a análise histórica do currículo deve tentar “captar as rupturas e disjunturas, surpreendendo, na história, não apenas aqueles pontos de continuidade e evolução, mas também as grandes descontinuidades e rupturas”.

As abordagens voltadas ao tema desta pesquisa estão apresentadas, aqui, em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O Ensino Rural no Brasil e em Mato Grosso”, discute o ensino rural primário no Brasil, desde o Império até os anos de 1970 e discorre sobre essa modalidade de ensino em Mato Grosso.

No segundo capítulo, “Dourados e a Picadinha: origens históricas do município e do Distrito”, aborda-se a história de Dourados e do Distrito da Picadinha, também focalizando o

Território Federal de Ponta Porã, do qual fizeram parte tanto Dourados quanto a Picadinha, durante algum tempo do período aqui estudado. Além disso, discute-se aspectos referentes ao povoamento desses locais, tratando de questões relativas ao desenvolvimento econômico, sobretudo por meio da atuação da Companhia Matte Laranjeira e da Colônia Nacional Agrícola de Dourados

O capítulo três, que tem por título “A Educação em Dourados e no seu Entorno: a Escola Geraldino Neves Correa”, discute a história da Escola Geraldino Neves Correa, no que diz respeito à sua origem, funcionamento, perfil da clientela atendida pela instituição, perfil do quadro docente e sua organização curricular.

1 O ENSINO PRIMÁRIO RURAL NO BRASIL E EM MATO GROSSO

Este capítulo discute o ensino rural primário no Brasil e em Mato Grosso. Para tanto, optou-se por dividi-lo em duas partes: a primeira parte trata do ensino rural primário no Brasil, desde o Império até os anos de 1970 e a segunda sobre essa modalidade de ensino em Mato Grosso. Utilizou-se uma bibliografia constituída pelos seguintes autores: Maia (1982), Leite (2002), Almeida (2005), Sá (2011), Paes (2011), Fonseca (2008), Amiguiño (2005), Silva (2012), Damasceno; Beserra (2004) e Piacentine (2012). Além disso, foram utilizadas as Mensagens dos Governadores e dos Interventores Federais em Mato Grosso.

1.1 O Ensino Primário Rural no Brasil

No Brasil, a educação rural, ainda nas primeiras décadas da República, não possuía um direcionamento ou proposta específicos. A esse respeito Leite (2002, p. 28) assinala que:

[...] A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910-1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca de áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Esse crescente movimento migratório, desencadeado nos anos de 1910 e 1920, foi caracterizado pelo deslocamento da população rural para as áreas urbanas. Tal movimento contribuiu para que as cidades passassem por um processo de amplo desenvolvimento por meio da industrialização. Para Maia (1982, p. 26), esse processo de urbanização no Brasil,

se revestiu de características que contribuíram para manter diferenças significativas na qualidade de vida dos pólos urbanos no interior e do litoral. Os núcleos urbanos, que se desenvolveram mais intensamente junto aos portos, atraíram a população do campo. Os núcleos urbanizados do interior, na verdade, não passaram de uma extensão das áreas rurais, dominados pelo paternalismo opressor e aliados do processo político. São, portanto evidentes, consideradas as condições de infraestrutura precária do interior, as razões que ocorreram para que as indústrias se localizassem junto aos principais núcleos urbanos (MAIA, 1982, p.26).

O movimento migratório interno do campo para as cidades, embora não tenha ocorrido em Mato Grosso, marcou o processo de urbanização em diferentes Estados brasileiros, trouxe, inclusive, implicações e uma certa pressão por novas mudanças, exigindo do governo estratégias e medidas para atender a nova demanda social.

Foi nesse contexto que a educação escolar passou a ser pensada pelos governantes como um instrumento para enfrentar essa realidade social. No entender de Almeida (2005, p. 38)

[...] era fundamental a formação de um caráter nacional ao povo brasileiro e a educação deveria colaborar nesta tarefa, num esforço de diminuir ao máximo o analfabetismo, ensinando aspectos da geografia, da história, do folclore do Brasil, bem como noções de Moral e Civismo, enfim, a cultura brasileira deveria se fazer presente e constante nos currículos escolares tanto em escolas do campo, como nas da cidade.

Diante do exposto, torna-se claro que a educação escolar tinha que ser pensada pelos governantes como um instrumento para enfrentar essa realidade social, com o objetivo de formar o caráter nacional, reduzir o analfabetismo e com a presença da cultura brasileira nos currículos escolares. Apesar disso, as poucas escolas rurais existentes continuavam sofrendo com o descaso do poder público, pois sobreviviam em condições estruturais mínimas, tanto no que diz respeito à estrutura física quanto à estrutura pedagógica, funcionando, inclusive, com professores sem habilitação para o exercício da docência. A esse respeito Almeida (2005 p. 286) aponta que,

Muitas são as adversidades que acompanhavam a educação rural. Poucas e precárias escolas, umas distantes das outras, dificultando a comunicação, ausência de orientação metodológica e didática, falta de verbas públicas na escolarização, deficiências na formação de professores, currículos por vezes inadequados, poucos materiais pedagógicos, falta de livros, entre outros .

Nessas circunstâncias, a educação rural apresentava uma precariedade em seu funcionamento, marcada por questões geográficas, de caráter pedagógico e didático e financeiro. Para Maia (1982), essa precariedade era consequência da “política dos governadores” e do desinteresse por parte das oligarquias em difundir o ensino. Com efeito, os estudos de Leite (2002) acerca das políticas públicas em torno da educação rural constataram que durante a Primeira República (1889 a 1930) não houve políticas específicas voltadas para a educação rural. Entretanto, foi somente a partir da revolução de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, que o ensino rural ganhou destaque.

De acordo com Bresolin e Ecco (2008), as mudanças educacionais com relação à educação rural ocorreram nesse período porque foi nele que se consolidaram as ideias dos pioneiros do “ruralismo pedagógico” que lutavam por uma escola rural que atendesse as necessidades de cada região. No entender de Maia (1982, p.27), “o Ruralismo Pedagógico pretendia uma escola integrada às condições locais e regionalistas, cujo objetivo maior era promover a fixação do homem ao campo”. Em realidade, o ideário ruralista rejeitava a unificação do modelo escolar e propunha uma escola diferente que atendesse às necessidades educacionais de cada realidade social. Outro aspecto que o Ruralismo Pedagógico considerava

era o modo diferenciado das pessoas da cidade em relação àquelas oriundas das zonas rurais. Desse modo, o Ruralismo Pedagógico

Pensava-se num determinado tipo de escola que atendesse as orientações do “ruralismo pedagógico”. Propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a “fixação” do homem do campo. A corrente escolanovista reforçava essa posição “da escola colada à realidade”, baseada no princípio de “adequação” e assim colocava-se ao lado das forças conservadoras. Isto porque a “fixação do homem ao campo”, a “exaltação da natureza agrária do brasileiro” faziam parte do mesmo quadro discursivo com que a oligarquia rural defendia seus interesses. Por outro lado o grupo industrial também ameaçado pelo “inchaço” das cidades e a impossibilidade de absorver a mão de obra, engrossava a corrente dos ruralistas (MAIA 1982, p.27).

Não se pode deixar de mencionar que o ruralismo também recebeu apoio de algumas elites urbanas que consideravam que o incentivo de manter os homens nas áreas rurais era uma das formas de controlar os problemas sociais nas cidades. O debate sobre a educação rural ressurge, nos anos de 1930, gerando, dessa vez, iniciativas concretas. A esse respeito Maia (1982, p. 28) esclarece que

[...] isto se deve em parte a mudanças no quadro político dirigente do país e à ascensão de um grupo que traz como um de seus compromissos políticos a solução da questão social. Um outro dado a considerar, na direção marcadamente rural, proposta para a expansão do ensino, é a da intensificação das migrações, no período, agravada pela queda dos preços mundiais de produtos agrícolas, como o café. Retorna-se à defesa da educação rural, portanto, na tentativa de promover a volta ao campo e, ainda, integrada a preocupações sanitárias.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a educação necessitava dar conta das mudanças ocorridas na economia do país, mantendo os valores atribuídos à religião, ao trabalho e à família. Essa nova política educacional foi desenvolvida de forma autoritária, criando, para o seu aparelhamento, sistemas administrativos burocráticos federais e estaduais que regulavam o setor educacional. Esse período firma-se como um momento de uma nova escolarização. No entanto, é possível perceber que em nada os propósitos para a educação rural foram mudados, já que esta permanecia inalterada e relegada a segundo plano, pois a escolarização urbana passou a fazer parte de um ideário e tinha, como suporte, a industrialização. Desse modo, a política educacional estava voltada para a população urbana, com ênfase no desenvolvimento do ensino vocacional, que por sua vez, atendia, mais diretamente, as classes populares, em decorrência do processo de industrialização do país.

O Ministro Gustavo Capanema, nesse período, priorizou uma escolarização voltada para a capacitação profissional mediante as novas possibilidades de mercado. Além disso, as medidas que iam sendo adotadas tornavam a educação primária brasileira indispensável para o desenvolvimento de construção do projeto de identidade do povo brasileiro. No que diz respeito à educação rural, o Estado Novo, em 1937, criou a Sociedade Brasileira de Educação Rural,

Com objetivo de expansão do ensino de preservação da arte e folclore rurais. O sentido de contenção que orienta as iniciativas no ensino rural se mantém, mas, agora, coloca-se explicitamente o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar, mas sem se descuidar dos princípios de disciplina e civismo (MAIA, 1982, p.28).

É importante ressaltar, entretanto, que nem sempre os debates políticos foram seguidos de medidas que propiciassem melhorias quantitativas ou qualitativas para a educação nacional. Apesar desses debates políticos, a educação não atendia as necessidades da população que almejava uma educação nacional de qualidade, pois o número de escolas não era ainda suficiente para atender a demanda da população em idade escolar; além disso, as instituições permaneciam com estruturas físicas e didático-pedagógicas precárias.

Durante a gestão Capanema ainda não se sabia, ao certo, como funcionava a educação primária. Com vistas ao oferecimento de melhores condições à educação brasileira, em 1941, o governo convocou a 1ª Conferência Nacional de Educação, iniciativa que ocorreu em função dos dados divulgados por estudos do INEP, que demonstravam as precárias condições nas quais se desenvolvia o ensino primário no Brasil. Nessa Conferência decidiu-se que o governo central deveria intervir no ensino primário por meio do apoio financeiro nos estados. Todavia, a maior colaboração dessa conferência para o nível primário ocorreu um ano depois, quando foi instituído, pelo Decreto-Lei 4.958, de 14 de novembro de 1942, o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), que tinha a finalidade de melhorar esse nível de ensino em todo o país. O então Presidente da República, Getúlio Vargas, usando das atribuições que lhe conferia o cargo, no Artigo 180 da Constituição determinava:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Ensino Primário.

Art. 2º O Fundo Nacional de Ensino Primário será formado pela renda proveniente dos tributos federais que para este fim vierem a ser criados.

Parágrafo único. Os recursos e a aplicação do Fundo Nacional de Ensino Primário deverão figurar no orçamento da receita e da despesa da União, regendo-se a matéria pela legislação federal de contabilidade.

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário se destinarão à ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país. Esses recursos serão aplicados em auxílios a cada um dos Estados e Territórios e ao Distrito Federal, na conformidade de suas maiores necessidades.

Art. 4º Fica o ministro da Educação autorizado a assinar, com os governos dos Estados, Territórios e Distrito Federal, o Convênio Nacional de Ensino Primário, destinado a fixar os termos gerais não só da ação administrativa de todas as unidades federativas relativamente ao ensino primário mas ainda da cooperação federal para o mesmo objetivo.

Art. 5º A concessão do auxílio federal para o ensino primário dependerá, em cada caso, de acordo especial observado os termos gerais do Convênio Nacional de Ensino Primário e as disposições regulamentares que sobre a matéria forem baixadas pelo Presidente da República.

Art. 6º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

O Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) era destinado à expansão e à manutenção do Ensino Primário, pois, segundo Paiva (1987, p. 74), para o ministro Gustavo Capanema havia “chegado o momento da interferência federal ao ensino elementar, não apenas para fixar diretrizes, mas também para cooperar nas realizações concretas, (...)”. Os recursos seriam transformados em auxílios a cada um dos estados e territórios e ao Distrito Federal, de acordo com as necessidades de cada um. Esse Fundo Nacional de Ensino Primário teve razoável influência em Mato Grosso.

Além da ação de instituir o FNEP, o Governo Federal, nos anos de 1940, propôs, também, a assinatura do Convênio Nacional do Ensino Primário e a expedição da Lei Orgânica do Ensino Primário. O primeiro visava ao auxílio financeiro da União com as unidades federais através da concessão de auxílio para o desenvolvimento do Ensino Primário em todo o país. Essa cooperação foi limitada aos recursos do FNEP e caberia à União, quando solicitada, prestar assistência: “prestar-lhe-á toda a assistência de ordem técnica para o fim da mais perfeita organização de seu ensino primário” (PAIVA, 1987, p.75). O convênio deveria ser assinado entre os estados e municípios, com a finalidade de que cada um aplicasse, pelo menos, dez por cento (10%) da renda proveniente de seus impostos para o desenvolvimento do Ensino Primário.

Ainda no que diz respeito à educação rural nos anos de 1940, vale lembrar que, em 1942, a discussão sobre a escolarização rural foi debatida no VIII Congresso Brasileiro de Educação realizado na cidade de Goiânia (a então nova capital de Goiás), no mês de julho de 1942. Em realidade, esse Congresso teve como proposta debater a educação e enfatizar as tendências nacionalistas-burguesas do Estado Novo. Sobre as discussões nesse Congresso, Leite (2002, p. 31) assinala que

Embora, partindo de premissas básicas, como o elevado número de analfabetos residentes na zona rural, a redução da produção agrícola em função da escassez de mão de obra provocada por movimentos migratórios internos e necessidade de uma uniformidade sociocultural interno e a necessidade de uma uniformidade sócio cultural da Nação, esse Congresso de Educação apenas preconizou que, se a antiga oligarquia já não mais existia no momento uma nova oligarquia estava no poder, tão conservadora quanto a anterior, porém referindo-se obviamente à burguesia em ascensão. Indiretamente, em termos de educação esse congresso foi porta voz dessa “nova oligarquia” .

Diante de tal circunstância, é possível destacar que nesse período, conforme registra Leite (2002), uma nova oligarquia entrava no poder, advinda da ascensão da burguesia, por meio da qual a riqueza iria se concentrar nas mãos de mais pessoas, sendo necessário, então, uniformizar e controlar o crescimento social por meio da educação.

A partir da realização desse Congresso, os educadores defendiam uma proposta pedagógica que apresentasse características apropriadas ao meio rural. Essa proposta baseava-se na oposição existente entre a cidade e o meio rural, pois a maioria dos educadores acreditava que a cidade exercia uma influência danosa à população rural, conforme explicitado por Souza e Cabral Neto (2009, p. 182):

O primeiro dentre os grandes objetivos da escola rural seria a “valorização do homem rural”. Entretanto, muitas vezes, o pragmatismo e o preconceito expostos comprometeram uma possível obra de real valorização humana. Afirmava-se que “A instrução primária na zona rural... [necessitaria], sobretudo , de ser primordialmente, fator de valorização do homem em função do meio em que vive. LEITE 2002 p 35).

Criar uma proposta de educação rural significava não limitar os conteúdos para a instrução da população do campo, permitindo que o homem rural pudesse ter conhecimento dos seus métodos de trabalho na possibilidade de melhorar sua vida no campo. Com isso, em conformidade com a política externa, em meados da década de 1940, após a II Guerra Mundial, o Governo criou vários órgãos, centros de treinamento e seminários, com a finalidade de discutir

e implantar projetos educacionais para a zona rural. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que as marcas das transformações ocorridas no Brasil, na década de 1920, em decorrência da industrialização do país, da migração rural e seus reflexos migratórios; a preocupação com o comprometimento econômico agroexportador, as exigências de uma elite dominante para a construção de uma nova escolarização, a partir da década de 1930, e as preocupações que surgiram em meados de 1940, possivelmente, contribuíram para que num período pós-guerra o governo problematizasse a educação rural na perspectiva de organizar propostas e propor debates.

É oportuno enfatizar que, no período pós-guerra, de 1945 a 1967, o Brasil passou a adotar algumas diretrizes da política norte-americana, criando comissões, conselhos comunitários, clubes agrícolas, debates, seminários, encontros, centro de treinamentos entre outros. Houve, nesse período, a celebração de um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos, que ficou conhecido como MEC-Usaid. O referido Convênio tinha como finalidade a assistência técnica e de cooperação financeira ao sistema educacional brasileiro, por meio do qual os países desenvolvidos forneciam um auxílio técnico e financeiro aos países subdesenvolvidos. Apesar disso, esses programas pouco ajudaram a reverter a situação educacional dos países dependentes (MARCÍLIO, 2005).

Na concepção do governo, esses segmentos poderiam atender à população campestre em suas necessidades básicas. No início dos anos de 1950, com a proposta de melhorar o atendimento, bem como a educação da população rural, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural, entre outras iniciativas que surgiram por meio do Ministério da Agricultura e da Fundação Interamericana de Educação, em um convênio financeiro que permitiu a instalação das Missões Rurais. Essas Missões recebiam recursos financeiros para atender a população rural.

Em realidade, as Missões rurais de educação constituíam um movimento por meio do qual equipes técnicas forneciam grande suporte às ações políticas de estrutura e funcionamento da campanha nacional de educação rural – CNER. Suas atividades eram desenvolvidas nos centros sociais de comunidade e estavam organizadas em quatro setores: estudo e pesquisa, treinamento, missões rurais e divulgação. A formação dos técnicos para as Missões Rurais era realizada nos EUA por meio de convênios, ou nos próprios Centros de Educação de Base fundados no Brasil e coordenados pela Campanha. O trabalho da Missão Rural dividia-se em três fases: a) diagnóstico da região, com o levantamento dos problemas; b) planejamento dos

trabalhos; c) atuação dos técnicos até que a comunidade pudesse “caminhar sozinha”, que culminava com a formação de líderes locais. (BARREIRO, 2010).

Porém, há de se considerar, conforme sugere Leite (2002, p.36), que nesse período “os debates ficaram mais restritos na esfera da educação, determinando que ela fosse responsável pelo processo de expansão e desenvolvimento econômico do país”. Convém registrar que, com a criação desses vários segmentos, ampliou-se a responsabilidade da educação para com o desenvolvimento econômico. Por meio dos recursos captados entre o convênio Brasil e Estados Unidos foram organizadas propostas para a melhoria da educação rural no período.

Em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, que ficou incumbida de captar recursos financeiros e técnicos em prol da renovação político-educacional rural e do desenvolvimento econômico. Surgiu, então, no Brasil, o Programa de Extensão Rural.

O objetivo imediato da Extensão Rural foi combater a carência, a subnutrição, bem como a ignorância e a outros fatores negativos dos grupos empobrecidos no Brasil, principalmente aqueles que integravam a sociedade rural, classificados como desprovidos de valores, de sistematização de trabalho ou mesmo de capacidade para tarefas socialmente significativas. (LEITE, 2002, p.34).

De acordo com Leite (2002), portanto, o governo desejava transformar a população rural por meio de um modelo de educação que considerava a população campesina carente e necessitada de assistência.

Nesse sentido,

Os Programas Extensionistas como projetos educativos para as zonas rurais, a partir de suas propostas teóricas demonstram estar entre aqueles programas educacionais que politicamente buscam uma conciliação aparente entre o capital e o trabalho, para que a sociedade possa diluir em seu todo o fantasma das desigualdades, fazendo com que os problemas sociais sejam assumidos por todos em comunidade, adiando assim, mais uma vez, um possível embate entre aqueles que fazem as leis, detêm o poder político, controlam e regulam o mercado de trabalho e dos produtos e aqueles que, na verdade, são donos só da força de seus braços. (FONSECA, 1985, p.54).

Diante do exposto, os Programas Extensionistas, como projetos educativos para as zonas rurais, constituíam-se de planejamentos que procuravam conciliar o capital com o trabalho. No entanto, conforme aponta Fonseca (1985), essa conciliação nos programas extensionistas acabava tornando os problemas sociais uma questão de toda a comunidade, o que, na realidade,

apenas adia, mais uma vez, um possível embate entre os detentores do poder político com a classe trabalhadora, possuidora apenas de sua força de trabalho.

Desse modo, pode-se dizer que os programas extensionistas, ainda que visassem transformar a população rural por meio da educação, da forma como estavam organizados, acabavam por não atingir a sua finalidade. O Inquérito sobre o Trabalho e Escolarização de Menores na Agricultura, realizado por Clóvis Caldeira, em 1957, é um exemplo disso. O referido Inquérito contemplava 140 municípios brasileiros que apresentavam uma produção agrícola elevada, o que permitiu concluir que “o menor constitui parte integrante da força de trabalho da família e esta é uma das razões perturbadoras da sua frequência escolar”. (MAIA (1982, p.29) *apud* CALDEIRA (1957 p. 18). Esse Inquérito aponta, ainda,

que como fatores responsáveis pela baixa escolaridade, na maioria dos municípios analisadas “pauperismo das populações, má distribuição das escolas, desestímulo do professor face aos vencimentos exíguos, mobilidade das populações, em especial dos mais pobres, sem terras próprias, coincidência do ano agrícola com o ano letivo...”.

Diante de tais circunstâncias, observa-se que as mudanças ocorridas no processo de escolarização brasileira, provenientes desses programas extensionistas estabelecidos em parcerias entre o Brasil e os Estados Unidos não trouxeram resultados tão significativos para a educação da população rural, pois, a maioria dessas experiências tinha uma concepção limitada da realidade do meio rural, baseando suas propostas nas necessidades e dificuldades imediatas requeridas por aquele meio, o que era perceptível nas escolas rurais, sobretudo, nos estados do nordeste brasileiro.

Ainda que as mudanças na educação da população rural brasileira não tenham promovido tantos resultados positivos até a década de 1960, no Brasil, não se pode deixar de mencionar que as migrações internas rurais para as cidades, ocasionadas pelas mudanças econômicas resultantes da implantação de um sistema social e industrial, contribuíram para o despertar dos governantes em relação a como atender a população rural.

O início da década de 1960 foi marcado pela promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a de nº 4.024, de 1961, cujo Título III, do Artigo 32, previa que

Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades (BRASIL, 1961).

É certo, portanto, que essa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional demonstrava certa preocupação com a escolarização primária da população rural, na medida em que preconizava facilitar a frequência das crianças das áreas rurais e propiciar a instalação de escolas públicas nessas áreas. A continuidade das políticas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61 em relação à educação rural fica evidenciada com a promulgação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a qual regulava os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais. O referido Estatuto teve como objetivo promover e executar as políticas agrícolas e a reforma agrária ao modo do Estado militar recém instalado, impedindo mudanças sociais e políticas no Brasil. (FERREIRA e BRANDÃO, 2011).

A Constituição de 1967 também fazia a mesma referência à educação rural que a lei 4.024/61, pois os parlamentares, praticamente, mantiveram o mesmo texto. Com a promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5.692/71, ocorreu a abertura de espaço para a educação rural, porém, restrita em seu próprio meio e sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios; dessa forma, não conseguiu atingir os objetivos pretendidos. Para Leite (2002), essa Lei esteve distanciada da realidade sociocultural do campesinato brasileiro, uma vez que não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais, nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destinada, exclusivamente, aos grupos camponeses.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71 tenha aberto um espaço para a educação rural, o que se verifica, ainda, no início dos anos de 1980, o documento permanecia com certas limitações, pois novos projetos/programas destinados à educação rural se fizeram presentes no final do período militar, como o projeto EDURURAL instalado no Nordeste brasileiro sob a orientação do governo federal, na Universidade Federal do Ceará, e do financiamento do BIRD, que tentou viabilizar novos conceitos sobre a educação no meio rural, produzindo veemente crítica aos currículos urbanos introduzidos na zona rural, a partir do que se criou uma “autonomia” pedagógica de modo a valorizar o trabalho dos professores e alunos, enfatizando a realidade camponesa. (LEITE, 2002).

1.2 O Ensino Rural Primário em Mato Grosso

Antes de analisar o ensino rural primário em Mato Grosso, acredita-se ser conveniente esclarecer alguns aspectos que marcaram, inicialmente, a educação escolar mato-grossense. No período republicano, o estado de Mato Grosso, mais especificamente em 1891, organizou a primeira iniciativa voltada para a educação popular, com a reorganização da instrução pública

e, posteriormente, em 1896, incorporando novos discursos, como a obrigatoriedade escolar, a laicidade, a gratuidade do ensino e a aplicação de uma nova metodologia: o ensino intuitivo⁶ (SÁ, 2011).

No ano de 1910, várias mudanças ocorreram na instrução primária de Mato Grosso, bem como na parte Sul do estado. A situação financeira foi melhorando. O meio político foi dando espaço às discussões sobre a educação, ainda no governo de Pedro Celestino Correa da Costa. Esse governador se propôs a cuidar do ensino, buscando consolidar propostas para investir na instrução pública primária e impulsionar o ideário da educação na República, autorizando, inclusive, a contratação de nove normalistas formadas pelas escolas normais de São Paulo.

Nesse contexto de mudanças políticas, educacionais e sociais, a instrução primária do estado foi se constituindo; grupos escolares, escolas reunidas, o Liceu de Cuiabá e a Escola Normal de Cuiabá foram criados, todos eles visando o atendimento às crianças moradoras na zona urbana. Em 04 de julho de 1910, por meio da Lei nº 533, Pedro Celestino Corrêa da Costa, então governador do estado, autorizava o Poder Executivo a reorganizar a instrução pública, por meio de um regulamento aprovado que continha seis títulos: 32 capítulos e 215 artigos. Passaram, então, os governadores, a um novo momento de reorganização da instrução pública. Esse dispositivo considerou uma quantidade expressiva dos aspectos do ensino, contemplando, quase que na totalidade, os aspectos educacionais de primeiro e segundo graus:

O título I denominado – DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO – abria com a declaração de que o ensino público seria gratuito, ministrado a todos os indivíduos sem distinção de sexo, classe ou origens era obrigatório a todas as crianças de sete a dez anos de idade.

O artigo 4º regulamentava como as aulas seriam ministradas, e as disciplinas que deveriam ser ministradas: Escola de 1º grau: Leitura, escrita, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais e trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo dos alunos. Escola do 2º grau: As mesmas do 1º grau e mais: gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso, escrita sob ditado, caligrafia, aritmética até regra de três, inclusive, sistema legal de pesos e

⁶O método intuitivo, conhecido também como lições de coisas, consistiu no núcleo principal da renovação pedagógica. Fundamentado especialmente nas idéias de Pestalozzi e Froebel, pressupunha uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato. (SOUZA, 2000, p.12).

medidas, morfologia geométrica. Desenho a mão livre, moral, prática de educação cívica, geografia geral e história do Brasil, cosmografia, noções de ciências físicas, químicas e naturais e leitura de músicas e canto. (LEITE, 1970, p.117).

Ao analisar os discursos e as mudanças ocorridas na instrução pública primária no estado, pode-se dizer que elas, possivelmente, tenham acontecido imbricadas com as mudanças sociais e políticas que o estado apresentava; assim, os regulamentos apontam como era organizado o currículo das escolas e das instituições para a instrução primária no Mato Grosso e no Sul do Mato Grosso, o que fica bastante claro na fala descrita abaixo:

O regulamento trouxe como inovação o grupo escolar, reunião de seis escolas de um distrito, funcionando num só prédio. “Falava o regulamento, em bibliotecas escolares que haverá nas escolas primárias de outro sexo” formadas de livros de educação, mapas de geografia, viagens, narrações morais, poesias, episódios de história pátria, tudo apropriado à inteligência e compromisso do meio (LEITE, 1970, p.119).

Em 1912 foram contratados mais quatro normalistas paulistas que iriam dirigir os grupos escolares criados nas cidades mais movimentadas e prósperas do estado do Mato Grosso: Grupo Escolar de Corumbá, Grupo Escolar de Cáceres, Grupo Escolar de Poconé e Grupo Escolar de Rosário do Oeste. A preocupação com a educação e, de modo específico, com a superação do analfabetismo como solução para os problemas sociais em Mato Grosso acentuou-se fortemente no decorrer da década de 1920, o que se evidencia nas palavras do governador do estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, em mensagem apresentada à Assembleia legislativa, em 21 de maio de 1923:

Nenhum progresso será possível sob o ponto de vista material, moral e social sem a difusão do ensino útil pela massa popular. A instrução que deve ser ministrada pelas escolas abrange noções de conhecimentos necessários á formação de cidadãos aptos á vida prática e a colaboração para o progresso da sociedade em que vivem. Sem esse preparo não poderá haver organização política eficiente á vitalidade e a segurança do paiz, e enquanto esse problema não fôr convenientemente resolvido nos Estados, permanecerá aparente a prosperidade do Brasil, limitado como se acha ás grandes cidades, no passo que nas populações rurais a ignorância e o analfabetismo conservam a grande maioria dos nossos patrícios no desconforto e na miséria orgânica. (MATO GROSSO, Mensagem, 1923).

É oportuno assinalar que, em seu segundo mandato, Pedro Celestino Correa da Costa continuou tendo preocupações com a educação mato-grossense. O governador continuava afirmando que não se poderia chegar ao progresso moral e social sem que a grande população

pudesse ter acesso à instrução. Com esse discurso o governador foi delineando o que deveria ser ensinado às crianças:

A instrução que deve ser ministrada pelas escolas abrange noções de conhecimentos necessários á formação de cidadãos aptos para a vida prática e à colaboração para o progresso da sociedade em que vivem. Sem preparo não pode haver organização política eficiente à vitalidade. E a segurança do país, enquanto esse problema não for convenientemente resolvido nos Estados permanecerá aparente a prosperidade do Brasil, limitada como se acha às grandes cidades, ao passo que nas populações rurais a ignorância e o analfabetismo no desconforto a miséria orgânica. (MATO GROSSO, Mensagem, 1923, p.09).

Nesse ideal, a fim de alavancar o progresso e garantir uma educação eficiente para a população do estado, o progresso e a modernização, o governador, em 1922 e 1925, contratou mais professores paulistas. Toda a organização da instrução voltava-se para atender a instrução primária urbana, a educação das escolas isoladas urbanas, dessa forma mais uma vez, as escolas isoladas rurais foram deixadas de lado, não sendo atendidas pelo Estado, isto porque estas escolas se localizavam mais distantes dos centros, dificultando as visitas e o acompanhamento dos inspetores escolares. Em 1927 foi criado um regulamento de classificação das escolas primárias em

Categorias, localização e características, para ser considerada uma escola isolada rural era preciso que esta estivesse localizada a mais de 3 km da sede do município com instrução primária rudimentar em três anos. (SÁ, 2011, p.36).

Esse Regulamento classificou as escolas da forma como descrita no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Classificação das escolas primárias segundo regulamento de 1927

Categoria	Localização	Características
Escolas isoladas rurais	Mais de 3 km da sede do município	Instrução primária rudimentar em três anos
Escolas isoladas urbanas	Até 3 km da sede do município	Curso com duração de três anos
Cursos noturnos	Até 3 km da sede do município	Curso de três anos para meninos com mais de 12 anos de idade.
Escolas reunidas	Até 3 km de onde funcionarem três ou mais escolas isoladas com a frequência mínima de 80 alunos.	Curso com duração de três anos com programa próprio. Só poderá ter, no máximo, sete classes, atendendo o regimento dos grupos escolares.
Grupos escolares	Até 2 km da sede do município	Continuam seguindo o regulamento anterior, tendo no mínimo oito classes, totalizando 250 alunos.

Fonte: Regulamento da instrução pública, 1927, capítulo I (SÁ 2011, p.36).

A escola primária em Mato Grosso é marcada pelo discurso do progresso, sendo organizada por meio dos regulamentos, leis e dispositivos aprovados para a reorganização da instrução pública primária. Os discursos voltados à instrução pública primária, possivelmente, ocorreram imbricados com as mudanças sociais e políticas vigentes na década de 1920. Os regulamentos apontavam como deveria ser organizado o currículo das escolas, tornando-os capazes de atender às novas exigências de desenvolvimento, preparando a população para o mercado de trabalho.

Assim, a Reforma da Instrução Pública de 1927, ao normatizar o seu Regulamento, dedicou exclusivamente a Seção 1 às escolas rurais isoladas. A referida seção dispunha que as unidades escolares rurais deveriam: “ministrar a instrução primária rudimentar; seu curso é de três anos e o programa constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de história pátria, geografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de higiene”. (REGULAMENTO, 1927, p.163).

Quanto à criação das escolas isoladas, esse Regulamento instituiu que estas deveriam ser seguidas de alguns critérios quanto à localização e classificação, dentre os quais a disponibilidade de prédios que se adaptassem facilmente às necessidades escolares, sendo que os professores deveriam residir na localidade. A escola deveria ser instalada numa distância

mínima de três quilômetros e abrigar 30 (trinta) crianças em idade escolar. Nas áreas rurais o governo concederia, “a título de auxílio, contribuições pecuniárias às populações rurais (...) que se propuserem a construir prédios escolares”. (REGULAMENTO, 1927, p.177).

Não se pode deixar de mencionar que a escolarização rural foi citada apenas em três momentos nos documentos oficiais do Mato Grosso durante a Primeira República. O primeiro é o relatório do professor da Escola Mista de Lagunita (MATO GROSSO, 1916), de Ponta Porã, enviado ao inspetor daquele período; o segundo, na reforma da Instrução Pública, em 1927, quando deixou-se, oficialmente, de se dar o nome de escolas isoladas, para se denominarem escolas rurais, de forma mais precisa e pontual, nos relatórios e mensagens a partir de 1930. (PAES, 2011).

Ainda que os discursos oficiais apresentassem preocupações sobre a escola primária rural, era bem visível, no final da Primeira República, o estado de decadência dessa escola. Em 1930, o governador do Estado, Dr. Anníbal Toledo, fez duras críticas à escola rural:

Estou finalmente convencido de que o que se aproveita de fato no nosso ensino primário é a parte ministrada pelos Grupos Escolares e pelas escolas isoladas situadas nos centros urbanos das cidades e vilas principais. O das escolas rurais e ambulantes é quase todo ineficiente, e a despesa respectiva inútil. [...] Por isso, estou deliberado a não prover as escolas rurais e ambulantes que forem se vagando e a tratar de criar imediatamente grupos e escolas reunidas onde quer que se tornem necessários. (MATO GROSSO, Mensagem, 1930, p.42).

Ao mesmo tempo em que o discurso oficial apontava a precariedade da escola primária rural, no ano de 1930, o governador de Mato Grosso registrava que não valia a pena aplicar recursos públicos nessa modalidade de escola, mas, sim, criar novos grupos escolares e escolas reunidas. É importante esclarecer que, embora essas escolas isoladas rurais funcionassem com inúmeras dificuldades, na maioria das vezes, em condições precárias, elas, de fato, trouxeram contribuições para o processo de escolarização das crianças das áreas rurais que moravam distantes das áreas urbanas e tinham essas instituições como única forma de acesso ao ensino primário.

Mesmo que a Reforma de Instrução Pública de 1927 tenha demonstrado certa preocupação com a criação das escolas rurais, de acordo com os discursos oficiais, conforme mencionado anteriormente, essas instituições continuavam funcionando, no estado do Mato Grosso, em condições precárias. Nesse contexto, as análises das fontes documentais registram que a escola rural primária no Sul do Mato Grosso, instituição designada como escola isolada

rural, sofria com a escassez de estabelecimentos, com estruturas físicas precárias nas instituições, com a falta de condições de atender à demanda de crianças em idade escolar, com carência de materiais pedagógicos e falta de professores habilitados.

Em realidade, na parte Sul do estado, não somente o ensino primário rural não rendia como deveria, mas as escolas primárias urbanas também passavam por problemas. Discursivamente, as Mensagens de Presidente de Estado relatavam que havia desproporção entre as classes do 1º ano e as dos outros anos do curso, sendo de mais de 60%. Nas escolas com mais de 4 classes de 1º ano não havia número de alunos suficiente para o funcionamento das classes seguintes. De acordo com as Mensagens, essa desproporção era atribuída à falta de um método de ensino que fosse eficaz por parte dos professores, conforme se pode ver no excerto abaixo:

O emprego do *methodo analytico synthetico* [sic] no ensino de linguagem produz grande resultado quando o professor conhece o processo e o emprego com entusiasmo [sic], mas é de efeito [sic] nulo quando empregado por um professor que não o conheça perfeitamente. Dai a razão por que se escolhe para os 1º anos os professores mais dedicados, mais aptos, mais entusiasmados pela profissão. No Sul do Estado fazem justamente o contrário. Aos professores leigos e menos habilitados se entregam as classes dos 1º anos! Urge uma reforma geral nos processos de ensino empregados pelos novos professores (MATO GROSSO, Mensagem, 1936, p.18).

Esses dados evidenciam que a escola rural primária, na parte Sul do estado, era a que mais sofria com a falta de habilitação dos docentes. Como revela a Mensagem, era para os professores leigos que se entregavam as classes de 1º anos; eram docentes que desconheciam o emprego do método de ensino que empregavam - o *methodo analytico synthetico*, o que acabava prejudicando o ensino no início da escolarização. Havia uma grande falta de interesse, da parte dos poucos docentes habilitados, de atuarem nas áreas rurais, áreas que ficavam em localidades distantes do núcleo central urbano, nas quais o salário oferecido era baixo, além de demandarem excesso de trabalho. (FURTADO e PINTO, 2013).

É oportuno lembrar que, na parte Sul do estado, a primeira Escola Normal para a formação de professores primários somente foi instalada em 1930, em Campo Grande, anexa ao Grupo Escolar, em 21/4/1930, pelo então presidente de estado, Dr. Aníbal Toledo, constituindo-se a primeira instituição pública dessa natureza, nessa parte do estado e a segunda de Mato Grosso, uma vez que somente Cuiabá possuía, até então, uma escola normal pública.

Apesar de todos os problemas, a escola rural primária continuava se expandindo por todo o estado do Mato Grosso. Dez anos após a Reforma de Instrução Pública de 1927, Mato Grosso possuía “um total de 227 escolas espalhadas por toda a imensidão de terras do Estado, dentre as quais 55 eram escolas urbanas, 20 eram escolas distritais e 152 escolas rurais”. (MATO GROSSO, Mensagem, 1937, p.20). Com esses dados é possível notar que a presença da escola primária rural era de mais de 50% do total de escolas do estado do Mato Grosso, no período, uma vez que o número de escolas distritais e escolas urbanas eram bem inferiores ao das rurais.

No início da década de 1940, o número de escolas rurais se ampliou ainda mais no estado do Mato Grosso. A Mensagem de 1941 permite constatar que foram criadas cem escolas em todo o Estado, instituídas pelo Decreto de nº 53, de 18/4/1941 (MATO GROSSO, Mensagem, 1941). Em 1942, o ensino primário rural apresentava a seguinte configuração, segundo dados extraídos da Mensagem do mesmo ano.

Tabela 1 - Escolas Rurais Primárias do estado do Mato Grosso em 1942.

Nomes dos Municípios	Número de Escolas Primárias Rurais
Cuiabá	38
Diamantino	03
Rosário-Oeste	16
Livramento	11
Poconé	11
Cáceres	12
Mato-Grosso	04
S. Antonio	21
Corumbá	07
Miranda	03
Bela Vista	03
Aquidauana	04
Porto-Murtinho	04

Nioaque	01
Herculânea	09
Campo-Grande	12
Paranaíba	04
Ponta-Porã	03
Poxoreu	05
Três Lagoas	04
Entre Rios	02
Alto-Araguaia	03
Guajará-Mirim	06
Araguaína	07
Lageado	02
Maracajú	02
TOTAL	197

Fonte: MATO GROSSO, Mensagem do governador do Estado (1942, p.16).

A Tabela 1 permite verificar que, por mais reduzidos que fossem, em termos numéricos, em grande parte do Mato Grosso havia escolas rurais, com destaque evidente para a região norte do Estado. De um modo geral, pode-se dizer que a ampliação do número de escolas rurais em Mato Grosso, no início de 1940, esteve associada aos debates educacionais nacionais advindos das políticas do governo central, motivadas pelo ruralismo pedagógico, conforme tratado na primeira parte deste capítulo. Como aponta Bresolin e Ecco (2008), foi a partir de 1930 que ocorreram mudanças educacionais significativas para as populações do campo, porque nesse período se consolidou a corrente de pensamento denominada de ruralismo pedagógico. Acrescenta-se a isso, ainda, que as preocupações com a educação no meio rural continuaram nas décadas seguintes aos anos de 1930, conforme já abordado anteriormente neste capítulo.

Werle (2007), em seu livro “Educação Rural em Perspectiva Internacional”, assinala que o 8º Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido em Goiânia, no estado de Goiás, em 1942,

tinha como uma de suas pautas a educação primária rural. De acordo com a autora, neste momento, discussões anteriores acerca da questão foram sintetizadas da seguinte forma:

A educação rural foi discutida sob diferentes enfoques e sua valorização inspirou debates em várias das conferências nacionais de educação. A importância da educação rural, a vinculação da escola e seu meio, a formação pedagógica docente associada a conhecimentos de educação sanitária, higiênica e agrícola, eram debates que vinham, portanto, se configurando desde o 1º Congresso de 1927 (WERLE, 2007, p.161).

Ainda que ocorressem discussões, em âmbito nacional, relacionadas à educação no meio rural, e a escola primária rural se expandisse em Mato Grosso, nos anos de 1940, convém destacar que essa modalidade de escola, na década de 1950, foi marcada por dificuldades em seu funcionamento, principalmente em relação à falta de habilitação dos professores que nela atuava. A esse respeito, o pronunciamento do Governador Fernando Corrêa da Costa é bem representativo:

Cumprir observar que, por força desses pressupostos, as Escolas Normais apresentam frequência mínima em relação a outros estabelecimentos. O elemento masculino, aqui no Estado, desertou completamente dessa disciplina. Somos forçados a reconhecer que o ensino em Mato Grosso está sofrendo uma perigosa involução, um ressaltante retrocesso. É verdade que para as escolas das cidades especialmente das que oferecem melhores condições de conforto e de progresso, ainda se obtém professora, o que não se registra quando se trata de preenchimento das unidades rurais. Diante dessa contingência, as mais das vezes, vemos guindados à posição de professor criaturas semi-analfabetas. (MATO GROSSO, Mensagem, 1952, p.12).

Contudo, o Estado não deixava de empenhar esforços, adotando algumas medidas, entre elas a criação de Escolas Normais para cuidar da formação do professor primário, principalmente no Sul do Estado, a partir de 1930. Apesar disso, os cursos de formação de professores não atendiam a todos os docentes das escolas primárias, sobretudo os das escolas rurais situadas na parte Sul do Estado. Vale a pena retomar, aqui, que a falta de professores habilitados era uma questão bastante problemática em todo o estado, uma vez que eram os professores leigos e menos habilitados que lecionavam nas classes dos primeiros anos de escolarização. (FURTADO e PINTO, 2011, p 54).

Mesmo que esforços fossem feitos por parte do estado para a melhoria da educação rural, ela ainda era marcada pela falta de professores habilitados para ministrar as aulas. Na década de 1950, o número de escolas rurais continuava a crescer. Segundo mensagem de

governador encaminhada à Assembleia Legislativa, no ano de 1950, por exemplo, as escolas estaduais estavam distribuídas da seguinte forma:

Tabela 2 - escolas estaduais do ano de 1950, em Mato Grosso.

Modalidades de Escolas	Número de Escolas
Escolas Isoladas	705
Grupos Escolares	39
Escolas Reunidas	37

Fonte: MATO GROSSO, Mensagem, 1951, p.1

Como se pode observar, o crescimento da escola rural era significativo, tendo em vista que em 1950 já havia 705 escolas isoladas no Estado, ao tempo em que havia apenas 39 grupos escolares e 37 escolas reunidas. Isso acaba por demonstrar uma maciça presença do ensino primário rural em Mato Grosso. Em 1956, segundo dados extraídos da Mensagem do governador (1959, p.86) “o Estado já contava com 1.085 escolas rurais”.

Em linhas gerais, pode-se dizer que esse crescimento das escolas rurais em Mato Grosso, nos anos de 1950, tinha relação com as propostas da Campanha Nacional de Educação Rural e de outras iniciativas surgidas nos anos de 1950, no Brasil, por meio de um convênio financeiro entre o Ministério da Agricultura e a Fundação Interamericana de Educação, que permitiu a instalação das Missões Rurais que receberiam recursos financeiros para atender a população rural. Afinal, como atesta Leite (2002) em seus estudos sobre a escola rural no Brasil, nesse período, os debates ficaram mais restritos à esfera da educação.

É possível dizer, também, que esse crescimento estaria associado à criação da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 1956, que tinha o objetivo de captar recursos financeiros e técnicos em prol da política da educação rural. Afinal, o desenvolvimento da educação era visto como um meio para o progresso. Esse crescimento no ensino rural primário em Mato Grosso continuou nos anos de 1960 e 1970. Na década de 1960, por meio da parceria entre o governo federal com o Estado de Mato Grosso, foi criado o Centro de Treinamento do Magistério em Cuiabá. Nesse Centro de Treinamento eram oferecidos cursos de especialização em supervisão escolar para professoras normalistas e cursos de aperfeiçoamento para professoras qualificadas como “leigas” (FERREIRA, 2010). A autora ressalta ainda, que

Nesses cursos, oferecidos para professoras de diversas partes do Estado, a ênfase recaía sobre a introdução de novas técnicas e métodos de ensino, além de procedimentos de planejamento educacional e supervisão escolar, considerados inovadores à época (FERREIRA, 2010, p.146).

A criação desse Centro de Treinamento fazia parte do Plano Trienal de Educação de João Goulart, que pretendia instituir nada menos que 40 Centros de Treinamento do Magistério, em oito anos e, pelo menos 18 deles em três anos, em diferentes localidades do Brasil. (FERREIRA, 2010).

No caso de Mato Grosso, a instalação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá ocorreu em um período de extrema necessidade e urgência para o estado. A esse respeito, o ex-secretário estadual de Educação e Saúde do Mato Grosso, Humberto Marcílio, anunciava que “em 1963, mais de 60% dos professores primários que atuavam no Estado não tinham formação adequada”. (MARCÍLIO, 1963, p.214).

Ainda que o trabalho do Centro de Treinamento do Magistério em Cuiabá, por meio de seus cursos de férias, com a formação do professor leigo, tenha servido para amenizar a questão da formação dos docentes das escolas isoladas rurais, em todo o estado do Mato Grosso, a questão da formação de professores dessas escolas era preocupante, porque era nas escolas rurais e isoladas que os docentes leigos assumiam as aulas, principalmente, as classes de 1ª série, e foi nessas condições que chegaram as escolas rurais primárias de Mato Grosso, nos anos de 1970.

2 DOURADOS E A PICADINHA: ORIGENS DO MUNICÍPIO E DO DISTRITO

Para compreender o ensino primário rural, na Escola Geraldino Correa Neves da Picadinha, faz-se necessário compreender aspectos que marcaram a história de Dourados e a presença desse Distrito nesse contexto. Por essa razão, este capítulo versará sobre a história de Dourados e do atual Distrito da Picadinha.

2.1 Dourados, de Povoado a Município do Sul do Antigo Mato Grosso

Os celeiros de fronteiras
Sob um céu de puro azul,
Reforjaram em Mato Grosso do Sul
Uma agente audaz

Tuas matas e teus campos,
O esplendor do Pantanal
E teus rios são tão ricos
Que não há igual...

(Hino a Dourados. Jorge Antonio Siufi⁷ e Otávio Gonçalves Gomes, 1979).

O município de Dourados localiza-se ao sul da região Centro-Oeste do Brasil. É conhecido como Grande Dourados e fica próximo à Serra de Maracaju. Além disso, encontra-se na fronteira com o estado do Paraná e está a 120 quilômetros da fronteira com o Paraguai. O espaço conhecido como Grande Dourados (MS) abrange uma área de 21.329,50 km² e é composto por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Vicentina e Juti.

⁷Jorge Antônio Siufi, nasceu em Campo Grande (MS). Formado em direito pela Universidade Nacional (Rio de Janeiro). Foi Membro efetivo do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul. Autor da letra do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul, em parceria com o professor Otávio Gonçalves Gomes, cuja música é do maestro Radamés Gnattali - 1979.

Segundo o IBGE 2013, a população total do território da Grande Dourados é de aproximadamente 352.056 habitantes e 54.532 dessa população vive na área rural, o que corresponde a 15,49% do total. A distância que separa Dourados de Campo Grande, capital do Estado, é de 235 quilômetros. O município assenta-se numa área de total de 4.086.387 Km² e constitui-se na segunda maior cidade do Estado. Além da área urbana (40,68 km²), a cidade possui mais seis distritos: Guaçu, Indápolis, Formosa, Itaum, Macaúba, Panambi, Picadinha, Vila de São Pedro e Vila Vargas. Dourados constituiu-se povoado no período de 1914-1935 e sua economia se baseia na agropecuária e no emprego de tecnologia altamente desenvolvida na pecuária, agricultura e na produção de álcool, contando com instalações das usinas

Com a necessidade de organizar seu espaço urbano, as famílias que ali moravam, por meio de manifestações, contribuíram de forma significativa para alavancar o progresso no município; destacando-se no meio político local e regional, organizando-se em comissões e participando de reuniões, atuaram ativamente na construção de igrejas, escolas e casas comerciais. Essas ações contribuíram, também, para a emancipação de Dourados, de povoado a município.

O Decreto nº 402⁸ de 03 de setembro de 1915, do então General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, Governador do Estado de Mato Grosso, reservou ao município de Ponta Porã uma área de 3.600 hectares de terras destinados ao patrimônio de povoação de “Dourados”,

Art. 1º - Fica reservada, no município de Ponta Porã, para patrimônio da povoação de “Dourados”, uma área de terras de 3.600 hectares, confinando pelo Nascente com terras ocupadas por Laranjeira, Mendes & Companhia: ao Sul, com terras requeridas por Joaquim Teixeira Alves: ao Poente, com terras de Marcelino Pires Martins e ao Norte, com o córrego “Saltinho” (DECRETO nº 402 Palácio do Governador da Republica em Cuiabá 3 de setembro de 1915, 27 da República)

Foi o referido Decreto que garantiu uma extensão de terras do município de Ponta Porã para ser ocupadas por pessoas que desejassem povoar o município de Dourados. Entretanto, a emancipação de Dourados do município de Ponta Porã ocorreu somente em 20 de dezembro de 1935, por meio do Decreto nº 30⁹. Nesse período, Dourados já possuía um número expressivo de habitantes, 15 mil pessoas, e apresentava uma produção agrícola e desenvolvimento

⁸Publicado na **Gazeta Oficial** do Estado do Matto-Grosso anno XXVII-nº3897. Cuiabá, sábado, 11 de setembro de 1915.

⁹ Publicado na **Gazeta Oficial** do Estado de Matto- Grosso anno XLVI – nº 7088 - Cuiabá, Terça-feira, 24 de Dezembro de 1935.

significativos, inclusive uma produção capaz de ser exportada. Diante de tais circunstâncias e com o objetivo de atender ao pedido da população local, o Governador do Estado do Mato Grosso, Dr. Mário Correa, resolveu decretar a criação do município de Dourados.

Art. Único – Fica criado o município de Dourados com os seguintes limites: Partindo do cabeceira do Ronda, seguindo este até sua foz no Santa Maria¹⁰, descendo este até sua barra no rio Brilhante, continuando o curso deste até sua confluência no rio Ivinhema; por este abaixo até desaguar no rio Paraná; seguindo o curso deste até receber o rio Amambahy, subindo este até encontrar a foz do Piratiny; por este acima até a sua mais alta cabeceira; deste ponto uma linha recta seguindo o espigão mestre até a cabeceira mais alta do rio Douradinho; por este abaixo até a sua foz no rio Dourados; este acima até a sua barra no córrego Guariroba, no rio dourados; subindo o córrego Guariroba até as mais alta cabeceira; e deste ponto uma linha recta até o ponto inicial na cabeceira do Ronda; revogadas as disposições em contrário (DECRETO Nº 30 Palácio do Governador da Republica em Cuiabá, 20 de dezembro de 1935. 47 da República).

Conforme mencionado, pode-se afirmar que a formação do município de Dourados se deu por meio do contorno e confluências dos rios existentes (rio Santa Maria, rio Brilhante, rio Ivinhema, rio Paraná, rio Amambay, foz do Piratiny, rio Douradinho, rio Dourados e o córrego Guariroba).

Não se pode deixar de registrar aqui que, com a criação do Território Federal de Ponta Porã, no início de 1940, o município de Dourados passou a pertencer administrativamente a este Território Federal, criado pelo Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, pelo desmembramento do estado do Mato Grosso. Nesse mesmo período, também foram criados outros Territórios, os de Rio Branco, de Guaporé e de Iguazu, com os desmembramentos dos estados do Pará, do Amazonas, do Paraná e de Santa Catarina. A criação dos Territórios Federais tinha entre outros objetivos, minimizar a mortalidade, combater a miséria por meio da produção e melhorar as condições habitacionais.

A entidade Território Federal possibilita as vantagens [...] Por ser administração da União, permite a maior presença do Estado em regiões onde os governos estaduais e municipais (tolhidos, em parte na sua autonomia, devido, entre outras causas, ao resultado de uma política tributária que se faz canalizar para o centro o grosso das rendas), se revelaram incapazes e impotentes para fiscalizá-las, administrá-las, enfim fazê-las progredir e prosperar. (CAVALCANTE e MEDEIROS, 1945, p. 41).

¹⁰ Rio pertencente a bacia hidrográfica do rio Paraná, e que juntamente com os rios brilhante, dourado e Peroba são os principais rios da região de Dourados.

Diante dessas considerações, pode-se dizer que a criação e a instalação do Território Federal de Ponta Porã possibilitaram a essa parte do Sul do Antigo Mato Grosso ser inserida na administração da União, aproximando-a assim, do governo federal, canalizando recursos financeiros para favorecer o progresso da região. O Território Federal de Ponta Porã foi composto por seis municípios: Ponta Porã, Bela Vista, Nioaque, Maracajú, Dourados, Miranda e Porto Murtinho. O mapa apresentado na Figura nº. I deixa evidente a localização desse Território, com suas áreas limítrofes:

Taquarussú, prossegue até à foz do ribeirão Corumbá, sobe por êste até à foz do rio Cangalha, subindo até à sua nascente, daí segue pelo divisor de águas até à nascente do rio Brillhante, desce por êste até à sua foz no rio Ivinhiema, continua por êste abaixo até à sua foz no rio Paraná, descendo por êste até à fronteira com o Paraguai, na Serra do Maracajú; - ao Sul e Sudoeste, com a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até à foz do rio Apa.(DECRETO LEI n°. 5.812 1943).

O referido Território teve sua capital instalada, inicialmente, em Ponta Porã, depois passou para o município de Maracajú, a partir de 01 de julho de 1944, de acordo com os Art. 4º e 5º do Decreto-lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944. Em 1946, a sua capital retornou para Ponta Porã, em virtude de Decreto de 17 de junho desse mesmo ano. Ao longo de sua curta existência, esse Território passou pela gestão de três governadores, entre eles: o militar Ramiro Noronha, seguido pelo professor Leônidas Horta e depois por José Alves de Albuquerque.

No entanto, o Território de Ponta Porã, no mesmo ano que teve a sua capital retornando ao município de Ponta Porã, foi extinto pela Constituição Federal promulgada em 18 de setembro de 1946 e pelo Decreto-Lei Estadual nº 1947, que acabava por restaurar a antiga divisão administrativa e judiciária da área do estado de Mato Grosso, que constituía o extinto Território. A esse respeito, o Art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição registrava:

Art. 8º - Ficam extintos os atuais Territórios de Iguazu e Ponta Porã, cujas áreas volverão aos Estados de onde foram desmembradas. Parágrafo único - Os Juízes e, quando estáveis, os membros do Ministério Público dos Territórios extintos ficarão em disponibilidade remunerada, até que sejam aproveitados em cargos federais ou estaduais, de natureza e vencimentos compatíveis com os dos que estiverem ocupando na data e da promulgação deste Ato.

O curto período de existência do Território Federal de Ponta Porã (1943- 1946) acabou por revelar o objetivo de sua criação, que era atingir as terras onde se encontrava a maioria dos ervais. Isso revelou a intenção do governo de Getúlio Vargas, que era pôr fim ao arrendamento das terras devolutas e desestruturar a Companhia Matte Laranjeira. Há de se considerar aqui que a iniciativa de criar o Território Federal deve ser entendida como estratégia no contexto da nacionalização das fronteiras do Estado. Foi uma forma de combater o regionalismo, considerado por Vargas como um entrave ao desenvolvimento da nação. Vargas tinha dois objetivos para essa região: nacionalizar e colonizar.

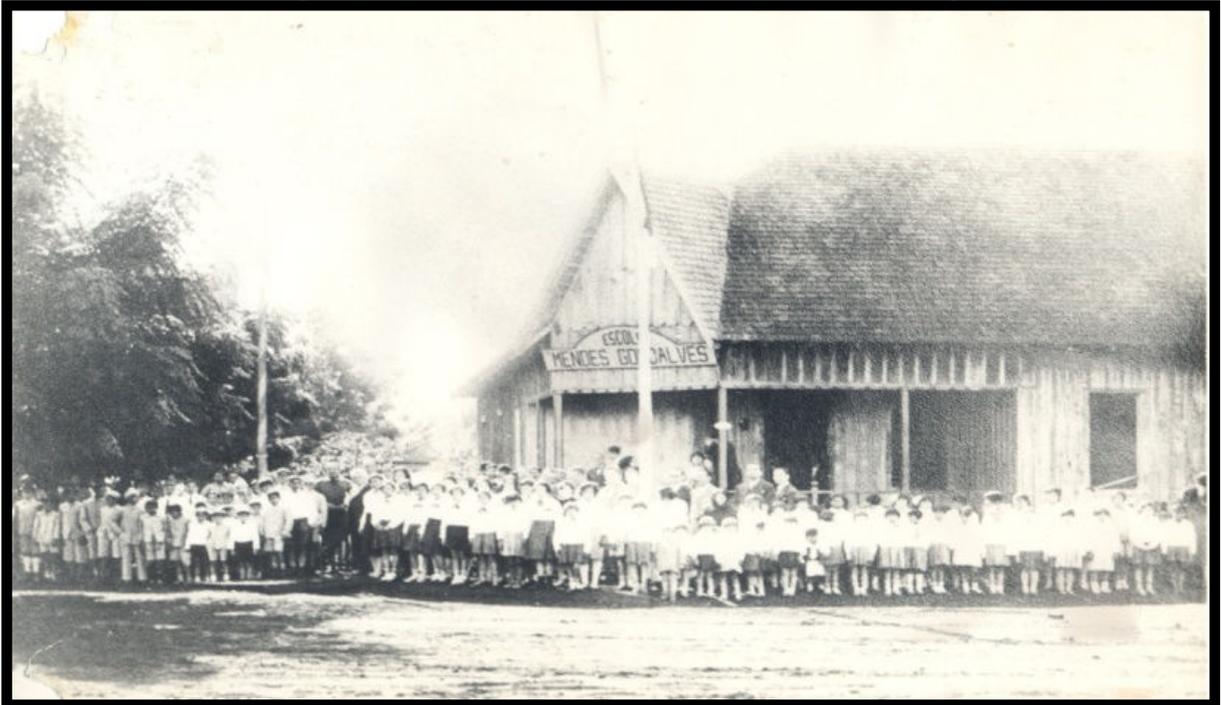
Diante de tais circunstâncias, torna-se importante aqui esclarecer sobre a Companhia Matte Laranjeira, que surgiu com o fim da guerra da Tríplice Aliança. Thomaz Laranjeira

participou da demarcação do limite entre os dois países como fornecedor de alimentos à comissão demarcadora (Brasil e Paraguai). Ao perceber a existência dos ervais nativos e o potencial econômico destes, tratou logo de solicitar licença para explorá-los, tendo conseguido permissão do Governo Imperial pelo Decreto n. 8.799 de 09.12.1882. Desse modo, a referida Companhia existia desde o tempo do Império e tinha a concessão para explorar os campos de ervais.

Além da concessão, a Companhia Matte Laranjeira se beneficiava, de forma exclusiva, da extração, bem como da exploração dos ervais. A esse respeito Naglis (2007, p.26) registra que “em 1822, Laranjeira obteve do império brasileiro o arrendamento das terras para a exploração da erva-mate nativa, porém, sem o direito de impedir a colheita da erva por parte dos moradores locais”.

A Companhia Matte Laranjeira se instalou na fazenda Campanário, criando nesse espaço uma estrutura urbana bastante avançada para a época, em uma região considerada sertão. Moreira (1990), em seu trabalho, intitulado “Memória Fotográfica de Dourados”, aponta que, no espaço em que fora construída a sede da Matte Laranjeira, havia sinais de energia elétrica, uma padaria, uma quadra de tênis, uma linha ferroviária para facilitar, por assim dizer, o escoamento da produção de ervas. As casas eram grandes, e nesse local, foi também construída uma escola (Mendes Gonçalves) para atender as crianças das famílias moradoras na fazenda campanário. No local foi, também, construído um campo de pouso e decolagem de avião, uma quadra para jogos e um hospital. As figuras abaixo ilustram o trabalho da Matte Laranjeira, na localidade.

Figura 2 - Fachada Escola Mendes Gonçalves fazenda Campanário



Fonte: Acervo do Centro de Documentação Regional da UFGD.

Figura 3- Fazenda Campanário sede da Matte Laranjeira



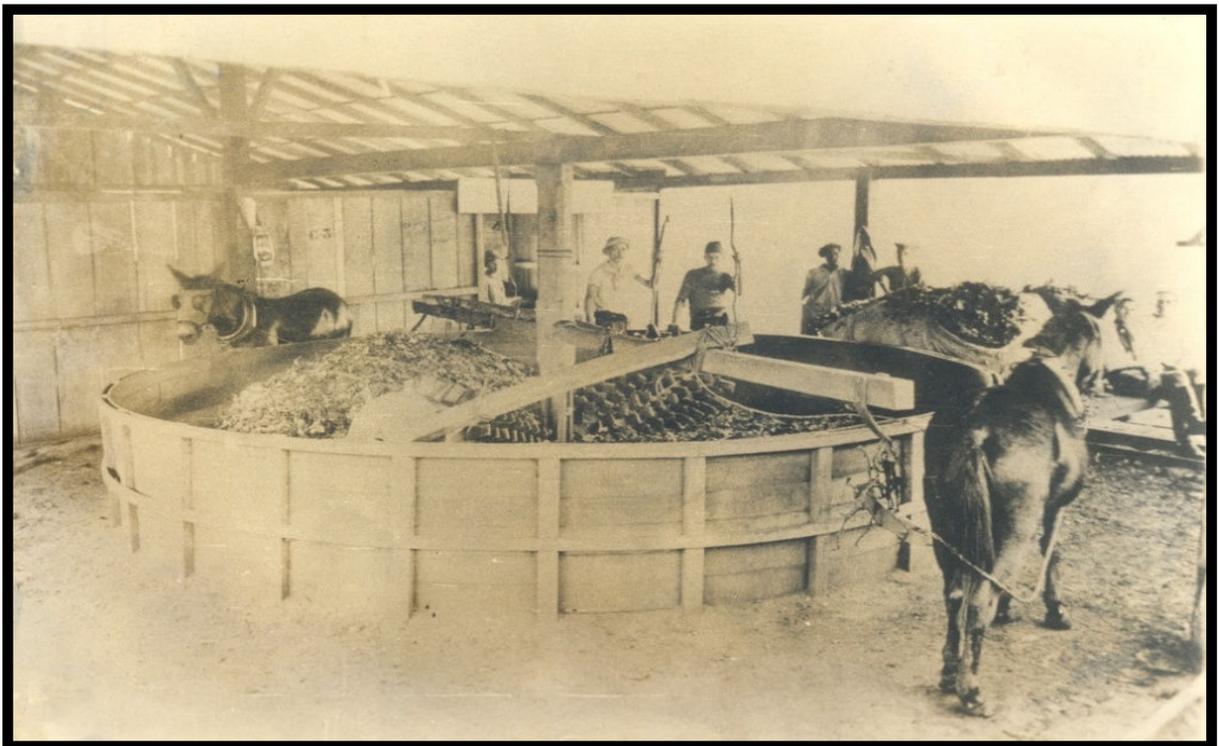
Fonte: Acervo do Centro de Documentação Regional da UFGD.

Figura 4 - Trabalhadores embalando a erva mate



Fonte: Acervo do Centro de Documentação Regional da UFGD.

Figura 5 - Trabalhadores moendo erva mate



Fonte: Acervo do Centro de Documentação Regional da UFGD.

A Matte Laranjeira tinha o controle do espaço geográfico, principalmente, onde se concentravam os ervais, pois era proprietária de vastas extensões de terra. Conforme Arruda (1997, p.55 *apud* Oliveira 2013, p.15), “no município de Ponta Porã, a Matte seria proprietária de 300.000 hectares e arrendatário de 1.330,000 hectares”.

No controle da Matte Laranjeira, grande parte das terras indígenas ficaram reduzidas. Com a redução de suas terras, os índios não podiam mais coletar alimentos em terras ervateiras, razão porque muitos deles foram incorporados aos trabalhos nos ervais.

A inclusão da mão-de-obra indígena nas atividades ervateiras, de certa forma, foi importante para a Matte, uma vez que esses eram possuidores do conhecimento da região. É bom lembrar que, segundo Arruda (1997), a mão-de-obra predominante na produção ervateira era composta de trabalhadores oriundos do Paraguai. Para Lenharo (1986, p. 64), “a Matte atuava como tampão para a subida de migrantes oriundos do sul do país” (OLIVEIRA, 2013, p.16).

Essa passagem acaba por reforçar que, de fato, o discurso de Getúlio Vargas de anúncio sobre os espaços vazios de terras no Sul de Mato Grosso não era real, não condizia com a situação da região, isso foi feito, pelo que parece, como uma estratégia de ocupação da região, uma forma de desestruturar a Companhia Matte Laranjeira e dar início Marcha para Oeste, sua marca de Governo na região de Fronteira. As investidas para desestruturar a Matte Laranjeira tiveram início em 1931, quando o governo tomou medidas relativas à produção da erva-mate. A partir de então, ficou mais evidente o objetivo do Governo sobre aquela que atuou na exploração dos ervais da região, de forma direta e exclusiva por um período de 30 anos.

O Estado Novo conseguiu, então, impedir a renovação do contrato que permitia à Companhia arrendar terras em região de fronteira, uma vez que a nova Constituição de 1937 proibia a concessão de terras até 150 quilômetros próximo da fronteira. Os proprietários, entretanto, insistiam no arrendamento. A esse respeito, Queiroz (2008, p.23) explica que, “em 1941, atendendo às recomendações da Comissão de Faixa de Fronteira e do Conselho de Segurança Nacional, Vargas não autorizou a renovação do arrendamento à Matte”.

A partir dos anos de 1940, a Companhia Matte Laranjeira, passou a perder *status* e prestígio político. Sua situação junto ao Governo Federal passou por mudanças na política de intervenção da Companhia. Isso fez com que ocorresse o afastamento da Matte Laranjeira nas esferas da política regional. Nos bastidores da política nacional, ficou evidente que a criação da CAND, em Dourados, tinha como propósito a retirada da Matte Laranjeira do cenário

político, tendo em vista que a sua organização foi considerada como um entrave para o desenvolvimento do Sul do Mato Grosso. Assim, cabe assinalar aqui que, a Companhia Matte Laranjeira, em seu vasto monopólio de terras, por muito tempo, entavou o povoamento da região do sul do Mato Grosso, pois esta era considerada uma empresa estrangeira que impedia a compra de terras. Desse modo, a política de colonização do Estado Novo encontrava dificuldades nas áreas onde a Matte Laranjeira monopolizava o arrendamento das terras.

É oportuno lembrar que o movimento político de colonização desencadeado pelo governo de Vargas, com o objetivo de integrar as áreas consideradas por ele como frágeis politicamente, também desejava alinhar as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas. Esse movimento nacionalista tinha como meta ocupar o Centro-Oeste. Em seu discurso no estado de Goiás, Vargas se pronunciou: “precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas” (VARGAS, 1940, p.31-32).

Oliveira (2013, p. 13) explica que essa política de colonização e ocupação dos espaços vazios da região Centro Oeste contribuiu para o povoamento do não índio no Sul de Mato Grosso. A esse respeito a autora assinala:

Portanto, as iniciativas, como, por exemplo, a complementação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) de Campo Grande a Porto Esperança em Corumbá e o Ramal de Ponta Porã que ligava o Brasil com a república vizinha do Paraguai e da Bolívia, bem como a criação do Território Federal de Ponta Porã e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foram idealizados com o objetivo de nacionalizar as fronteiras e desestruturar a Matte Laranjeira para povoar a região.

Pode-se considerar explícita uma questão política quando Vargas se refere aos espaços vazios como “vácuos demográficos”, pois nas terras da região Sul do Estado já havia habitantes; os índios das etnias Guarani e Kaiowá, que habitavam a região mesmo antes da chegada dos espanhóis, no século XVI. Entre os índios também havia os posseiros e os funcionários da Companhia Matte Laranjeira, que se instalaram na região após a guerra do Paraguai. (OLIVEIRA, 2013).

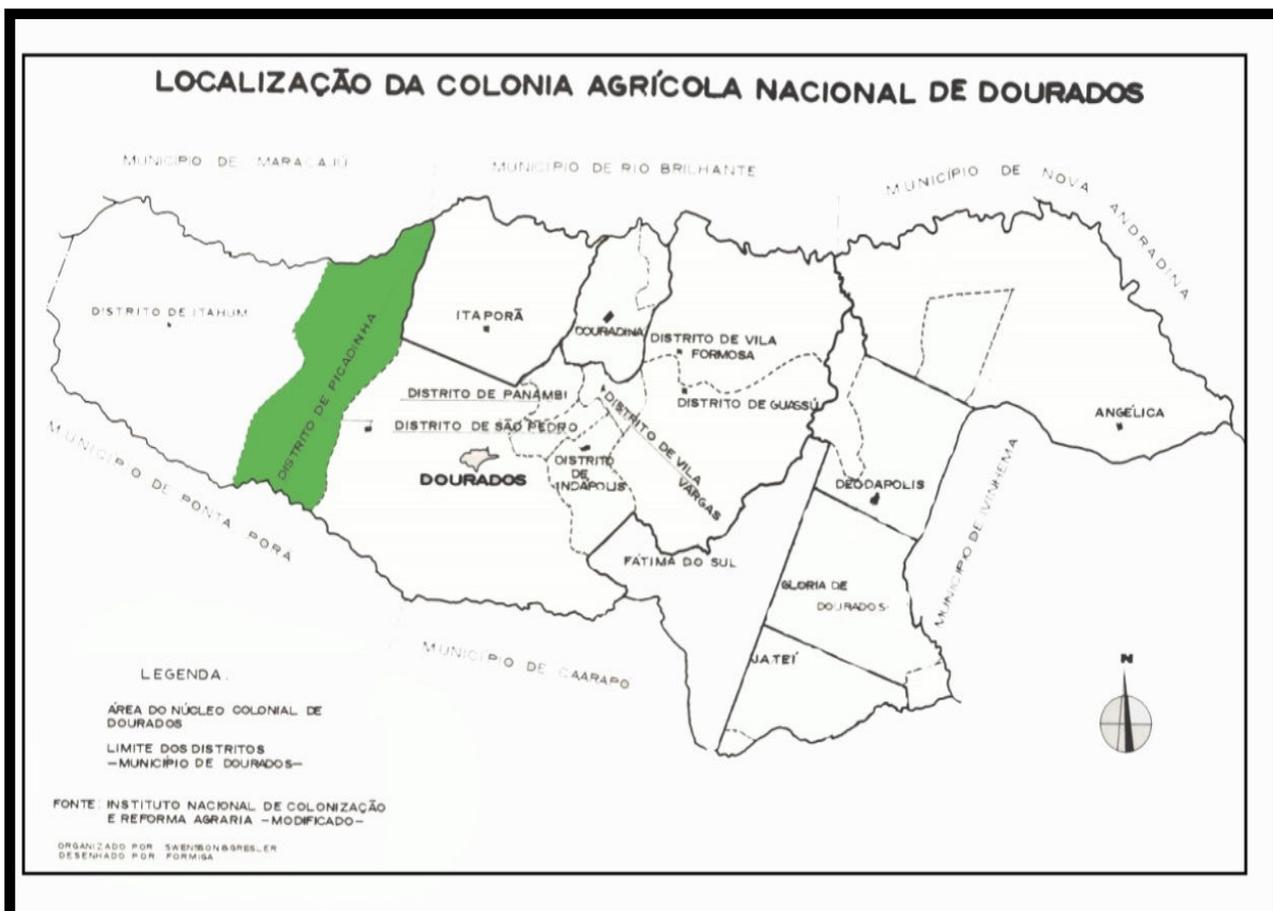
2.2 A Colônia Nacional Agrícola de Dourados e a sua participação para o povoamento e desenvolvimento local

A primeira colônia do Centro-Oeste foi criada em Goiás, em 19 de fevereiro de 1941, mediante o Decreto de Lei N 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, que dispunha sobre a criação das colônias agrícolas. Entretanto, no Sul do Mato Grosso, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi oficializada somente em 28 de outubro de 1943. Sobre o retardamento da criação da CAND, Martins (s/d, (p. 117-118) esclarece que:

Essa colônia deveria ter sido criada antes, mas, como declarou o despacho presidencial, de 19 de fevereiro de 1942, Instalado o Território Federal de Ponta Porã, pelo Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, [...], a Colônia foi criada em Dourados, conforme indicação do Ministério da Agricultura. Daí originou-se, como previam até os mais daltônicos, o extraordinário desenvolvimento da agricultura na região, com o aproveitamento daquelas magníficas terras, umas das mais produtivas do Brasil [...]. A criação desse Território Federal foi recebida por aqueles que buscavam a independência sul-matogrossense, como a preparação da almejada divisão do grande Estado, cuja imensa extensão territorial impedia que se processasse o seu reclamado e ambicionado desenvolvimento.

Convém mencionar aqui que as Colônias Agrícolas Nacionais eram pensadas como “microcosmos econômicos do país”. Elas expressavam um momento da escalada da política colonizadora após 1939 (LENHARO, 1986). Dourados, inicialmente, foi habitada por índios Guaranis e ex-combatentes da Guerra do Paraguai. No final do século XIX, recebeu várias pessoas das províncias do Paraná, de São Paulo e do Rio Grande do Sul e até mesmo de Minas Gerais. Essa população chegou pelo Sul do Estado e ocupou a região. Em 1907 foi aberta a estrada de Porto Quinze, o que facilitou muito a vinda de correntes migratórias de Minas Gerais e até mesmo de parte do nordeste brasileiro que aqui se instalaram e fixaram residência. Porém, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados “foram abertas frentes de trabalho na cultura do café e do algodão, com agricultores vindos do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e de estados do Nordeste”. (ESPÍNDOLA; FREITAS, 2004, p. 44). O mapa representado na imagem abaixo, na figura, apresenta a localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Figura 6 - Mapa de localização do Distrito da Picadinha



Fonte: GRESSLER (1998, p. 40)

O Decreto nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, criou a Colônia Agrícola de Dourados e, certamente, contribuiu para a expansão econômica na região de Dourados, bem como para o povoamento da região Sul do estado do Mato Grosso. A importância dessa Colônia Agrícola, à época, ecoou de forma bastante contundente, pois consolidou a região como terra promissora, e Dourados, como um celeiro de oportunidades. As despesas decorrentes das obras de instalação da Colônia ficaram a cargo do orçamento da União, tendo como custo o valor de (2.000. dois milhões de cruzeiros). Esse ato político foi publicado no diário oficial de 30 de outubro de 1943.

O quadro a seguir mostra, em números, a população do Município de Dourados entre os anos de 1940 a 1950. Esses dados estão baseados no primeiro censo realizado no ano de 1940 e estão disponíveis no site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 3 - População do Município de Dourados

População censitária (1940-1996)			
Censo/Ano	Total	Urbana	Rural
1940	14.985	1.821	13.164
1950	22.834	4.730	18.104
1960	84.955	16.468	68.483
1970	79.186	31.599	47.587
1980	106.493	84.849	21.644
1991	135.984	122.856	13.128
1996	153.191	139.695	13.496

Fonte: IBGE 2012.

Os dados da tabela 3 permitem observar que, com a instalação da Colônia Nacional Agrícola de Dourados, no início dos anos de 1940, ocorreu, de fato, um crescimento populacional tanto urbano quanto rural no município de Dourados, pois enquanto a população em 1940 era de 14.985, em 1950, passou a ser de 22.834, o que representava um aumento populacional de 98%.

É oportuno considerar aqui que a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, implantada em 1943, provocou intensa corrente migratória, disponibilizou mão-de-obra barata e valorizou a terra. A “ocupação dos lotes levou à uma redistribuição das pequenas propriedades e à concentração das terras, acompanhada da implementação do trabalho assalariado” (LENHARO, 1986, p.50-51). Pode-se dizer que as mudanças propiciadas pela Colônia Agrícola não influenciaram apenas as áreas rurais, pois trouxe mudanças, também, na área urbana, favorecendo a urbanização do município de Dourados.

Em realidade, a colonização promovida pelo estabelecimento da Colônia mudou o cenário rural e urbano do município e da região de Dourados, na medida em que provocou a vinda de um grande número de trabalhadores e de famílias, principalmente, nordestinas. Nesse novo cenário, por causa das exigências da acumulação capitalista – entre elas, a reprodução da força de trabalho, sua socialização e a produção da “harmonia” social necessária, e em sintonia com o projeto nacional, é que se vai verificar a promoção de políticas sociais na região, entre as quais a política de educação.

Em meio ao cotidiano, ao trabalho na terra e afazeres domésticos, as pessoas do município tinham uma vida social, considerada, à época, como intensa, participando de acontecimentos como: inauguração da agência de correios, passeios, piquenique, festas de aniversário, bailes de carnaval, e atividades esportivas como jogos de futebol, os acontecimentos religiosos também eram motivos de festa, destacando-se os casamentos, missas e bodas de ouro das famílias.

2.3 A Picadinha, de Vila a Distrito no Município de Dourados

O termo distrito se constitui de um conceito chave da Geografia, e é justamente nesse campo que se encontra uma reflexão sistemática sobre o tema, o que permite estabelecer uma discussão nesta investigação que analisa a história da Escola Geraldino Neves Correa, situada no Distrito da Picadinha, município de Dourados. Pinto (2003) considera um distrito como o estágio inicial para a formação de um município. Quando o distrito torna-se um município e acontece sua emancipação política e econômica, necessita-se criar a sua organização administrativa, constituída de prefeito, vice-prefeito, câmara municipal de vereadores

Ainda sobre o distrito, o autor complementa:

O distrito uma subdivisão do município, que tem como sede a vila, que é um povoado de maior concentração populacional. Ele não tem organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município. O distrito tem a mesma denominação de sua vila, e somente pode ser criado por meio de lei municipal. No entanto os requisitos exigidos, para a criação de um distrito são estabelecidos por meio de lei estadual. O município não pode, por si só, instalar distritos adotando critérios próprios. Faz-se necessário que um povoado atenda as exigências determinadas pela legislação estadual para que o município por meio de uma lei municipal aprovada pela Câmara de Vereadores local o eleve a categoria de distrito. (PINTO, 2003, p. 57).

Pode-se dizer, portanto, que, mesmo localizado na zona rural do município e sendo legalmente considerado como parte integrante da zona urbana, o modo de ser e de viver de um distrito é muito mais compatível com o urbano do que com o rural. A Picadinha surgiu, inicialmente, como uma vila, no início dos anos de 1940, em um período em que o município de Dourados, conforme tratado anteriormente neste capítulo, estava submetido juridicamente ao Território Federal de Ponta Porã. Ainda que a vila da Picadinha tenha tido o seu início na década de 1940, é necessário deixar registrado que antes desse período já havia, na localidade, uma população negra que teve início com a chegada de Desidério Felipe de Oliveira, no ano de 1907. Desidério Felipe de Oliveira fazia parte de uma comitiva de boiada quando chegou ao

Distrito de Vista Alegre, localizado em Maracajú; depois de se desentender com o chefe da comitiva não mais retornou ao estado mineiro. A esse respeito, o seu neto Antonio Braga, de 94 anos, relatou:

Meu avô, ele sempre falava que veio tocando comitiva a pé. Ele veio de Minas. Ai brigou com um capataz e ficou e, casou e passou a ser roceiro (...) O meu avô Desidério ao chegar em Vista Alegre, Distrito de Maracajú, conheceu Maria Cândida de Oliveira, uma índia de etnia terena, com quem se casou. Lá nasceram os quatro primeiros filhos: Bemvinda (mãe de Antonio Braga), Thomaz, Madalena e Miguel. (LEITE e NISHIJIMA, 2007, p. 3)

Em Dourados, o “pioneiro” Desidério adquiriu o título provisório de uma área de 3.748 hectares por meio da Repartição de Terras, Minas e Colonização, possivelmente, terras devolutas, prática que era comum por parte do governo federal. Segundo Bosco (1995, p.191),

A concessão do título de aforamento perpétuo (concedido pelo Governo Federal para quem requeresse terras devolutas da União) fazia parte de uma política do Governo brasileiro o povoamento das regiões perto da fronteira, ao final da Guerra do Paraguai, especialmente por brasileiros que dominassem a língua espanhola.

Essa concessão de título fez com que Desidério Felipe de Oliveira conseguisse “com João Batista de Azevedo a posse provisória de uma área de terras de 3.748 hectares na cabeceira do São Domingo, Picadinha, onde hoje se localiza o IAME” (SOUZA, 2003, p.134). Entretanto, a concessão definitiva das terras que o senhor Desidério Felipe de Oliveira solicitou junto ao governo de Cuiabá foi requerida somente no de 1938, após a data de seu falecimento.

Como a Picadinha pertencia a Dourados, as atividades econômicas exercidas eram as mesmas do município. Cumpre destacar aqui que o Distrito da Picadinha também passou por um processo de extração da erva mate, segundo Antonio Eulógio Lopes, produtor rural e um dos primeiros habitantes desse Distrito. Em entrevista, Antonio relatou que:

[...] naquele tempo a erva era muito vendida, tinha a companhia Matte aqui na região. Os comerciantes compravam a erva e faziam uma carga, e fretavam os carreteiros, pagava naquele tempo (250.00) duzentos e cinquenta mil réis para levar uma carga e trazer mercadoria. A erva era nativa na região, na Picadinha tinha muita erva. Os paraguaios eram quem tiravam as ervas eles sabiam colher e secar, sabiam fazer. Os carreteiros levavam a erva para Campo Grande e diz que lá era levada para outro lugar para fazer tinta. A região de Caarapó era tudo campo e tinha muita erva. Os paraguaios eram os peões e recebiam dinheiro por esse trabalho o senhor Antônio relatou ainda que conheceu a erva e disse que depois que colhiam a erva, secava num babaquá e moíam depois de pronta, pois eram colocadas em bolsas para ser carregada nas carretas de boi [...].

A exploração e extração da erva mate, no período de 1914-1935, acontecia em terras da região de Dourados, no Sul de Mato Grosso, por meio da Companhia Matte Laranjeira. Do início dos anos de 1940 até 1958, a Picadinha era apenas uma vila de Dourados, pois, foi somente em 1º de novembro de 1958 que o governador do estado de Mato Grosso, José Ponce de Arruda, decretou e sancionou a Lei a de nº 1.159, de 1º de novembro do mesmo ano, criando o Distrito de Paz de Picadinha, no município de Dourados. Na referida Lei constavam os seguintes artigos:

Art. 1º - Fica criado o distrito de Paz de Picadinha, com o desmembramento do atual distrito da Sede do Município de Dourados, tendo como sede a povoação de Picadinha.

Art. 2º - os limites para o distrito de que trata o art. 1º desta lei, serão os seguintes: partindo da barra do córrego Feixo, no rio Dourados, e, por este acima até encontrar a barra do córrego Calheiro, daí, águas acima, até suas cabeceiras, prosseguirão por uma linha reta até encontrar as cabeceiras do córrego Sucuriu; por este abaixo até sua barra no rio Santa Maria; por este abaixo até sua barra no rio Brillhante; por este abaixo até encontrar a barra do rio são Domingos; pelo rio são Domingos acima até a barra do rio Caruaribe; por este acima até as divisas das águas na Escola Rural; nesta, de Portão Serrita, e, por uma linha reta, até a cabeceira do córrego do Feixo, prosseguindo por este abaixo até o ponto de partida.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário (GRESSLER, 1988, p.136).

Em realidade, pode-se dizer que o Distrito de Picadinha nasceu em meio à migração de famílias oriundas do Rio Grande do Sul, que, nessas viagens, abriam caminhos. As viagens eram longas e feitas em carretas de boi ou a cavalo, sendo bastante cansativas, havendo necessidade de repouso. Para tanto, essas famílias faziam paradas em determinados lugares ou pontos. Uma das fazendas, próxima ao Distrito, e que servia de apoio aos viajantes, foi a fazenda “Paradouro”. Os fazendeiros vinham para a Picadinha a fim de criar gado, pois na localidade o capim jaraguá era uma capim nativo na região e bom para esse tipo de atividade.

A ideia de povoamento de uma região no sul de Mato Grosso começava a tomar proporções e passou a motivar a migração de famílias cuja intenção era a de adquirir terras; assim a população que migrava fixava suas residências, como é o caso da família Matos, abaixo citada:

Manoel de Mattos Pereira e a mulher Maria Camila de Mattos, fixaram residência em Bela Vista. Tiveram seus filhos: José (Juca), Valencio, Onofre, Genoveva, Arminda(Biloca) e Cândida. Em 1912, a família foi morar na

Falha, Picadinha. Manoel militava no PSD e foi juiz de paz de Dourados (DALL BOSCO, 1995 p.232).

Nas primeiras migrações para o município de Dourados, é possível afirmar que essa família contribuiu para a formação do Distrito da Picadinha. O senhor Antônio Elógio Lopes relata que já estava morando na Picadinha antes de 1944. Convém lembrar aqui que o seu Antônio Elogio Lopes é neto do senhor Luiz Antonio Peão, um proprietário de terras correspondentes ao atual Distrito de Picadinha. Em entrevista, o seu Antônio mencionou que o seu avô Luiz Antonio Peão, além de proprietário de terras, exercia o cargo de inspetor de justiça, denominação dada à época, aos delegados de polícia. Ele, porém, enfatizou que o seu avô ajudou a abrir a Picadinha,

Com 11 anos de idade trabalhava na lavoura plantando, feijão, milho, arroz e abóbora, o início da sua trajetória foi feito num momento em que a região era de mata escura tudo era mato, aos poucos eles foram limpando o mato para formar campo. Vendiam feijão a tres conto de réis. Os fazendeiros compravam o campo para criar gado, eles não sabiam formar o pasto e a criação comiam o capim nativo. A escritura era lavrada em Dourados e depois registrado no cartório de Ponta Porã (Depoimento de Antonio Lopes, em 12 de julho de 2013).

Outros moradores fizeram parte da formação desse Distrito, como é o caso do senhor Manoel Garcia, fazendeiro com grandes posses de terras que se estendiam até onde se situa, atualmente, a sede da empresa COOPASOL¹¹, área próxima à UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados. O senhor Manoel morava na Fazenda Sete, que hoje fica próxima ao posto policial rodoviário 162, de Mato Grosso do Sul.

Conforme já referido anteriormente, o senhor Abílio Ferreira foi um comerciante português que abriu sua casa comercial em sociedade com seu irmão José Ferreira. Nessa casa, os irmãos comercializam a Pinga chamada Ferreirinha, produzida em um alambique próprio da família, uma vez que plantavam a cana-de-açúcar para a produção da pinga. Cumpre lembrar que por vários anos eles exploraram este comércio, até a entrada, no mercado, da empresa Pirassununga e outros concorrentes. Entretanto, o senhor Abílio Ferreira não deu sua contribuição ao Distrito de Picadinha apenas no comércio local, pois ele também foi tabelião no cartório instalado nos anos de 1950, na localidade. Assim, Abílio Ferreira era morador, proprietário de terras, comerciante e também o tabelião responsável pela emissão de

¹¹COOPASOL-Cooperativa Agropecuária Sulmatogrossense Ltda. RodMS162– Saída aeroporto Dourados MS, 79800-000.

documentos naquele distrito. A Figura 7, a seguir, mostra a fachada do Cartório do Distrito de Picadinha.

Figura 7 - Cartório do Distrito de Picadinha



Fonte:Acervo particular do pesquisador

Segundo relatos e informações dos moradores locais, esse prédio encontra-se desativado desde o início dos anos de 1970. Hoje, o local serve de moradia para os funcionários contratados pelo filho do ex-tabelião e que trabalham nas terras do já falecido senhor Abílio. Nesse cartório realizavam-se casamentos, escrituras públicas de compra e venda de pequenos sítios e chácaras localizados no Distrito da Picadinha e no seu entorno. As Figura 8 e 9 mostram alguns dos documentos que eram emitidos por esse cartório.

Figura 8 - Escritura de compra e venda registrado no cartório da Picadinha

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Pedro Lourenço de Souza
TABELIÃO

Mato Grosso

Estado de Mato Grosso
Comarca de Dourados
Município de Dourados
Distrito de Paz de Picadinha

TABELIÃO

LIVRO N.º 111 TRaslado FLS 364/12

Escritura de Compra e Venda - Valor Cr.\$ 2000,00

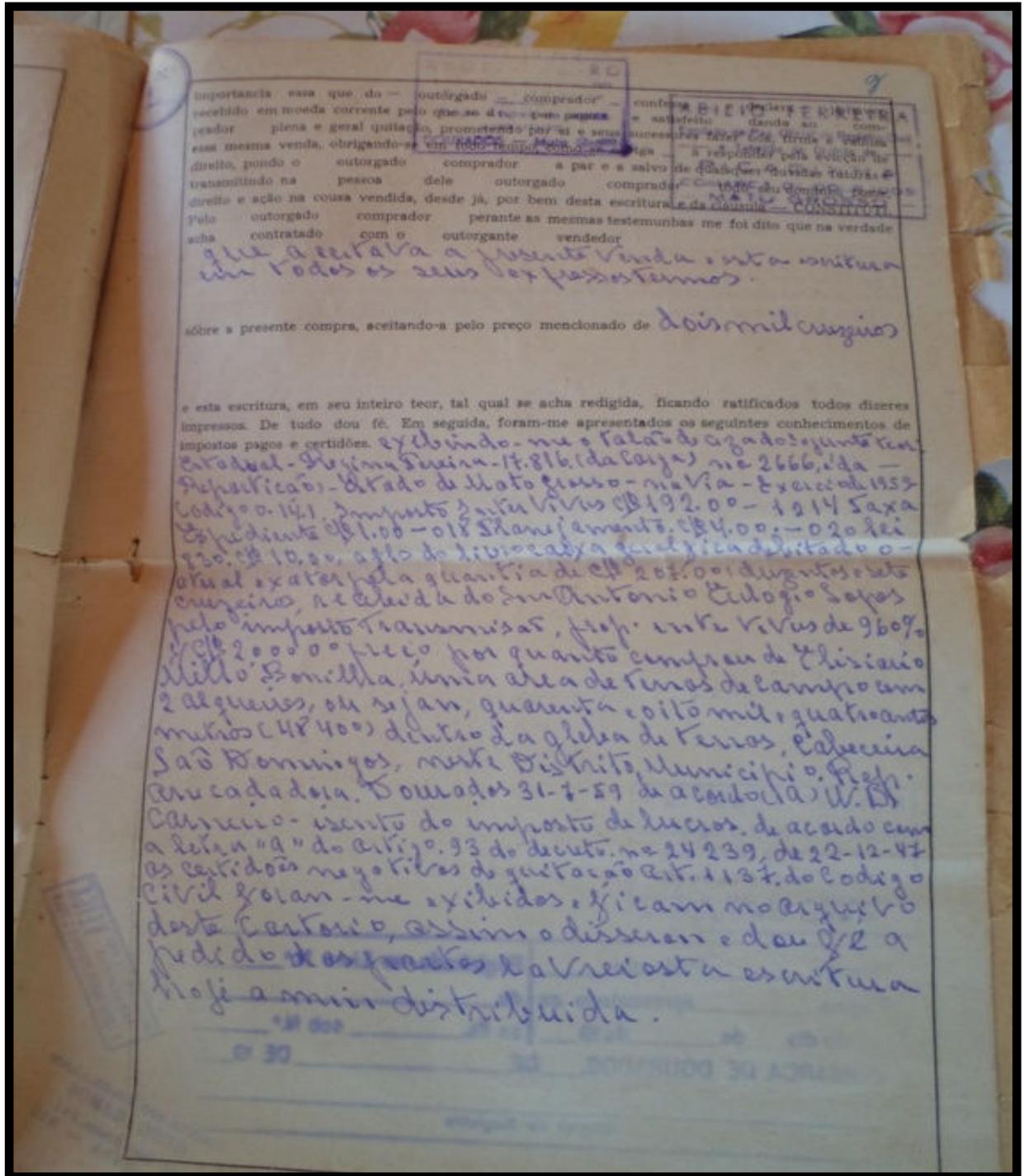
SAIBAM quantos a presente escritura pública de compra e venda virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e oitenta e nove ao trinta e um dia do mês de julho, neste Distrito de Paz de Picadinha Município de Dourados Comarca de Dourados Estado de Mato Grosso e por me haver sido esta distribuída, perante mim, Abilio Ferreira tabelião e as testemunhas adiante nomeadas e assinadas, compareceram partes entre si justas, havidas e contratadas, a saber - De uma parte, como outorgante vendedor Plisicario Mello - Somilha, viúvo, brasileiro, maior, proprietário residente, domiciliado neste Distrito de Picadinha de outro lado como outorgado comprador seu Antonio Eulógio Lopes, brasileiro, casado maior de profissão agricultor, residente neste Distrito de Picadinha

personas conhecidas de mim tabelião e das testemunhas, pelas próprias de que trato e dou fé. E perante as mesmas testemunhas pelo - outorgante - vendedor - me foi dito que sendo senhor e possuidor - , a justo título e absolutamente livre e desembaraçado de quaisquer dúvidas e ônus, real, inclusive hipoteca, mesmo legal de em maior parte do seguinte imóvel: um lote de terras pastais e lavouras denominadas de Cabeceira São Domingos

L. B. - Ord. 74

Fonte: Acervo particular senhor Antonio Eulógio Lopes

Figura 9 - Escritura de compra e venda registrado no cartório da Picadinha (continuação)



Fonte: Acervo particular senhor Antonio Eulógio Lopes

Em linhas gerais, pode-se dizer que foram esses moradores, trabalhando no comércio, na lavoura e na criação de gado, que fundaram a Vila da Picadinha no início dos anos de 1940 e que contribuíram nos anos de 1950, para a sua elevação a Distrito, no município de Dourados. Outros proprietários de terra da Picadinha, além de atuar na lavoura, também, deixaram as suas marcas na área da educação escolar do Distrito, como foi o caso, por exemplo, de Geraldino Neves Correa que colaborou para a construção da Escola Rural mista da Picadinha no início da década de 1940, instituição escolar que será abordada no próximo capítulo desta dissertação.

A partir da análise elaborada neste capítulo, pode-se concluir que a criação e instalação da Colônia Nacional Agrícola serviu tanto para o aumento demográfico na região de Dourados quanto para o seu desenvolvimento econômico. No que diz respeito ao Distrito da Picadinha, foi importante verificar o papel de determinadas famílias para o desenvolvimento dessa localidade na área da lavoura, do comércio e da educação, área que será abordada no capítulo seguinte.

3 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS: A ESCOLA GERALDINO NEVES CORREA¹²

Este capítulo faz uma abordagem sobre a educação em Dourados e no seu entorno, além de discutir aspectos que marcaram a história da Escola Geraldino Neves Correa quanto à sua origem, funcionamento, clientela atendida pela instituição, professores e diretores. Apresenta, também, uma análise da organização curricular da instituição, fazendo uso de fontes como: Relatórios da Delegacia Regional de Ensino de Dourados, Jornais, Fotografias, diplomas de professores, entrevistas, Atas Finais de Exame da Escola, Mensagens de Governadores, Livros, entre outros.

Abaixo, a fachada da escola Geraldino Neves Correia,

Figura 10- Fachada da escola Geraldino Neves Correia



Fonte: Acervo particular de Clóvis Irala.

¹²A Escola Geraldino Neves Correia, inicialmente, foi denominada de Escola Rural Mista da Picadinha.

3.1 A Educação no Município de Dourados

A história da educação no Município de Dourados aconteceu como em grande parte do país: primeiramente sob a responsabilidade da família, tendo sido transferida, a posteriori, ao poder público. No primeiro momento, a educação acontecia em dois lugares: nas fazendas da região ou nas próprias casas dos professores ou dos alunos. No início, como educação familiar, as crianças eram alfabetizadas em casa pela própria família, quando muito, por algum professor itinerante, que ia às fazendas e sítios para realizar essa tarefa. (FERNANDES; FREITAS, 2003). Em realidade, as primeiras escolas surgiram na área urbana, na década de 1930, funcionando inicialmente na casa dos próprios professores, com turmas mistas, e com poucos recursos para a aquisição de materiais didáticos e para a manutenção das escolas. (FERNANDES; FREITAS, 2003). Sobre a educação em Dourados, propriamente, Fernandes e Freitas registram que nos anos de 1930

[...] além dos professores itinerantes na zona rural existiram na vila escolas particulares de vários professores. Depoimentos (Rosa, 1990) e registros fotográficos (Moreira, 1990) referem-se à Escola Reunida (do Prof. Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo), à Escola Moderna (escola ativa), à de Laucídio Paes de Barros, de Gonçalves e a de Antônia da Silveira Capilé. Em 1939 foi criada a primeira escola com turmas de 1ª a 4ª série: a escola particular Erasmo Braga da Igreja Presbiteriana do Brasil. (FERNANDES; FREITAS, 2003, p.5-6).

Como se pode observar, naquela década, a educação em Dourados foi marcada pela presença da iniciativa privada no ensino, pois, foi somente nos anos de 1940, que a ação pública, na oferta do ensino primário, ganhou espaço na educação. No início da década de 1940, a esfera municipal criou a sua primeira escola e ampliou sua atuação nos anos subsequentes. Ainda no início da década de 1940, Dourados recebeu, em 1942, a primeira leva de Irmãs Franciscanas, oriundas da América do Norte, as quais ajudaram na instalação da Escola Imaculada Conceição para o funcionamento do Curso Primário (AMARAL, 2005). Porém, essa presença católica na educação escolar douradense permite levantar alguns indícios de disputa religiosa, como apontam alguns estudos. Isso quer dizer que as escolas confessionais foram espaços para a disseminação de ideais e um meio de catequização. Como aponta Amaral (2010, p. 62), “desde a instalação definitiva do primeiro pároco em Dourados, em 1940, a Igreja Católica passou a agir intensivamente contra a expansão protestante nesse município e região.”

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados também teve uma participação importante na educação pública. A esse respeito Gresseler (1988) assinala que:

Em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória, e, no artigo 38, estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e “comparecimento intermédio da autoridade policial”. Estabelecia-se, assim, a política de oferta e regulação da educação pública municipal voltada para a área rural. (GRESSELER, 1988, p. 19)

Assim, a educação em Dourados foi se ampliando e se institucionalizando. O poder público, já em 1947, incumbiu os pais e/ou responsáveis de enviarem seus filhos aos estabelecimentos de ensino oferecidos pelo governo, tornando o ensino público obrigatório. Em 1947, em 22 de novembro, por meio do Decreto nº 386, foi criada a Escola Joaquim Murtinho, que funcionou como o Primeiro Grupo Escolar Público de Dourados¹³. Esse Grupo Escolar iniciou suas atividades atendendo, em regime misto de ensino, em um casarão, onde atualmente funciona a agência central do Banco do Brasil. Contudo, as precárias condições de suas instalações dificultavam o ensino nesse Grupo Escolar (MOREIRA, 1990).

Ainda em 1947, iniciaram-se, também, as atividades de ensino na Escola Reunida¹⁴ do Oeste, quando o Ministério da Guerra fez a doação de um terreno, com uma pequena edificação que servia para abrigar as tropas do exército e que tinha como sede Ponta Porã. A construção continha duas salas e um banheiro. Pouco tempo depois do início das atividades dessa Escola, ela foi transformada em Grupo Escolar e passou a ser denominada de Abigail Borralho, recebendo esse nome em homenagem à primeira normalista de Mato Grosso (ROSA, 1990). Somente em 1953, foi construído o prédio no qual, atualmente, funciona a escola. Sua primeira diretora foi Antônia da Silveira Capilé, que mesmo antes da sua abertura, dispensava o ensino às crianças em sua casa. A escola oferecia ensino público atendendo meninos e meninas em idade escolar.

¹³ Essa modalidade de escola primária, denominada “grupo escolar”, foi implantada pela primeira vez no país em 1893, no estado de São Paulo, e representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no século passado. Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. (SOUZA, 2009, p.35).

¹⁴ “ É oportuno deixar registrado aqui que, as escolas reunidas tinham a vantagem de representar uma economia aos cofres públicos, pois não exigiam a contratação de uma pessoa específica para assumir a função de diretor, com uma gratificação fixa; necessitavam de um número menor de alunos para serem instaladas, exigiam prédios escolares mais simples, não necessitando do investimento em grandes obras para a construção de uma escola-monumento, como era próprio dos grupos escolares. Tal característica, além de tornar as Escolas Reunidas um modelo econômico, possibilitava a sua instalação em qualquer localidade, permitindo rapidamente a sua expansão” (SÁ, 2008, p.11).

O ensino secundário chegou ao município de Dourados somente nos anos de 1950, quando no mesmo espaço físico do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em 1954, iniciaram-se as atividades do primeiro ginásio de Dourados, o Colégio Osvaldo Cruz, que também oferecia o ensino primário. Até à abertura do Colégio Osvaldo Cruz, os estudantes que tivessem o interesse em continuar os seus estudos tinham que sair de Dourados e procurar ginásios, principalmente na cidade de Campo Grande. Mas, apesar da instalação do Colégio Osvaldo Cruz na cidade, ainda havia dificuldades de acesso ao ensino secundário, pois essa era uma instituição de ensino particular.

De 1954 a 1956 o Colégio Osvaldo Cruz funcionou no mesmo espaço físico do Grupo Escolar Joaquim Murtinho em Dourados, passando a funcionar em prédio próprio somente em 1957, no mesmo ano em que formou a primeira turma do Curso Ginásial. Nessas novas instalações, o Colégio trouxe mais cursos para o estabelecimento, e, em 1960, além do Curso Científico, foi aberto o Curso de Técnico em Contabilidade.

Não se pode deixar de registrar que, na década de 1950, a presença católica na educação escolar em Dourados ampliou-se ainda mais, pois as Irmãs Franciscanas criaram, no ano de 1950, a Escola Paroquial Patronato de Menores, que funcionou até 1953, na antiga casa dessas Irmãs (MOREIRA, 1990, p. 77). Em 1955, essas mesmas Irmãs Franciscanas, além de manterem o Patronato de Menores, investiram na edificação da escola cuja conclusão durou dez anos para acontecer. Seu funcionamento ocorria em dois períodos e havia, ainda, os regimes de internato, semi-internato e externato. (MOREIRA, 1990).

Em 1958, a Escola Imaculada Conceição ampliou a sua atuação na área da educação em Dourados, pois, naquele ano, as Irmãs Franciscanas instalaram, junto a esse estabelecimento, o “Ginásio Nossa Senhora da Conceição” e a “Escola Normal Nossa Senhora da Conceição”. O Patronato de Menores se transformou no estabelecimento denominado “Educandário Santo Antônio”(BRAZIL 2012; MANCINI, 2012).

É oportuno esclarecer que a “Escola Normal Nossa Senhora da Conceição” foi a primeira instituição de formação de professores do município de Dourados e região. O Curso Normal nessa Escola teve seu início funcionando em duas modalidades: o Normal Regional (Primeiro Grau) e o Normal Colegial (segundo grau). Tal divisão proveio da Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída em 1946 (MANCINI, OLIVEIRA, SILVA, 2007). Porém, foi somente nas décadas de 1960 e 1970 que outras escolas de formação foram instaladas nesse município.

Ainda na década de 1950, ocorreu, também, a criação, em Dourados, da primeira escola pública de ensino secundário. Embora o decreto de criação dessa instituição seja datado de 1951, os documentos apontaram que a instalação aconteceu somente em 1958, quando, de fato, o Colégio Estadual Presidente Vargas passou a funcionar em Dourados (MARQUÊS, 2013).

Assim se constituiu o contexto educacional urbano de Dourados, com escolas privadas e públicas, tanto de origem confessional quanto leiga, de ensino primário, secundário e de formação de professores. Como o foco desta pesquisa está direcionado ao ensino primário, vale a pena referenciar que em 1969 essa modalidade de ensino pública, na área urbana do Município de Dourados era constituída de:

Tabela 4- Relação de Escolas Urbanas Primárias Públicas em Dourados, no ano de 1969

Modalidades	Número de Escolas
Grupo Escolar	3
Escolas Reunidas	1
Escolas urbanas	2
TOTAL	6

Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1969

Como se pode observar, o ensino primário na área urbana era constituído de apenas seis escolas primárias públicas, dentre essas três, Grupos Escolares, duas Escolas Reunidas e duas Escolas Urbanas. No entanto, no entorno de Dourados, nas vilas, nos distritos, nos sítios e nas fazendas havia um grande número de escolas rurais primárias, funcionando desde a época em que Dourados era apenas um Distrito do Município de Ponta Porã. Nos anos de 1960, mais precisamente em 1969, por exemplo, o ensino rural primário no Município de Dourados era formado assim:

Tabela 5 - Relação de Escolas Rurais Primárias Públicas em Dourados no ano de 1969

Modalidades	Número de Escolas
Grupo escolar	01
Escolas reunidas	07
Escola rural Mista	42
Escolas Particulares com professores estaduais	5
Patronato ou educandário com corpo docente estadual	1
Escolas Municipais com professores estaduais	2
Total	59

Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de 1969

A tabela nos permite perceber que, nas áreas rurais, o número de escolas primárias era bem superior ao número de escolas primárias urbanas. Enquanto nas áreas urbanas, em 1969, havia seis escolas, nas áreas rurais, no mesmo período, havia 59 escolas, o que representa um percentual de 101% a mais. Embora o número de escolas com ensino primário em Dourados fosse superior na zona rural, as instituições existentes em maior número, nesses locais, eram as escolas rurais mistas, que, na maioria das vezes, funcionavam apenas com uma sala de aula. Conquanto na área urbana de Dourados o número de escolas fosse menor, estas eram instituições que tinham maior representatividade que as escolas rurais mistas, pois eram instituições com melhor estrutura física e podiam atender a um maior número de alunos, como, por exemplo, os Grupos Escolares.

Nos quadros a seguir são apresentados dados de um levantamento feito pela Delegacia Regional de Mato Grosso, no ano de 1970, que caracterizam o ensino rural primário no entorno de Dourados. O quadro 2 apresenta a distribuição das escolas estaduais nas áreas rurais:

Quadro 2 - Escolas da Zona Rural – Municipais

Nº Ordem	Nome da Escola	Localização	
1	Grupo Escolar General Rondon	Missão Caiuá	
2	Escola Reunida Ruy Barbosa	Douradinha	
3	Escola Reunida Potrerito	Potrerito	
4	Escola Reunida Barão do Rio Brando	Douradinha	
5	Escola Reunida São José	Núcleo Colonial Serraria	
6	Escola Reunida NovoBarreirão	Barreirão	
7	Escola Reunida Novo Panambi	Novo Panambi	
8	Escola Reunida Metodista	Laranja Lima Travessão do Triunfo	
9	Escola Rural Mista Fazenda Primavera	Fazenda Primavera	
10	Escola Rural Mista Vila Vargas	Mercado	
11	Escola Rural Mista Esperança	Distrito de Panambi	
12	Escola Rural Mista Metodista	Travessa do Varjão	
13	Escola Rural Mista Monteiro Lobato	Douradinha - Travessão 44	
14	Escola Rural Mista Alto de Mercado	Cruzaltina	
15	Escola Rural Mista Nova Esperança	Colônia Esperança	
16	Escola Rural Mista Quadra 46	Douradinha	
17	Escola Rural Mista Iguassu	Linha Iguassu	
18	Escola Rural Mista Pindaíba do Bocajá	Bocajá	
19	Escola Rural Mista Colonia Italiana	Iguassu	
20	Escola Rural Mista Potrerito	Potrerito	
21	Escola Rural Mista Associação Rural	Castelo	
22	Escola Rural Mista Farinha Seca	Farinha Seca	
23	Escola Rural Mista Noronha	Distrito Picadinha	
24	Escola Rural Mista Picadinha	Picadinha	
25	Escola Rural Mista Capão Alto	Itahum	
26	Escola Rural Mista Taquaral Mimosa	Guaçu	
27	Escola Rural Mista Jaguapiru	Jaguapiru	
28	Escola Rural Mista Serrito	Serrito	
29	Escola Rural Mista Moronha	Distrito Picadinha	
30	Escola Rural Mista Associação	Castelo	

31	Escola Rural Mista Rainha dos Apóstolos I	Bocajá	
32	Escola Rural Mista Rainha dos Apóstolos II	Bocajá	
33	Escola Rural Mista Rainha dos Apóstolos III	Bocajá	
34	Escola Rural Mista Rainha dos Apóstolos IV	Bocajá	
35	Escola Rural Mista do Mercado	Núcleo Colonial Dourados	
36	Escola Rural Mista do Mercado	Mercado (N.C.D.)	
37	Escola Rural Mista Potreiro da Cruz	Potreiro da Cruz	
38	Escola Rural Mista Potreiro da Cruz	Potreiro da Cruz	
39	Escola Rural Mista de Angélica	Bairro São João	
40	Escola Rural Mista Laranja Lima Varjão	Travessão de Macaúba	
41	Escola Rural Mista Novo Panambi	Novo Panambi	
42	Escola Rural Mista Barreirão	Linha Barreirão	
43	Escola Rural Mista do Barreirinho	Barreirinho	
44	Escola Rural Mista Lagoa Rica	Douradinha	
45	Escola Rural Mista Alto Café	Alto Café – Panambi	
46	Escola Rural Mista Triunfo	Travessa Triunfo	
47	Escola Rural Mista São José	Fazenda Primavera	
48	Escola Rural Mista São Pedro	Vila São Pedro	
49	Escola Rural Mista Bocajá	Braço Morto	
50	Escola Rural Mista de Guassu	Fazenda Guassu	
51	Escola Rural Mista Ministro Pestana	Douradinha	
52	Escola Reunida São Pedro	Vila São Pedro	
53	Escola Reunida São Pedro II	Vila São Pedro	
54	Curso de Alfabetização de Adultos	Rua Santa Catarina, 1504	

Fonte: Pastas documentais da Delegacia Regional do MT, 1970; acervo Centro de documentação Regional UFGD. 1971

O quadro 3 possibilita observar que, no ano de 1970, o município de Dourados contava com um número significativo de escolas estaduais situadas em áreas rurais – instituições de ensino que eram escolas mistas, escolas reunidas e cursos de alfabetização de adultos. Apesar disso, o número de escolas rurais mistas era predominante. Contudo, as escolas situadas no meio rural do município estavam espalhadas em diferentes lugares, como Distritos, Vilas, Fazendas, Travessas, Missões Indígenas, bairros, núcleos colônias (da Antiga Colônia Nacional Agrícola de Dourados), entre outros.

Quadro 3 - Escolas da Zona Rural – Municipais

Nº Ordem	Nome da Escola	Localização
1	Escola Reunida Presidente Vargas	Vila Vargas
2	Escola Reunida Vila Formosa	Vila Formosa
3	Escola Rural Mista Italianos	Colônia dos Italianos
4	Escola Rural Mista Metodista	Laranja Lima Travessão do Triunfo
5	Escola Rural Mista Duque de Caxias	Cerâmica Arakaki
6	Escola Rural Mista Panambi	Travessa do Euzébio
7	Escola Rural Mista Travessa Lagoa	Travessa Lagoa
8	Escola Rural Mista Macaúba	Macaúba
9	Escola Rural Mista Figueira Castelo	Figueira Castelo
10	Escola Rural Mista João da Câmara	Fazenda Jateí
11	Escola Rural Mista do Amade	Laranja Lima
12	Escola Rural Mista Bolicho Queimado	Bolicho Queimado
13	Escola Rural Mista Fazenda Mya	Fazenda Mya
14	Escola Rural Mista Itahum	Itahum
15	Escola Rural Mista Indápolis	Indápolis
16	Escola Rural Mista Cruz Alta	Laranja Doce
17	Escola Rural Mista Vila Formosa	Vila Formosa
18	Escola Rural Mista Angélica	Linha 24
19	Escola Rural Mista Laranja Doce	Laranja Doce
20	Escola Rural Mista Laranja Lima	Laranja Lima
21	Escola Rural Mista Barreirinho	Barreirinho
22	Escola Rural Mista Lagoa Rica	Lagoa Rica
23	Escola Rural Mista Alto Café II	Colônia Federal
24	Escola Rural Mista São Pedro	São Pedro Cooperativa (4 linha)

25	Escola Rural Mista Triunfo	Travessa Triunfo
26	Escola Rural Mista São José	Travessa Euzébio
27	Escola Rural Mista Bocajá	Braço Morto

Fonte: Pastas documentais da Delegacia Regional do MT, 1970; acervo Centro de Documentação Regional /UFGD.

Esse quadro possibilita verificar que como as escolas rurais estaduais, as escolas rurais municipais de Dourados apresentavam-se em número, também, significativo, embora menor que as escolas estaduais. Porém, essas escolas municipais situadas no meio rural do município também estavam espalhadas em diferentes lugares, como Distritos, Fazendas, Colônias de Imigrantes Italianos, Travessas, entre outros lugares. Em realidade, esses quadros caracterizam o ensino rural primário no entorno do Município de Dourados, bem como revelam a participação do poder público tanto estadual quanto municipal nas escolas rurais mistas primárias e nas escolas reunidas situadas nas áreas rurais. Revelam, ainda, uma pequena participação da iniciativa privada. Como se pode observar, nesse período, a participação do poder público estadual era maior que a do poder público municipal, pois, enquanto havia 54 escolas pertencentes ao estado, apenas 27 pertenciam ao município. A análise dos dados encontrados no levantamento feito pela Delegacia Regional de Mato Grosso aponta que, das 82 escolas rurais da região, 65,8% eram de âmbito estadual e 32,9% do municipal, sendo que apenas uma era particular.

Os dados nos quadros permitem-nos entrever que essas escolas estavam situadas em diferentes espaços tidos como rurais, entre eles Vilas, Distritos, Fazendas, Colônias, Travessas. Assim, o ensino rural primário encontrava-se constituído no entorno de Dourados, nos anos de 1970.

3.2 De Escola Rural Mista da Picadinha a Escola Geraldino Neves Correa

A Escola Rural Mista da Picadinha¹⁵ foi instalada em 1942, motivada, por um lado, pela necessidade de instrução primária para os filhos dos primeiros moradores do Distrito e do seu entorno, que vieram explorar, sobretudo, a pecuária na localidade; por outro lado, por causa das forças políticas, principalmente, pela atuação do vereador Weimar Torres, do município de Dourados, à época. Essa Escola foi improvisada, inicialmente, em uma residência, com uma sala de aula cedida pelo senhor Lídio Mello, uma vez que foi somente com o aumento da demanda de crianças que surgiu, então, a necessidade de ampliar o atendimento dos alunos por meio da construção de uma casa de madeira.

Em 1943, as instalações dessa Escola foram construídas em sistema de mutirão; a comunidade local participou da construção, colaborando tanto na execução da obra quanto fazendo doações em dinheiro. Em entrevista concedida por um antigo morador da Picadinha, o senhor Desidério de Oliveira, relatou que a sua avó, Maria Cândida Batista, à época, contribuiu financeiramente para a construção da escolinha, doando a quantia de 500 contos de réis (moeda oficial da época). A respeito da construção dessa Escola, o senhor Antônio revelou em entrevista, que:

A construção da Escola foi feita de madeira “um casarão” coberto de tabuinha, toda a madeira foi tirada daqui do mato ficava próxima ao barracão de madeira. Naquele tempo tinha muitos moradores aqui na Picadinha e para ir para Dourados era difícil e não tinha como mandar as crianças, porque não tinha estrada, a estrada era de chão e quando chovia só passava cavaleiro, pessoas montadas a cavalo, por isso, precisávamos construir uma escola aqui na Picadinha (Antônio, entrevista em 03 de julho de 2013).

Diante do relato do Sr. Antônio, pode-se dizer que, como na maioria das escolas rurais no Brasil, a Escola na Picadinha tinha as mesmas estruturas daquelas implantadas em Mato Grosso, ainda do início da reforma da instrução pública de 1927: estruturas físicas precárias, improvisadas e professores que ministravam aulas em espaços como barracões, galpões ou casarões, cujas condições não eram mínimas, sequer, para desenvolver as atividades de ensino.

Porém, na década de 1950, a Escola da Picadinha ganhou um novo prédio para as suas instalações. Nessa época, foi construída uma Escola em alvenaria, que lá está ainda hoje. A respeito dessa nova construção escolar, o senhor Antônio esclareceu que “a construção em

¹⁵Antônio Eulógio Lopes, Edselma da Silveira Garcia e Doroti Ferreira da Silva.

alvenaria dada Escola, foi feita entre uma parceria estabelecida com a prefeitura de Dourados e o senhor Geraldino Neves Correa, que doou o terreno e contribuiu também de forma financeira para a construção”.

A construção desse novo prédio para a Escola da Picadinha circulou pela imprensa do município de Dourados, mais precisamente, tornou-se matéria no Jornal “O Progresso”, que trazia informações sobre uma verba destinada a essa construção:

A camara municipal está discutindo o orçamento financeiro para o ano de 1955, cuja receita esta prevista e, dois milhões e oitocentos e cinquenta mil cruzeiros. Os vereadores propuzeram diversas emendas, dentre os quais figura a emenda do verador Weimar Torres, fixando uma verba de quarenta mil cruzeiros para a construção de uma escola na Picadinha. Justificando essa emenda o vereador salientou que a escola daquela localidade se tornou insuficiente para as crianças ali existentes, principalmente para atender a população escolar das chácaras e pequenas propriedades distinta do núcleo povoado (JORNAL O PROGRESSO, 1954, p.2).

Essa matéria do Jornal “O Progresso” permite-nos notar a preocupação e o envolvimento das forças políticas do município de Dourados, sobretudo, do vereador Weimar Torres, com a necessidade de construção de um novo prédio para a Escola da Picadinha, uma vez que o referido vereador justificava a sua solicitação, mostrando que a Escola existente na localidade não apresentava mais condições de atender a todas as crianças ali existentes, principalmnt, a população escolar das chácaras e das pequenas propriedades do seu entorno.

Em 1955, o novo prédio da Escola da Picadinha foi construído com recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Dourados e por meio da doação de um hectare de terras, feita pelo senhor Geraldino Neves Correa, um grande proprietário de terras na localidade da Picadinha que se mostrava muito empenhado pelos estudos de seus filhos e das outras crianças da Picadinha. Contudo, a oficialização da doação desse terreno à Prefeitura do município de Dourados ocorreu somente no ano de 1988, mais de quarenta anos depois da construção do prédio da escola, conforme registra o Livro nº 248, folhas 236 e 237, do Cartório de Primeiro Ofício da comarca de Dourados, assinada pelo 1º Tabelião, Alceu Soares Aguiar, conforme se pode observar por estes trechos da Escritura:

Saibam quantos esta pública escritura de Doação bastante virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e oitenta e oito (1988) aos nove (09) dias do mês de dezembro de do dito ano nesta cidade e Comarca de Dourados Estado de Mato Grosso do Sul, em cartório, perante mim tabelião substituto compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: De um lado como outorgantes doadores o sr. GERALDINO NEVES

CORREA e sua mulher D^a CAROLINA BURJART CORREA, brasileiros casados e proprietários portadores da C.I.R.G. n^o 685-SSP-MT e 9500-SSP-MT, ambos titulares do cic de n^o 008.080.241-91, residentes nesta cidade, e do outro lado como outorgante donataria a PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS – MS com sede nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob o n^o 03.155.9^o 26/0001-44 neste ato representado pelo seu prefeito em exercício o sr. Luiz Antonio Alvares Gonçalves[...] (transcrição da escrituração).

A escrituração de doação do terreno permite verificar que esta foi feita de maneira espontânea pelo casal Geraldino Neves Corrêa e dona Carolina Burjart Corrêa, uma vez que até mesmo foi dispensada a presença de testemunhas no ato de assinatura da doação, como se pode observar nesse excerto:

[...] perante mim, Tabelião Substituto pelos outorgantes doadores me foi dito que a justo título são senhores e legítimos possuidores do seguinte imóvel: uma área de terras formadas por um polígono irregular, determinada por parte da Fazenda Paradoiro, situada no Distrito de Picadinha, neste município, com área de 5.000 m²(cinco mil metros quadrados) [...].

Um dado significativo que merece ser destacado sobre a Escritura de doação do terreno da Escola é a extensão do terreno que foi doado à Prefeitura Municipal de Dourados. Ao analisar tal escritura, não foi possível saber se o casal possuía outros imóveis no distrito da Picadinha, e se esses imóveis seriam chácaras ou fazendas. Também não foi possível encontrar, na escritura, a informação de que, no terreno, já funcionasse uma escola rural primária que atendesse meninos e meninas do Distrito e do seu entorno.

É oportuno esclarecer que essa nova construção da Escola da Picadinha, ocorrida na década de 1950, além de abrigar as atividades de ensino da instituição, serviu de casa, também, por alguns anos, aos professores que nela lecionaram. A entrevista, com a professora Edselma, em 3 de julho de 2013, confirma esse fato:

Um bom exemplo sobre este assunto é a professora Lourdes Silva Garcia¹⁶ que residiu nesta casa por longos anos, quando exercia o cargo de professora. Foi a primeira diretora desta escola. Maria de Lourdes começou a lecionar no ano de 1954 e trabalhou até o ano de 1984. Nesta escola aposentou-se com 30 anos de serviço .

Estudos sobre a educação rural, como o de Maia (1982), apontam que era comum as escolas rurais utilizarem moradias para os professores que nelas lecionavam. Em realidade,

¹⁶ Não foi possível gravar entrevista com a professora Lourdes, devido ao fato desta ser falecida.

isso ocorria, principalmente, pela dificuldade de acesso a essas escolas por parte dos docentes e pela dispersão demográfica da população da zona rural.

A Figura 11 permite observar a construção da escola em alvenaria. Segundo relato de antigos moradores da Picadinha e também da senhora Doroty, professora aposentada dessa Escola, acredita-se que a fotografia tenha sido tirada no final dos anos de 1950 e início da década de 1960.

Figura 11- Fachada da escola Geraldino Neves Correa



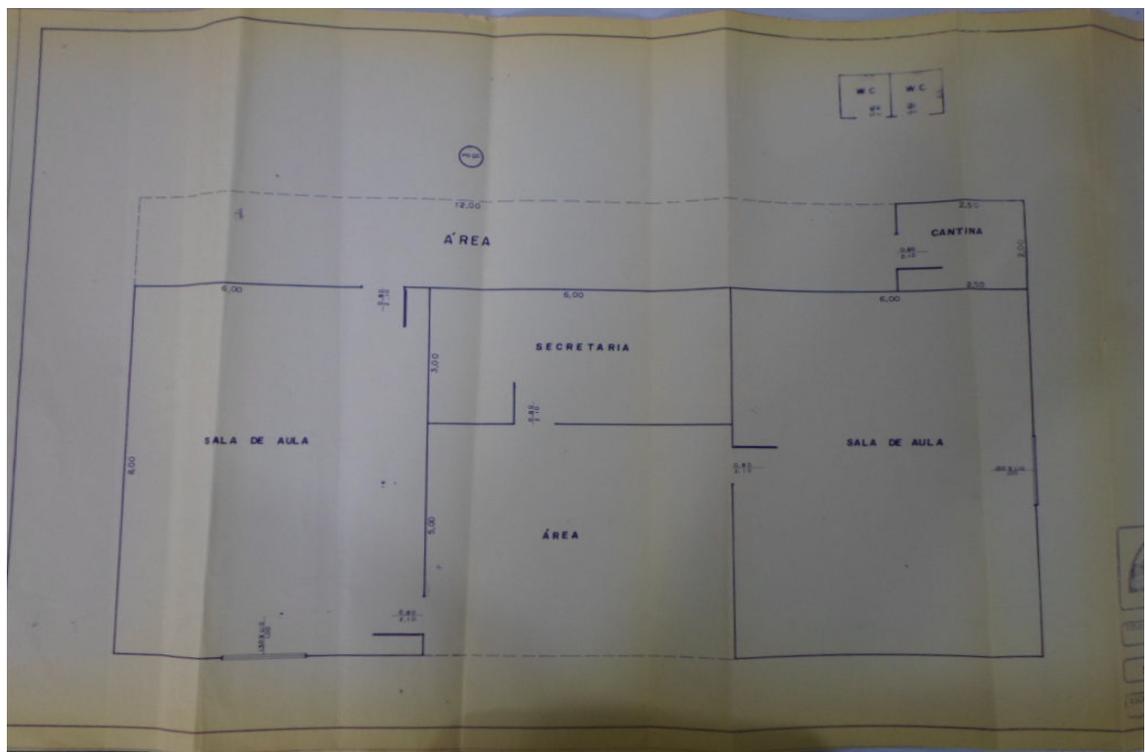
Fonte: Acervo particular da professora aposentada Doroti Ferreira Martins

Por essa imagem fotográfica percebe-se, além da construção em alvenaria e as características da arquitetura, o número predominante de docentes do sexo feminino. Com o intuito de complementar os dados sobre essa nova construção da Escola da Picadinha, buscamos informações, por meio de entrevistas, com duas antigas professoras da instituição. A professora aposentada Edselma, em seu depoimento, relatou que o espaço físico da Escola, conforme percebido na figura acima, estava distribuído da seguinte forma: na fachada, uma pequena varanda com quatro degraus que davam acesso ao corpo da casa e interligavam as três salas

existentes. Do lado esquerdo pode-se observar uma sala com quatro grandes janelas com vidros, utilizada como sala de aula. Do lado direito, outra sala com apenas uma janela, que, segundo informações dos depoentes, servia de moradia da professora Maria de Lourdes Garcia, bem como o terceiro cômodo da casa que também foi utilizado como residência. Ainda complementando os dados, em seu depoimento, a professora Edselma relatou que, na parte dos fundos da casa havia uma escada que dava acesso ao pátio da casa/escola. Não havia cercas para limitar o espaço na frente e nos fundos; era tudo aberto. Na Escola não havia energia elétrica, a água era puxada de um poço, pelos professores e moradores, em um balde amarrado na corda.

Ao considerar a disposição dos ambientes, o acesso à casa se dava pela parte da frente. As salas eram interligadas por um corredor e as portas das salas eram de madeira. Na parte externa e nos fundos a escola abrigava uma cozinha, um banheiro e o um poço. O piso da escola era de madeira, assim como o forro, que era de cor escura e o telhado todo coberto por telhas. A Figura Nº 12 mostra a planta original da construção da Escola em alvenaria.

Figura 12 - Planta da Escola



Fonte: Arquivo da SEMED

Pela imagem da planta original da construção da Escola é possível perceber que, apesar de essa instituição de ensino ter sido construída como se fosse uma casa residencial, a sua distribuição espacial caracterizava-se como um lugar de aprendizagem, com arquitetura propícia para o ambiente educacional no atendimento às crianças.

Todos esses aspectos, desde a estrutura arquitetônica do prédio ao mínimo detalhe decorativo, devem ser considerados como também fazendo parte do currículo escolar, uma vez que correspondem a “padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende” (VINÃO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p.45).

Em linhas gerais, pode-se dizer que as características da construção e a quantidade de salas de aulas eram condizentes com a realidade educacional da Picadinha e de seu entorno, no período pesquisado. No distrito da Picadinha, essa nova construção da Escola ficou situada na rua principal, uma estrada de terra que, segundo dados do depoimento da professora aposentada Edselma, no tempo de seca levantava poeira, e nos períodos de chuva formava barro, dificultando o trânsito pela rua. O acesso à escola, nesse período, era feito a cavalo ou por trator.

Desde o início, em 1942, a Escola da Picadinha funcionou em um regime de ensino misto e multisseriado, atendendo meninos e meninas, com um único professor que ministrava aulas para todas as séries, ou seja, dava aula de 1ª a 4ª séries do ensino primário. De acordo com dados coletados nas entrevistas, os seus primeiros professores foram Isaura Belmont e o professor Fernandes, ambos já falecidos.

A Escola Geraldino Neves Corrêa, mais precisamente na década de 1960 e início da década de 1970, teve a sua trajetória marcada por interrupções em seu funcionamento devido a questões políticas partidárias, conforme já relatado anteriormente. Mesmo tendo a Escola Geraldino Neves Corrêa desativado o seu funcionamento de 1942 a 1974 e em alguns anos da década de 1960 e início da década de 1970, em que os professores tinham que ministrar as aulas em suas próprias residências, pode-se dizer que essa Escola permaneceu atendendo em regime de ensino misto e multisseriado. No ano de 1974 a Escola deixou de pertencer ao estado de Mato Grosso, tornando-se uma instituição de ensino primário municipal, por meio do Decreto Municipal nº 310, datado de 01 de outubro de 1974, na gestão do Prefeito Vivaldi de Oliveira. Essa mudança levou à alteração no nome da instituição, que passou a ser denominada de Escola Municipal de 1º Grau Geraldino Neves Correa, conforme registra a imagem da placa de municipalização dessa instituição:

Figura 13 – Foto da placa escola Geraldino Neves Correa



Fonte: Acervo da escola Geraldino Neves Correa

Porém, cabe destacar que, nesse período, as mudanças na instituição escolar não ocorreram apenas no nome, uma vez que a escola passou por recuperação arquitetônica de seu prédio, com uma reforma empreendida pela Prefeitura de Dourados, que acabou por transformar os cômodos da sua casa em sala de aula e ampliar o período de funcionamento da instituição, que até então funcionava apenas no matutino, passando a atender, também, no vespertino. Esses dados foram encontrados no Projeto Político Pedagógico da escola, elaborado em 2001. Além disso, a municipalização da Escola trouxe também alterações no regime multisseriado que, a partir de então, passou a funcionar com um maior número de docentes, um ficando responsável pelo ensino da 1ª e 2ª séries e o outro com a 3ª e 4ª séries.

Ainda é importante deixar registrado que a Escola Rural Mista da Picadinha, atual Escola Geraldino Neves Corrêa, foi responsável por mais quatro salas de extensão, que atendiam uma clientela fora do Distrito da Picadinha, crianças em idade escolar, num regime misto e multisseriado. Três dessas extensões estavam localizadas ao longo da Rodovia MS 162, Saída para Itahum, sendo elas: Sala Albano José de Almeida, Sala Morosina Carmem Torraca Martins, sala IAME- Instituto Agrícola do Menor. A sala Francisco Xavier Pedroso ficava

localizada na fazenda varjão, segundo dados obtidos no Projeto Político Pedagógico 2001. Na história da Escola Rural da Picadinha também se fizeram presentes os sujeitos desse processo. Entre eles, serão destacados os alunos que estudaram na instituição de ensino rural e os professores, bem como os diretores que na escola trabalharam.

3.3 Os Alunos

A Escola atendia, em regime misto e multisseriado, as crianças em idade escolar, moradoras da Picadinha, bem como aquelas que moravam nos sítios e fazendas vizinhas. Porém, segundo informações obtidas em entrevista com a professora Doroti, a grande clientela da escola era constituída por crianças da própria Picadinha. Ainda sobre os alunos, em relação às crianças provenientes do entorno da Picadinha, a professora Doroti relatou, em entrevista, no dia 3 de julho de 2013, que *“muitos alunos vinham a pé das fazendas, pois, os pais tinham muitos filhos (de 6 a 8) e trabalhavam na lavoura, plantavam: arroz, feijão e milho, cada família tinha suas chácaras”*.

Embora houvesse o interesse de levantar o número de alunos que estudaram na Escola da Picadinha no período de 1942 a 1972, na documentação localizada, não foi possível obter todos esses dados; entretanto, nas Atas Finais de Exames, identificou-se o número de alunos atendidos pela Escola Geraldino Neves Correa, no período de 1973 a 1984, conforme tabela 6, abaixo.

Tabela 6 - Número de alunos da Escola Geraldino Neves Correa, no período de 1973 a 1984

Anos	Alunos do sexo Feminino	Alunos do sexo Masculino	Total de alunos
1973	22	22	44
1974	27	31	58
1975	26	29	55
1976	29	37	66
1977	34	39	73
1978	35	46	81
1979	27	37	64
1980	23	32	55
1981	23	31	54
1982	22	21	43

Fonte: resultado das Atas finais da escola Rural Mista da Picadinha turno matutino do 1º grau

O fato, porém, de não se ter conseguido encontrar documentos anteriores ao ano de 1973 - o que de certa forma dificultou o aprofundamento da análise, que se limitou a identificar o número de alunos por sexo, matriculados no período de 1973 a 1982, aparentemente, não comprometeu o resultado final da análise. Como se pode observar na tabela anterior, havia um equilíbrio entre o número de alunos do sexo masculino e o do sexo feminino. Mesmo com a ausência de dados do ano de 1983, é possível verificar que entre 1973 a 1984, dos 645 alunos que passaram pela Escola, 351 eram do sexo masculino e 294 do feminino.

A partir dos dados levantados em relação ao perfil dos alunos da Escola Geraldino Neves Corrêa, cabe ainda refletir sobre qual era a infância atendida por essa instituição de ensino. Refletir sobre a infância atendida por essa escola, é compreender a multiplicidade de vivências das crianças do distrito da Picadinha e de seu entorno, caracterizada por uma infância rural e definida pelos diferentes pertencimentos sociais, étnicos, familiares, de gênero etc. Isso permite compreender essas crianças como atores históricos, uma vez que elas são também produto de práticas e discursos de um lugar social como um distrito, com características marcadamente rurais, como é o caso da Picadinha. Esse fato acontece também nas interações com os adultos.

Essa infância rural da Picadinha era constituída por filhos de moradores do próprio distrito, das fazendas, sítios e chácaras do seu entorno. Eram de diferentes étnias, brancas, migrantes de outros estados brasileiros, principalmente, da região Sul e Nordeste do Brasil e negras, remanescentes das comunidades quilombolas que marcaram presença na localidade. Crianças essas que além de frequentar a escola trabalhavam muitas vezes na lavoura, acompanhando os pais, sobretudo, na época das colheitas. Assim, era uma infância múltipla, uma infância de diferentes origens: rural, escolar e trabalhadora.

3.4 Os Professores e Diretores

Na Escola Rural da Picadinha, desde o seu início nos anos de 1940, até por volta do final dos anos de 1970, o corpo docente era constituído, em sua maioria, por professores não habilitados, ou seja, docentes que não possuíam o Curso Normal e nem mesmo o Curso de Magistério. Piacentine (2012) aponta, em sua dissertação de mestrado intitulada “História da Formação para Professores Leigos Rurais: o Curso de Magistério Rural em Dourados, na década de 1970”, que era comum encontrar nas escolas rurais primárias de Dourados e região, até as décadas de 1970, um número expressivo de professores leigos, uma vez que os docentes habilitados em cursos de formação de professores não aceitavam ministrar aulas nas escolas rurais, nem mesmo pelo dobro do salário. O quadro 4, abaixo, traz uma relação de professores que atuaram na Escola de Picadinha de 1940 a 1982.

Quadro 4 - Professores da escola dos anos de 1942 a 1982 e sua formação

Nome	Formação	Séries que lecionaram	Cargo/função	Ano
Isaura Belmonte	Curso Primário	1ª a 4ª	Professora	1942
Fernandes Belmonte	Curso Primário	1ª a 4ª	Professor	1942
Jair Martins Ferreira	Curso Primário	1ª a 4ª	Professora	1950
Silvia Araújo	Ginasial Incompleto	1ª a 4ª	Professora	1955
Carmem de Matos Palmeira	Ginasial Incompleto	1ª a 4ª	Professora	1960
Zenilda Barbosa	Ginasial Incompleto	1ª a 4ª	Professora	1966
Maria de Lourdes Garcia	Curso Primário	1ª a 4ª	Professora/diretora	1970
Oraídes Correa	Ginasial Incompleto	1ª a 4ª	Professora	1964
Zaida Albuquerque Matos	Ginasial Incompleto	1ª a 4ª	Professora	1977
Doroti Ferreira Martins	Ginasial Incompleto	1ª a 4ª	Professora	1960
Edselma da Silveira Garcia		1ª a 4ª	Professora/diretora	1980

Fonte: Elaborado por Clóvis Irala, a partir das entrevistas e documentos dos acervos pessoais dos antigos professores.

O quadro acima permite perceber que no período de 1942 até 1996 não passaram muitos professores pela escola. Porém, é importante observar que, dos dez professores, apenas um era do sexo masculino, os outros nove eram do sexo feminino. Desse modo, o corpo docente da instituição apresentava um perfil feminino. Ainda com relação à formação dos professores da escola pesquisada, os dados do mesmo quadro dão a perceber que a grande maioria dos docentes possuía apenas o Curso Ginásial Incompleto ou o Curso Primário. A ficha de inscrição como a docente de Doroti Martins Ferreira, no Departamento de Educação e Cultura do Mato Grosso, serve para ilustrar a questão da formação do professor primário que atuava na Escola da

Picadinha. Doroti possuía apenas a segunda série do Ginásial quando ingressou na instituição, no ano de 1960.

Figura 14- Ficha de inscrição da dona Doroti

23-

ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Educação, Cultura e Saúde
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FICHA DE INSCRIÇÃO

(Preencha os claros com letra bem legível ou a máquina)

Carreira Professor Primario.

Nome Doroti^M Martins Ferreira

Rua Dist. de Paz de Picadinha- N. _____

Cidade Município de Dourados Estado M. Grosso

Lugar onde nasceu Ponta Pora Estado M. Grosso

Dia 6 Mês fevereiro Ano 1.937 Est. Civil solteira

Nome do Pai Abilio Ferreira

Nome da Mãe Jair Martins Ferreira

Onde trabalha? Picadinha- Dist. de Paz de Picadinha-

Possue curso 2a. série Ginásial.

Ao fazer este pedido de inscrição no concurso de professor primario.
afirmo que as declarações aqui feitas exprimem a verdade, e delas assumo integral responsabilidade.
Fico ciente de que terei minha inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, no caso
de ficar provado ser falsa ou inexistente qualquer das declarações por mim feitas neste pedido de inscrição

Local e data Dourados, 29 de janeiro de 1.960.

Assinatura Dorothy Martins Ferreira

fula no. 179 - 18ª Zona

ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Educação, Cultura e Saúde
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

(Deve ser apresentado no ato do exame)

Concurso de de professor primario.

Candidato Doroti Martins Ferreira
(Nome por extenso)

Dorothy Martins Ferreira
Assinatura do candidato

Data 29 / I / 19 60

Secretário do Concurso

Fonte: Acervo do Centro de Documentação Regional da UFGD

Outra observação importante a ser percebida na figura 15 é o fato de que Doroti residia no próprio Distrito da Picadinha, pois era comum que professores não habilitados dessas escolas rurais primárias residissem no próprio local em que ensinavam. Certamente, pode-se dizer que Doroti se encaixa em um desses casos de professores das áreas rurais do antigo Sul do Mato Grosso. Apesar dessas docentes não terem a habilitação em cursos de formação de professores, participavam, ativamente, de cursos de aperfeiçoamento, como os de Difusão de Novos Métodos Pedagógicos, conforme se pode observar pelo certificado da professora Oraídes Corrêa.

Figura 15- Certificado de difusão de curso



Fonte: acervo documentos do CDR

Contudo, a partir do final dos anos de 1970, os docentes da Escola começaram a procurar cursos de formação de professores para se habilitarem. Esse foi o caso da professora Doroti que, no ano de 1982, finalizou o Curso de Magistério pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura em Dourados, com base nos Pareceres do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul, habilitando-se para o Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º Grau, nos termos da Lei 5.692/71. É oportuno esclarecer o que era a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Em realidade, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC, é pessoa jurídica de direito privado, constituída

sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto 36.505/54 e registrada junto ao Conselho Nacional de Assistência Social desde 1951, como Entidade Beneficente de Assistência Social. Porém, essa Companhia foi Fundada em 1943, na cidade de Recife/PE, como Campanha do Ginásio Pobre.

A CNEC nasceu do ideal de um grupo de estudantes universitários que, liderados pelo Professor Felipe Tiago Gomes, resolveram contrariar a situação instalada - a escola como privilégio de poucos – oferecendo ensino gratuito a jovens carentes. O trabalho voluntário de seus idealizadores se propagou pelo Brasil, comemorando adesões e compromissos que fizeram como que a Campanha do Ginásio Pobre abrigasse, inicialmente, pedidos de ajuda e orientações para a criação de unidades escolares. A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade é reconhecida como o mais expressivo movimento de educação comunitária existente na América Latina¹⁷.

Observe-se na figura 16, o certificado de Magistério de Doroti recebido após o Curso ministrado pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura em Dourados, no ano de 1982, e na figura 17, o histórico escolar da professora.

¹⁷ **Fonte:** <http://www.cnec.br>

Figura 16- Foto da cópia do certificado da professora Doroti Ferreira Martins

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE

CERTIFICADO

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Dourados e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, com base no disposto nos Pareceres C.E.E./M.S. 10/80 e 330/81 CERTIFICAM que DOROTI FERREIRA DA SILVA filha de Abilio Ferreira e de Jair Martins Ferreira natural de Ponta Porã Estado de Mato Grosso nascida a 06 de fevereiro de 1937, tendo em vista os resultados obtidos no Curso Supletivo de 1.º Grau com terminalidade antecipada, foi considerada Habilitada para o Magistério de 1.ª a 4.ª séries do 1.º Grau nos termos da Lei 5.692 de 11/08/1.971.

Dourados, M.S. 15 de março de 1982

Doroti
 SIRENIDE CAMARGO DORTA

Luzia Mello Vasconcelos
 LUIZA NELLO VASCONCELOS
 PRESIDENTE DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE

Fonte: Acervo particular professora aposentada Doroti Ferreira Martins

Figura 17 - Cópia do verso certificado de magistério

HISTÓRICO ESCOLAR	
CONTEÚDO GERAL	CARGA HORÁRIA
Comunicação e Expressão	600 horas
Estudos Sociais	400 horas
Ciências	300 horas
Matemática	300 horas
FORMAÇÃO ESPECIAL	
Fundamento de Educação	100 horas
Biologia	100 horas
Psicologia	100 horas
Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau	100 horas
Metodologia	100 horas
Prática de Ensino - Estágio Supervisionado	60 horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 DOURADOS - MATO GROSSO DO SUL
CERTIFICADO Nº 25
Doroti Ferreira da Silva
 TITULAR
 Registrado no fl. 02, do Livro nº 01
 em 15 de março de 1982

Fonte: acervo particular professora aposentada Doroti Ferreira Martins

Pelo diploma de Doroti percebe-se que o Curso de Magistério feito por ela foi um curso de formação de professores mais condensado que um Curso de Magistério que ocorria em escolas de formação de professores em Dourados, tanto públicas quanto privadas. Esse Curso de Magistério era constituído por disciplinas de Conteúdo Geral e Formação Especial. No conjunto das disciplinas de Conteúdo Geral estavam Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Matemática. Nas disciplinas de Formação Especial entravam os Fundamentos da Educação (Biologia e Psicologia), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Metodologia, Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. Em realidade, o curso perfazia

uma carga horária de 2.060 horas. Esse Curso de Magistério era ofertado no período de férias da escola; os professores se deslocavam até a Vila São Pedro, e lá ficavam acampados nas escolas, para realizar o curso. Professores vinham de São Paulo para ministrá-lo. Os docentes que ingressaram a partir dos anos de 1980, geralmente, já eram professores habilitados em cursos de formação, sobretudo, no Curso de Magistério.

Outro documento que possibilita ter informações sobre a formação e a forma de contratação dos professores dessa escola pertence ao acervo particular da professora aposentada Edselma da Silveira Garcia, filha da professora Maria de Lourdes Garcia, que, nos anos de 1970, também, ministrou aulas na escola. Edselma foi professora da 1ª série, depois deixou a sala de aula para se dedicar ao cargo de diretora, no início do ano de 2000. Era moradora da Picadinha e atuou na escola como professora leiga, tendo adquirido, depois, a formação no magistério, no ano de 1993, quando se formou em Pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados-UNIGRAN. Conforme o documento, no período em que foi contratada, nos anos de 1970, o salário era de 120 (cento e vinte cruzeiros) por vinte horas semanais e a contratação foi feita pela Prefeitura Municipal de Dourados.

Figura 18– Cópia da Carteira de Trabalho

The image shows two pages of a handwritten labor contract (Carteira de Trabalho) from Dourados, Mato Grosso do Sul. The document is filled with handwritten text in blue ink, detailing the employer (Municipal School of Dourados), the employee (Edselma da Silveira Garcia), the position (Teacher), and the salary (120 cruzeiros). It includes signatures of the Mayor and the employee, and the date of termination (December 31, 1972).

Page 10 (Left):

- 10
- EMPRESADOR: Prefeitura Municipal de Dourados
- Rua: João Rosa Góes 399
- Município: Dourados
- Est. do estabelecimento: Entidade Pública
- Cargo: Professora
- Data admission: 1º de Março de 73
- Registro n.º: 118
- Remuneração específica: 120,00 (cento e vinte cruzeiros)
- Assinatura: João Carlos de Sá
- PREFEITO MUNICIPAL
- Data saída: 31 de dezembro de 72
- Assinatura: Edselma da Silveira Garcia
- Coodenadora de Documentação e Controle

Page 11 (Right):

- 11
- 03155926/0001
- CONTRATO DE TRABALHO
- EMPRESADOR: Prefeitura Municipal de Dourados
- Rua: Rua João Rosa Góes 399
- Município: Dourados
- Est. do estabelecimento: Entidade Pública
- Cargo: Professora Leiga
- Data admission: 02 de Março de 73
- Registro n.º: 791
- Remuneração específica: R\$ 350,00 (trêscentos e cinquenta cruzeiros)
- Assinatura: Edselma da Silveira Garcia
- Ass. do empregado de 1º de 73
- Data saída: 01 de Junho de 78
- Assinatura: Edselma da Silveira Garcia

Fonte: acervo particular professora aposentada Edselma da Silveira Garcia.

De um modo geral, pode-se dizer que as professoras iniciavam a docência na Escola Geraldino Neves Correa, ainda como professores leigas e a formação foi adquirida ao longo do exercício da atividade docente, sobretudo em Cursos de Magistério. Estes cursos eram oferecidos no período de férias da escola. Os professores deslocavam, à época, até a Vila São Pedro, e lá ficavam acampados nas escolas para estudarem. Os professores ministradores vinham de São Paulo. Os docentes que ingressaram na instituição a partir dos anos de 1980, geralmente, já eram professores habilitados em cursos de formação, sobretudo, no Curso de Magistério.

Por fim, convém lembrar aqui que no período de 1942 a 1982, a instituição pesquisada somente teve duas diretoras, a professora Lourdes Silva Garcia, que na realidade foi a primeira diretora da escola, começando suas atividades já nos anos de 1950. A outra diretora foi a filha da professora Lourdes, a professora Ediselma da Silveira Garcia, que iniciou na carreira do magistério em 1977. Assim, pode-se dizer que, no período investigado, a direção da escola esteve nas mãos de uma única família. Na realidade, desde a sua criação, na Picadinha, a escola apresentou estas características que acabaram por marcar o seu funcionamento cotidiano, ou melhor dizendo, a sua cultura escolar.

Como a organização curricular se constitui um dos eixos articuladores da história das instituições escolares, já que o currículo é um dos fatores que possibilitam conhecer tanto o processos de homogeneização da educação institucionalizada de um modo geral, como a realidade interna dos processos de escolarização, a partir desse momento, serão abordados, a seguir, alguns aspectos da organização curricular da Escola Geraldino Neves Corrêa.

3.5 Organização Curricular: alguns apontamentos

A história do currículo oferece pistas para identificar as relações entre a escola e a sociedade, “[...] porque mostra como escolas tanto refletem como refratam definições da sociedade sobre conhecimento culturalmente válido em formas que desafiam os modelos simplistas da teoria da reprodução” (GOODSON, 1995, p.118). Em realidade, no entendimento de Goodson (1997, p.20) “[...] o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação”.

A análise dos dados coletados nos documentos sobre o currículo da Escola Geraldino Neves Correa, permitiu verificar que, no período estudado, a organização curricular dessa

instituição sofreu alterações de acordo com as normas e regulamentos expedidos pelos órgãos competentes federais e do estado de Mato Grosso. Sendo assim, o programa de ensino na Escola, de 1942 até a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4024, de 1961, esteve organizado com um programa de instrução primária rudimentar que se manteve até a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº. 5.692 de 1971, quando então, a Escola passou a oferecer um programa de ensino mais amplo.

O primeiro currículo do Curso Primário da Escola Geraldino Neves Corrêa, que entrou em vigor em 1942, foi organizado com um programa de instrução primária rudimentar e constava “de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de história pátria, Chorografia do Brasil e especialmente do Estado de Mato Grosso e noções de higiene”. (MENSAGEM DE GOVERNADOR, 1942, p. 86). Contudo, essa organização curricular do Curso Primário na instituição, conforme já mencionado anteriormente, manteve-se até a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5.692 de 1971. É oportuno explicar aqui que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a de nº. 4.024 de 1961, de acordo com os escritos de Leite (2002, p. 39),

Deixando a cargo das municipalidades a estruturação da escola fundamental na zona rural, a Lei 4.024 omitiu-se quanto à escola no campo, uma vez que a maioria das prefeituras municipais do interior é desprovida de recursos humanos e, principalmente, financeiros. Desta feita, com uma política educacional nem centralizada nem descentralizada, o sistema formal de educação rural sem condições de auto-sustentação-pedagógica, administrativa e financeira entrou num processo de deterioração submetendo-se aos interesses urbanos.

Foi nessas circunstâncias que a organização curricular da Escola Geraldino Neves Corrêa acabou mantendo o seu currículo até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº. 5.692 de 1971 com o mesmo programa de instrução primário rudimentar estabelecido no ano de 1942, na instituição. Essa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, na verdade, possibilitou ao governo justificar uma série de assinaturas de convênios entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC e os órgãos internacionais. Em seus objetivos, esta Lei não trouxe grandes novidades transformadoras. Em realidade, essa nova Lei acabou acentuando as divergências políticas e ampliando o ensino fundamental para oito anos, criando assim, o ensino de 1º grau, da 1ª série até a 8ª séries. No que diz respeito às escolas rurais, a Lei diz:

Teoricamente abriu espaço para a educação rural, restrita em seu próprio meio sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios, na maioria das vezes não conseguiu atingir os objetivos preconizados pela legislação. Isso porque a Lei 5.692 distanciou da realidade sócio-cultural do campesinato brasileiro, não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destinada, exclusivamente, aos grupos camponeses. (LEITE, 2002 p. 47- 48).

Diante do exposto, aparentemente, essa Lei manteve-se distante da realidade sociocultural do campesinato brasileiro. Conforme assinalou Leite (2002), não direcionou uma política educacional aos grupos camponeses em conformidade com essa realidade. Desse modo, a organização curricular das escolas rurais acabou se mantendo igual à das escolas das áreas urbanas. Em Mato Grosso, mais especificamente em Dourados, onde a escola rural Geraldino Neves Correa foi instalada, a organização curricular, após a promulgação da Lei 5.692 de 1971, manteve um programa de ensino igual ao das escolas urbanas. Observe-se o Quadro nº 5, abaixo, o plano padrão, a organização curricular das escolas rurais primárias de Dourados no ano de 1973, com base em um programa curricular de poucas mudanças.

Quadro 5 – Currículo do ensino de 1º grau 1ª a 4ª série Rede municipal de Ensino de Ano: a partir de 1973-1982 Dourados PADRÃO Módulo 36

Camada	Matérias	Categoria curricular Atividades	Conteúdos específicos	Carga horária			
				1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Educação Geral	Comunicação e Expressão	Comunicação e Expressão	Língua portuguesa Educação física Educação artística				
				10	10	09	09
	Estudos Sociais	Integração Social	Geografia História Educação moral e cívica Ensino religioso	04	04	04	04
	Ciências	Iniciação Das Ciências	Ciências e Matemática	06	06	07	07
TOTAL	Semanal em horas/aula 20 Anual 720 horas						

Fonte: Secretaria de Educação SE/MS – CGE – CURRÍCULO APROVADO EM 09/06/82 CONF. nº 0481/82.

A matéria de Estudos Sociais tinha, como categoria, as atividades curriculares de integração social e abrangia, em seus conteúdos específicos, Geografia, História, Educação Moral e Cívica e o Ensino Religioso. Segundo os documentos analisados, o currículo da Rede municipal incluía, em suas atividades, a iniciação das ciências e tinham, como conteúdo, Ciências e Matemática. É possível, ainda, analisar a distribuição da carga horária semanal entre as disciplinas. O ensino de português para as turmas de 1ª e 2ª séries tinha carga horária de 10 horas semanais; no 3º e 4º ano, 9 horas semanais. Estudos Sociais tinha uma distribuição equilibrada de 4 horas em todas as séries. No que diz respeito aos estudos das Ciências e Matemática, nas turmas de 1ª e 2ª séries, os alunos foram contemplados com seis horas semanais; as turmas do 3º e 4º séries recebiam o conteúdo em 7 horas semanais.

O quadro acima apresentado revela que o Curso Primário na Escola Geraldino Neves Corrêa era organizado por séries. No que diz respeito à sua organização curricular, em 1973, temos Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. Porém, as referidas matérias eram compostas por categorias curriculares e por conteúdos, conforme se pode observar no quadro 5. A matéria de Comunicação Expressão tinha como categoria curricular, também, a Comunicação e Expressão e abrangia os conteúdos de Língua Portuguesa, Educação Física e Educação Artística. Estudos Sociais tinha como categoria as atividades curriculares de Integração Social e abrangia, em seus conteúdos específicos, a Geografia, História, Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso. Ciências tinha como categoria curricular a iniciação das ciências, abrangendo os conteúdos de Ciências e Matemática. Diante dessa organização curricular, pode-se observar que a matéria de Comunicação e Expressão ocupava a maior parte da carga horária do Curso Primário, seguida das matérias de Iniciação das Ciências e, por último, as matérias de Integração Social.

Ainda é importante destacar que a maior carga horária de aulas de Comunicação e Expressão se concentrava nas 1ª e 2ª séries (dez aulas semanais em cada série), pois nas 3ª e 4ª séries (nove aulas semanais em cada série) havia uma redução na carga horária, embora pequena. As matérias de Integração das Ciências ocupavam um maior número de aulas nas 3ª e 4ª séries (sete aulas semanais cada série), pois nas 1ª e 2ª séries (seis aulas semanais em cada série), na realidade, a carga horária aumentava nas séries finais do Curso. As matérias de Integração Social, em todas as séries do Curso Primário, mantinham a mesma carga horária, com quatro aulas semanais em cada série. Com essa configuração curricular, o Curso Primário manteve, durante a década de 1970 e início da década de 1980, um currículo mais amplo e abrangente do que o instituído nos anos de 1940 até o início dos anos de 1970, anterior à promulgação da Lei 5.692 de 1971.

Contudo, antes de finalizar este capítulo, convém registrar que o currículo é organizador de um processo educacional formal que engloba conteúdos, métodos, práticas e finalidade de ensino, cuja definição e constituição expressam as aspirações e os objetivos da sociedade em relação à escolarização, que tem a escola como local específico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação rural constitui uma temática ainda pouco explorada pela historiografia educacional brasileira. Apesar de, atualmente, as pesquisas que abordam aspectos da educação rural se ampliarem no Brasil, ainda há muito a ser pesquisado. Sendo assim, ao analisar a história da Escola Geraldino Neves Correa, uma instituição de ensino rural situada no distrito da Picadinha, município de Dourados, no período de 1942 a 1982, pode-se verificar que essa pesquisa recai sobre uma temática pouco privilegiada na historiografia educacional brasileira e até mesmo pela historiografia educacional produzida em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma vez que somente foi possível localizar dois trabalhos acadêmicos, uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado que tratam da história da escola rural primária em Mato Grosso.

Durante todo o Brasil Império, a escolarização no meio rural foi marcada por um processo descontínuo e desordenado. Na Primeira República não houve políticas específicas voltadas para a educação rural, pois esta ficava nas mãos das lideranças do país. Dessa maneira, a educação rural se caracterizava por uma extrema precariedade em seu funcionamento, marcada por questões geográficas, de caráter pedagógico, didático e financeiro, como consequência da “política dos governadores” e do desinteresse por parte das oligarquias em difundir o ensino.

Medidas importantes em torno da educação rural no Brasil ocorreram somente a partir da revolução de 1930, no governo de Getúlio Vargas, quando então, mudanças educacionais se consolidaram com as ideias dos pioneiros do “ruralismo pedagógico”, que lutavam por uma escola rural que atendesse às necessidades de cada região. Em realidade, o “ruralismo pedagógico”, pretendia uma escola integrada às condições locais e regionalistas, cujo objetivo maior era promover a fixação do homem ao campo.

Ao analisar a Escola Geraldino Neves Correa, a partir dos dados sobre o ensino rural em Mato Grosso, constatou-se que a educação rural nesse Estado recebeu atenção dos governantes somente quando da Reforma da Instrução Pública de 1927, que, ao normatizar o seu regulamento, dedicou, exclusivamente, a Seção 1, às escolas isoladas rurais. Essa seção dispunha que as unidades escolares rurais deveriam ter como finalidade: “ministrar a instrução primária rudimentar; seu curso é de três anos e o programa constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de história pátria, geografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de higiene”. (REGULAMENTO, 1927, p.163).

Com realação à criação das escolas isoladas, esse regulamento instituiu que deveriam ser seguidos alguns critérios quanto à sua localização e classificação, dentre os quais a disponibilidade de prédios que se adaptassem facilmente às necessidades escolares, sendo que os professores deveriam residir na localidade. A escola deveria ser instalada numa distância mínima de 3 quilômetros e abrigar 30 (trinta) crianças em idade escolar. Nas áreas rurais o governo concederia, “a título de auxílio, contribuições pecuniárias às populações rurais (...) que se propuserem a construir prédios escolares”. (REGULAMENTO, 1927, p.177). Entretanto, a Escola Geraldino Neves Corrêa foi instalada somente em 1942, como Escola Rural Mista da Picadinha, no período em que o município de Dourados, ao qual o Distrito da Picadinha estava integrado, passou a pertencer administrativamente ao Território Federal, criado pelo Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, pelo desmembramento do estado de Mato Grosso. Porém, a análise das fontes documentais e orais permitiu verificar que a criação e a instalação da Escola Geraldino Neves Corrêa ocorreu motivada pelo anseio e necessidade da população local em relação ao ensino primário, e por forças políticas, sobretudo pela atuação do vereador Weimar Torres, do município de Dourados.

Essa Escola foi instalada, inicialmente, em uma residência, com uma sala de aula cedida pelo senhor Lídio Mello, uma vez que somente com o aumento da demanda de crianças foi que surgiu a necessidade de se ampliar o atendimento escolar, fazendo com que fosse construída uma casa de madeira para ser usada pela escola. Diante dessa realidade, pode-se observar que essa escola não se constitui de forma diferente das outras escolas primárias rurais do município de Dourados e região, uma vez que apresentou as mesmas características daquelas implantadas em Mato Grosso, com estruturas físicas precárias, improvisadas, cujos professores ministravam aulas em espaços como barracões, galpões ou casarões, e, na maioria das vezes, sem as mínimas condições para desenvolver as atividades de ensino.

Contudo, a construção em alvenaria somente ocorreu anos depois, mais precisamente em 1955, de acordo com dados obtidos em entrevistas com antigos moradores da Picadinha. Essa construção foi feita por meio de uma parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Dourados e o senhor Geraldino Neves Correa, um grande proprietário de terras do Distrito da Picadinha que doou o terreno e contribuiu financeiramente para que a Escola fosse construída dentro de um outro modelo, que não fosse de tábuas.

No decorrer de sua trajetória, a Escola Geraldino Neves Corrêa, mais precisamente, na década de 1960 e início da década de 1970, foi marcada por interrupções em seu funcionamento.

Devido a questões políticas partidárias, teve o seu funcionamento desativado, fazendo com que os professores, para não deixarem que as crianças tivessem seu processo de escolarização interrompido, levassem-nas para suas próprias residências e ministrassem-lhes as aulas, oferecendo, inclusive, não só a instrução escolar, mas, até mesmo a alimentação.

É certo, porém, que a Escola Geraldino Neves Corrêa, nesse período, mesmo em meio a esse tipo de dificuldade, permaneceu atendendo em regime de ensino misto e multisseriado. Assim, tinha a sua clientela constituída tanto por meninos quanto por meninas, com um único professor atuando de 1ª a 4ª séries no ensino primário, pois a reforma no ensino dessa escola ocorreu somente a partir de 1974, com a sua municipalização, fato que promoveu, sobretudo alterações no regime multisseriado, quando passou a funcionar com um maior número de docentes - um responsável pelo ensino da 1ª e 2ª séries e outro professor para a 3ª e 4ª séries.

Em realidade, o ano de 1974 sinalizou um período importante da história da Escola Geraldino Neves Corrêa, uma vez que foi nesse ano que a Escola deixou de pertencer a rede pública estadual do Mato Grosso, tornando-se uma instituição de ensino municipal, com direito a recuperação arquitetônica de seu prédio, empreendida pela Prefeitura de Dourados, o que resultou na ampliação do período de funcionamento da instituição, que passou a oferecer ensino no período vespertino, além do matutino.

Quanto à clientela atendida pela escola, verificou-se que essa instituição atendia as crianças moradoras da Picadinha e em idade escolar, bem como as moradoras dos sítios e fazendas vizinhas do Distrito. Porém, segundo dados obtidos em entrevistas com antigos professores dessa Escola, constatou-se que a maioria da clientela era constituída por crianças oriundas, principalmente, da própria Picadinha. Geralmente, os alunos, em sua maioria, eram filhos de pequenos proprietários rurais que viviam do trabalho da lavoura como forma de subsistência, no plantio do arroz, feijão e milho, café e cana-de-açúcar. Contudo, os dados das Atas de Exames Finais permitiram constatar que nessa Escola havia um equilíbrio entre o número de alunos do sexo masculino e os do sexo feminino. Por exemplo, entre os anos de 1973 a 1982, dos 645 alunos matriculados, 351 eram meninos, e 294, meninas.

Em relação ao corpo docente da Escola Geraldino Neves Corrêa, verificou-se que, no período pesquisado, este era constituído por professores não habilitados (professores leigos), docentes que não possuíam o Curso Normal e nem mesmo o Curso de Magistério. Na maioria das vezes esses professores possuíam apenas o Curso Ginásial incompleto, segundo

informações obtidas nas Fichas dos Professores da Escola. Contudo, a maioria dos professores era residente na própria comunidade da Picadinha.

A análise dos dados coletados nos documentos sobre o currículo da Escola Geraldino Neves Correa permitiu verificar que, no período estudado, a organização curricular da instituição sofreu alterações de acordo com as normas e regulamentos expedidos pelos órgãos competentes federais e do estado do Mato Grosso. O programa de ensino de 1942, até à vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4.024 de 1961, esteve organizado como um programa de instrução primária rudimentar, que se manteve até à implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5.692 de 1971, quando então, a escola passou a oferecer outro programa de ensino contemplando: Língua Portuguesa Educação Física, Educação Artística, Geografia, História, Educação Moral e Cívica, Ensino Religioso, Ciências e Matemática.

Assim, pode-se concluir que a Escola Geraldino Neves Correa, do Distrito da Picadinha, por meio de sua organização curricular, ora estruturada de acordo com as determinações do estado do Mato Grosso, ora baseada nas prescrições da Lei de Diretrizes e Bases, contribuiu para o processo de escolarização de crianças no meio rural do Sul do Antigo Mato Grosso.

Espera-se que esta dissertação contribua com os estudos sobre a história da escola primária rural na historiografia educacional brasileira, sobretudo, para a produção historiográfica educacional dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abrindo caminhos para novas pesquisas sobre a temática da educação rural que ainda carece de estudos.

5 REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: EdFGV, 2004.
- _____. **Ouvir contar; textos em história oral**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2004.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Vozes esquecidas em horizontes rurais: histórias de professores**. Porto Alegre, RS: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Dissertação de Mestrado em Educação.
- ALVES, Paulo. Experiência de Investigação: Pressuposto e estratégias do Historiador no trabalho com Fontes. In: Maria do Carmo S. Di Credde (Orgs). **Fontes históricas: Abordagens e Métodos**. Assis: UNESP, 1996.
- AMARAL, Inez Maria Bittencourt do. **Entre Rupturas e Permanências: a Igreja Católica na Região de Dourados (1943-1971)**. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2005. Dissertação de Mestrado.
- AMIGUINHO, Abílio. **Educação em meio rural e desenvolvimento local**. Ver. Port. De Educação, 2005, vol. 18, n. 2 p. 07-43 ISSN 0871-9187. Disponível em: <http://www.Scielo.gov.br>. acesso em 0/02/2013.
- ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952) - uma abordagem comparada**. Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013. Tese de Doutorado.
- AZEVEDO, Fernando. O problema da educação rural. In: **A educação e seus problemas**. 4 ed. Tomo I. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965, p. 33 - 52. (Obras Completas, v. VIII).
- BAUAB. Maria Aparecida Rocha. **O Ensino Normal na Província de São Paulo 1846-1889**. São José do Rio Preto, SP, 1972. Tese de Doutorado.
- BOSI, Ecléa. 1994. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOTO, Carlota. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 23, número 2, 2010, p. 35-72. Universidade do Minho. Braga, Portugal.
- BRAZIL. Maria do Carmo; MANCINI. Ana Paula Gomes. História das Instituições formadoras de Professores na Fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados Mato Grosso (uno) 1940-1970. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 1, p. 123-136, jan./abr. 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 38/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de edições Técnicas, 2002.

BRASIL. LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **LEI nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Presidência da República. Brasília: Senado Federal, 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1971.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CARRATO, J.F. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1968.

CELLARD, André. A análise documental. IN: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 – 334.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, 1990.

COSTA, Célio Juvenal, MELO José Pereira & FABIANO, Luiz Hermenegildo. **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: ed. UFGD, 2010. 350p.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p. 224.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em: 13 de dezembro de 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (et. al.). **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (et. al.). O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectiva de pesquisa. In: VEIGA, CyntiaGreive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e Fonseca. (Orgs). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica/CNPQ, 2008, p. 77-98.

FELIX, Loiva Otero. **História e Memória: A Problemática da Pesquisa**. Passo Fundo: Ediapf, 1998.

FERNANDES, Frederico A. G. e LEITE, Eudes Fernando. Oralidade no Pantanal: Vozes e saberes na pesquisa de campo. In: FERNANDES, Frederico A. G. **Oralidade e literatura: manifestações e abordagens no Brasil**. Londrina: Eduel, 2003.

FERREIRA, Márcia dos Santos. O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá e a profissionalização docente em Mato Grosso. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá: UFMT, v.19. n. 30, p.145-161, jan./abr., 2010

FERREIRA, Marieta de M.; FERNANDES, Tânia Ma. (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Casa Osvaldo Cruz/ Fiocruz/EdFGV, 2000.

FERREIRA, Marieta de M.; FERNANDES, Tânia Ma. (orgs.). História oral: um inventário das diferenças. In: (FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de (coordenação). **ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. P.1-13

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação Do Campo: Um Olhar Histórico, Uma Realidade. CONCRETA. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano 2011 V. Nº 09.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. História da Educação e História Cultural. In VEIGA, Cyntia Greive; FONSECA, Thais N. de L. e Fonseca. (Orgs) **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica/CNPQ, 2008. p. 49-75.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FURTADO, A. C.; PINTO, Adriana Aparecida. Nos Caminhos da Pesquisa em História da Educação: imprensa periódica e arquivos escolares em Mato Grosso. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 14, p. 47-59, 2011.

GARCIA, Célia Marques. **Vivências de professores do Campo**: notas de memória. Célia Marques Garcia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Dourados, 2005.

GARCIA, Edselma da Silveira. Entrevista concedida em 12 de julho de 2013. Distrito da Picadinha, Dourados MS.

GEBARA, Ademir R; WOUTERS, Cas. **O Controle das Emoções**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, 259 p.

GEOVANESI, G. (1994). **La storiografiadell'educazioneoggi - linee di tendenza e problemi**.Campinas: II Congresso Ibero-americano de História da Educação Latino-americana – UNICAMP, mimeo.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. In: GINZBURG Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. Tradução: Federico Carotti. – companhia das letras, 1989. P. 143-179.

GOFF, Jacques Le. Documento/Monumento. In: GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. São Paulo. Editora Unicamp, 1990.

GOODSON, Ivor. **Currículo**: teorias e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOODSON, Ivor. **O currículo em mudança**: estudos na construção social do currículo. Porto: Editora, 2001.

GONDRA, José Gonçalves (Org). Vieira, Carlos Eduardo. Pesquisa em história da educação no Brasil. Rio de Janeiro – DP&A 2005 In SÁ, Nicanor Palhares e Siqueira, Elizabeth Madureira. **A produção de história da educação na Região Centro- Oeste**: perspectivas (1992-2004). DP&A editores, p. 314-340.

GONZÁLES ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna. **Por uma educação do campo**. 3. ed. – Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

GRAZIANO da Silva, J. F. **o novo rural brasileiro**. Nova economia: Belo Horizonte, v. 7 n. 1 p. 43-82, 1997.

GRESSLER, Lori Alice, SWENSSON, L.J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. Dourados: L.A, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contexto histórico sobre o município de Dourados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública**. Academia Mato-Grossense de Letras. Instituto Histórico de Mato Grosso. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste – os anos 30. Campinas: Unicamp, 1985.

LOPES, Antônio Eulógio. Entrevista concedida em 03 de julho de 2013. Distrito da Picadinha, Dourados MS.

MAIA, Eni Marisa. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? ANDE: **Revista da Associação de Educação**. ano 1 n 09 1982, p. 27-33

MARCILIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MARTINS, Doroti Ferreira. Entrevista concedida em 11 de julho de 2013. Distrito da Picadinha, Dourados MS.

MARTINS, Demosthenes. **História de Mato Grosso**. São Paulo: Editora Vaner Bicego, s/d.

MATO GROSSO, **Regulamento da Instrução Pública, 1927**. Arquivo Público de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso - APMT.

MATO GROSSO. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Presidente do Estado Dr. Anníbal Toledo, em 1930**. Imprensa Oficial.. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. Cuiabá, 1930

MATO GROSSO, **Mensagem apresentada pelo Interventor Federal Júlio Strubing Muller ao Excelentíssimo Presidente da República Sr. Dr. Getúlio Vargas, em 1939-1941**. Imprensa Oficial.. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. Cuiabá, 1941

MATO GROSSO, **Mensagem apresentada pelo Interventor Federal Júlio Strubing Muller ao Excelentíssimo Presidente da República Sr. Dr. Getúlio Vargas, em 1942**. Imprensa Oficial. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. Cuiabá, 1942.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOREIRA, R. H. T. (Org.). **Memória fotográfica de Dourados**. Dourados, MS: UFMS, 1990.

MONTEIRO, Juliana da Silva. **Cultura escolar: Institucionalização do ensino Primário no Sul do antigo Mato Grosso: o grupo escolar Tenente aviador Antônio João no município de Antônio João no Município de Caarapó (1950-1971)**. Dissertação de mestrado defendida em 01/04/2011, na UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados/FAED. <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 1 de agosto. De 2011.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da colônia agrícola nacional de Dourados**. 1943-1960. Dourados, MS: UFGD, 2007.

NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como estudar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Benícia Couto de (org). **Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. – Dourados: Ed. UFGD, 2013. 142 p.

OLIVEIRA, Desidério. Depoimento cedido em 21 de janeiro de 2014. Distrito da Picadinha Dourados MS.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; GONÇALVES, Arlene da Silva. A educação primária em Mato Grosso: o grupo escolar Joaquim Murтинho, em Campo Grande, sul do estado (1910-1950). IN: SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. (Orgs). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república**. Cuiabá: EDUFMT, 2011. p. 89-108.

PAES, Ademilson Batista. **A escola primária rural em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul no período republicano (1889-1942)**. Araraquara, São Paulo-SP: Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, 2011. Tese de Doutorado

PERIPOLLI, Odimar J. Escola do Campo uma Proposta Solidária. In: **Educação e Sócio-economia Solidária**. Universidade de Movimentos sociais. Série Sociedade Solidária Vol. 2. Cáceres MT: Editora Unemat, 2006 p. 177-190.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da silva. **História da formação para professores leigos rurais: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970**. Dourados. MS: UFGD. 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, G J. **Do sonho a realidade: Córrego Fundo – MG, fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte**. Uberlândia, MG: IG-UFU, 2003. Dissertação de mestrado.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica: Dea Ribeiro Fenelon. Proj. História. São Paulo- SP, 14 de fevereiro, 1997, p. 26-39.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. **Contexto histórico e perfil do município de Dourados**. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/>>. Acesso em: 22 de junho de 2012.

REIS, D. S.dos. O rural e o urbano no Brasil. In: **encontro Nacional de estudos populacionais - ABEP, XV**; Anais. Caxambu: ABEP, 2006.

RIBEIRO, Cristiane Angélica. **Escola rural e alfabetização: Uberlândia 1936 a 1946**. Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª. Ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

ROSA, Maria da Gloria Sa. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. Campo Grande, MS: UFMS, 1990. 233p.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930). IN: SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. (Orgs). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república**. Cuiabá: edUFMT, 2011. p. 29-54.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. A expansão do Ensino Secundário em Mato Grosso na Primeira República. IN: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs.). **Escola primária na primeira república (1889-1930)**:

subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012. p. 175-193.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. **ESCOLAS REUNIDAS: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950).** Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá, dezembro de 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Jucicleide Gomes. **História e Memória da Educação em Indápolis (MS):** considerações sobre a escola municipal Dr. Camilo Ermelindo da Silva (1969-1990). Faculdade de Educação/UFGD, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia.

SOUZA, Roney Salina. **Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910-1980).** Dourados, MS: UFGD, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo 1890-1976.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: Fundação editora UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. A Historiografia da Educação Brasileira: uma contribuição para o seu estudo anterior à da instalação dos cursos de Pós-Graduação. In: MONARCHA, Carlos (Org.) **História da Educação Brasileira.** 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2005, p.229-250.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação Rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores.** São Leopoldo: Oikos; Brasília: Líber Livro, 2010.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor.** Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **A nova política do Brasil.** 1940.

VEIGA, G. C. & F., T. N. **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA, G. C. & F., T. N. **A escolarização como projeto de civilização.** Trabalho apresentado na sessão especial realizada na 25ª reunião anual da ANPED. Caxambu, MG, 29 de setembro a 02 de outubro de 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In SOUZA, Rosa F e VALDERMARIN, Vera T. (orgs). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** Campinas, SP: autores associados, 2005. Apoio Unesp/ FCLAR, p. 3-30.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: SAVIANI, Demerval Saviani (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005.

6 ANEXOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **eu**, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, o aluno (a) **CLÓVIS IRALA**, portador do **RG 01093956-SSP/MS e CPF 494963601-49** a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Dissertação de Conclusão de Mestrado, ou ainda destinadas à inclusão em outros projetos educativos, organizados e/ou licenciados pela **FAED/UFGD**, sem limitação de tempo ou de número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia **11/07/ 2013**, pelo aluno (a) e **FAED/UFGD**, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (“compact disc”), CD ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material

que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da **FAED/UFGD**, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, o aluno (a) e a **FAED/UFGD** poderá dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins. Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Dourados, MS julho de 2013

Assinatura: _____

Doroti Martins Ferreira

End.: _____

CPF: _____



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____

Declaro que estou de acordo em fornecer informações a Clóvis Irala mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD, para desenvolvimento da pesquisa relativa à dissertação de mestrado, intitulada: **Educação Rural em Dourados: A Escola Geraldino Neves Correa (1942 -1982)**. Declaro, ainda, que tenho conhecimento de que a minha participação nesta fase do projeto consiste em conceder entrevistas, que serão gravadas e transcritas posteriormente, bem como autorizo a divulgação para objetivos acadêmicos e educacionais e utilização do conteúdo da entrevista realizada. Estou ciente de que todas as informações fornecidas (gravações de voz, imagens, documentos, arquivos pessoais, entre outros materiais produzidos) serão utilizadas de maneira sigilosa, sem referência a minha identificação pessoal.

Dourados, MS, _____ de _____ de 2013.

Assinatura: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

Endereço do pesquisador:

Rua: Antônio Emilio de Figueiredo 349 Jardim Clímax Dourados MS

Fone: 99-980376 E-mail: clovisirala@gmail.com

Endereço da (o) participante:

Rua: _____

Nº _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Fone residencial: _____ Celular: _____ E.mail: _____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FICHA TÉCNICA

Tipo de entrevista: Temática.

Entrevistador (es): Clóvis Irala

Levantamento de dados: Clóvis Irala

Pesquisa e elaboração do roteiro: Clóvis Irala e Alessandra Cristina Furtado

Conferência da transcrição: Clóvis Irala

Técnico de gravação: (s/t)

Local: Dourados- MS- Brasil

Data: julho 2013

Duração: 40 minutos

Gravado/Gravação: Digital- 1 Cd

Páginas: 10

Professora aposentada Doroti Ferreira Martins

(Depoimento, 2013)

Entrevista realizada no contexto da pesquisa inicialmente intitulada: Educação Rural em Dourados: A escola Geraldino Neves Correa 1942-1982.

Temas: Mato Grosso, Dourados, Ensino primário rural, professores, alunos, salas multiseriadas e currículo.